



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO

RENATA BARBOSA COUTINHO

**RECIFE DIGITAL: Uma análise sobre a cidade e os espaços públicos inseridos no  
programa de wi-fi municipal**

Recife

2018

RENATA BARBOSA COUTINHO

**RECIFE DIGITAL: Uma análise sobre a cidade e os espaços públicos inseridos no programa de wi-fi municipal**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Comunicação, da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Comunicação Social.

**Área de concentração:** Comunicação e democracia.

**Orientador:** Carolina Dantas de Figueiredo

Recife

2018

Catálogo na fonte  
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira, CRB-4/2223

C871r	<p>Coutinho, Renata Barbosa Recife digital: uma análise sobre a cidade e os espaços públicos inseridos no programa de wi-fi municipal / Renata Barbosa Coutinho. – Recife, 2018. 136f.: il.</p> <p>Orientadora: Carolina Dantas de Figueiredo. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Programa de Pós-Graduação em Comunicação, 2018.</p> <p>Inclui referências e anexos.</p> <p>1. Esfera pública. 2. Espaço público. 3. Ciberespaço. 4. Mídias digitais. 5. Democracia deliberativa. I. Figueiredo, Carolina Dantas de (Orientadora). II. Título.</p> <p>302.23 CDD (22. ed.)</p>	UFPE (CAC 2019-63)
-------	--	--------------------

RENATA BARBOSA COUTINHO

**RECIFE DIGITAL: Uma análise sobre a cidade e os espaços públicos inseridos no  
programa de wi-fi municipal**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós  
Graduação em Comunicação, da Universidade  
Federal de Pernambuco, como requisito parcial  
para a obtenção do grau de Mestre em  
Comunicação Social.

Aprovada em: 23/02/2018

**BANCA EXAMINADORA**

---

Ph.D/Carolina Dantas de Figueiredo (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco

---

Ph.D/ Heitor Costa Lima da Rocha (Examinador interno)

Universidade Federal de Pernambuco

---

Ph.D. /Ruy Barreto de Queiroz (Examinador externo)

Universidade Federal de Pernambuco

## **AGRADECIMENTOS**

A todos que foram olhos, ouvidos e coração na produção dessa pesquisa.

Aos meus pais Tequinha e Coutinho pelo ânimo diário.

Aos amigos Ana Catarina Lacerda, Cynthia Morato, Elane Gomes, Flora Freire, Marisa Araújo, Juliana Costa, Luciana Araújo, Paulo Pimentel que em momentos certos contribuíram em leituras, revisões e conversas ao longo desses últimos dois anos.

Aos companheiros de jornada Amanda Tavares, Caio Mello e Renato Contente pelas trocas de experiências múltiplas acadêmicas e afetivas.

A orientadora Carolina Figueiredo pela tranquilidade na condução deste estudo e pela paciência.

Aos amigos Cláudia, Roberta e Zé que transformaram a secretaria do PPGCOM num espaço de aconchego e alegria.

## RESUMO

A chegada da rede sem fio de acesso gratuito em partes da cidade do Recife, através do programa Conecta Recife, foi aventada pela gestão municipal como aposta de popularização da internet e inclusão digital das comunidades em que os pontos foram instalados. O projeto Conecta se propôs a instalar wi-fi grátis, a partir de 2014, e até a primeira quinzena de outubro de 2017 somava 137 pontos (totens) distribuídos em 36 bairros da capital pernambucana. Os totens estão instalados em locais abertos como parques, praças e espaços de convivência. Os mais recentes ganharam disposições em unidades básicas de saúde e um grande volume de antenas de internet foi direcionado para os equipamentos Compaz, ambos as áreas públicas, mas de acesso controlado, como conceituado por esta pesquisa. Este estudo pretendeu verificar de que forma a oferta do serviço reconfigura os espaços onde o Conecta Recife foi implantando, dando uma nova dinâmica à cidade. Para tanto, a pesquisa teve abordagem qualitativa e foi operacionalizada pela metodologia de análise de conteúdo, com revisão bibliográfica de temas relacionados à esfera pública, política pública, direito à cidade e dinâmicas de poder na construção de visibilidade do poder público na mídia. Os resultados apontam que o projeto ainda tem pouca aplicabilidade no espaço público, relacionada a várias deficiências, e que colocam em xeque os reais ganhos do Conecta para a cidade e para os cidadãos.

Palavras-chave: Esfera pública. Espaço público. Ciberespaço. Mídias digitais. Democracia deliberativa.

## **ABSTRACT**

The arrival of the free wireless network in parts of the city of Recife, through the program Conecta Recife, was proposed by municipal management as a bet of popularization of the internet and digital inclusion of the communities where the points were installed. The Conecta project proposed to install free wi-fi, starting in 2014, and until the first half of October 2017 added 137 totems distributed in 36 neighborhoods of the capital of Pernambuco. The totems are installed in open spaces such as parks, squares and living spaces. The most recent have gained provisions in basic health units and a large volume of internet antennas has been directed to the Compaz equipment, both public areas, but controlled access, as conceptualized by this research. This study aimed to verify how the offer of the service reconfigures the spaces where the Conecta Recife was implemented, giving a new dynamics to the city. For that, the research had a qualitative approach and was operationalized by the methodology of content analysis, with bibliography review of themes related to the public sphere, public policy, right to the city and power dynamics in the construction of visibility of public power in the media. The results indicate that the project still has little applicability in the public space related to several deficiencies and that put in check the real gains of the Conecta for the city and for the citizens.

**Keywords:** Public sphere. Public place. Cyberspace. Digital media. Deliberative democracy.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Apresentação de capa do Jornal do Commercio para o Conecta Recife, no dia do lançamento oficial do programa, 27 de novembro de 2014 .....	63
Figura 2 –	Apresentação de página do Jornal do Commercio para o Conecta Recife, no dia do lançamento oficial do programa, 27 de novembro de 2014.....	65
Figura 3 –	Apresentação de capa do Diário de Pernambuco para o Conecta Recife, no dia do lançamento oficial do programa, 27 de novembro de 2014.....	65
Figura 4 –	Apresentação de página do Diário de Pernambuco para o Conecta Recife, no dia de lançamento oficial do programa, 27 de novembro de 2014 .....	67
Figura 5 –	Apresentação de capa da Folha de Pernambuco para o Conecta Recife, no dia de lançamento oficial do programa, 27 de novembro de 2014 .....	68
Figura 6 –	Apresentação de página da Folha de Pernambuco para o Conecta Recife, no dia de lançamento oficial do programa, 27 de novembro de 2014 .....	70
Quadro 1 –	Frequência de temas econômicos/políticos, técnicos, normativos, inclusão digital e crítico, segundo componentes textuais, no Jornal do Commercio, Pernambuco, 2014.....	72
Quadro 2 –	Frequência de temas econômicos/políticos, técnicos, normativos, inclusão digital e crítico, segundo componentes textuais, na Folha de Pernambuco, 2014 .....	73
Quadro 3 –	Frequência de temas econômicos/políticos, técnicos, normativos, inclusão digital e crítico, segundo componentes textuais, no Diário de Pernambuco, Pernambuco, 2014 .....	74
Quadro 4 –	Presença x ausência de indivíduo com pacote de dados móveis, algum conhecimento sobre inclusão digital, sentimento de inclusão digital, preocupação sobre vigilância e medo da	

	violência como fator inibidor do uso de internet no local, Recife, 2017 .....	94
Quadro 5 –	Perfil de uso social do espaço (serviço, moradia, passagem e lazer/turismo), o tipo acesso ao espaço (controlado ou aberto), os principais entraves de conexão ao Conecta, valores agregados pelo Conecta a vida diária (baixo, alto ou mediano), percepções de reconfiguração espacial pelo Conecta (muitas, alguma ou nenhuma) e quais os usos mais frequentes da rede, Recife, 2017 .....	98
Figura 7 –	Uso de “calçada” Conecta Recife verificado na Policlínica Waldemar de Oliveira, espaço definido por essa pesquisa como público, mas de acesso controlado .....	100
Figura 8 –	Lista recorde de exigências para entrada encontrada no Forte do Brum .....	101
Quadro 6 –	Critérios de sustentabilidade da rede Conecta Recife, segundo comunidade (ausência x presença), governança (clareza x obscuridade), infraestrutura (acessível x não acessível) e modelo de negócios (coerente x incoerente), Recife, 2017.....	114
Figura 9 –	Regras de uso do Conecta Recife e limite de usuário por <i>hotspot</i> , segundo o portal <a href="http://portalconecta.recife.pe.gov.br/faq.php">http://portalconecta.recife.pe.gov.br/faq.php</a> , 20 de dezembro de 2017 .....	116
Figura 10 –	Regras de uso do Conecta Recife e limite de usuários por <i>hotspot</i> , segundo release repassado à imprensa, 20 de dezembro de 2017.....	116
Figura 11 –	Pontos de acesso, data de instalação e navegação por horário de pico na rede Conecta Recife, Recife, 2017.....	119

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	Análise de Conteúdo
COMPAZ	Centro Comunitário da Paz
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CTTU	Companha de Trânsito e Transporte Urbano
DP	Diário de Pernambuco
Emprel	Empresa Municipal de Informática
Folhape	Folha de Pernambuco
IPTU	Imposto Predial Territorial Urbano
JC	Jornal do Commercio
PCR	Prefeitura da Cidade do Recife

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	12
<b>2 METODOLOGIA</b> .....	18
<b>3 WI-FI MUNICIPAIS: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS PARA A ESFERA PÚBLICA</b> .....	23
3.1 A ESTRUTURAÇÃO DA ESFERA .....	25
3.2 AS CONTRIBUIÇÕES DA INTERNET PARA A ESFERA .....	27
3.3 DESAFIOS DA NOVA ÁGORA .....	30
<b>4 WI-FI COMO POLÍTICA PÚBLICA</b> .....	35
4.1 DESCORTINANDO BONDADES .....	37
4.2 UMA TRAJETÓRIA DE VALOR E PODER .....	42
<b>5 O DIREITO À (CIBER)CIDADE</b> .....	46
5.1 DA CIDADE À CIBRCIDADE .....	53
5.2 TECNOLOGIAS MÓVEIS NA RECONFIGURAÇÃO DO URBANO .....	56
<b>6 O CONECTA AOS OLHOS DA MÍDIA TRADICIONAL</b> .....	60
6.1 O CORPUS .....	63
<b>6.1.1 Jornal do Commercio</b> .....	63
<b>6.1.2 Diário de Pernambuco</b> .....	65
<b>6.1.3 Folha de Pernambuco</b> .....	67
6.2 A ANÁLISE .....	70
<b>7 ANÁLISE DE CAMPO 1: QUESTIONÁRIOS</b> .....	78
7.1 PRAÇA DE JARDIM SÃO PAULO .....	78
7.2 BIBLIOTECA PÚBLICA DE CASA AMARELA .....	80

7.3 RUA DA MOEDA .....	82
7.4 POLICLÍNICA WALDEMAR DE OLIVEIRA .....	83
7.5 MERCADO DA MADALENA .....	85
7.6 FORTE DO BRUM .....	87
7.7 CENTRO COMUNITÁRIO DA PAZ (COMPAZ) ARIANO SUASSUNA .....	88
7.8 ILHA DE DEUS .....	91
7.9 PARADA DE ÔNIBUS AGAMENON MAGALHÃES .....	92
7.10 RESULTADOS DA ANÁLISE .....	94
<b>8 ANÁLISE DE CAMPO 2: ENTREVISTAS COM GESTORES .....</b>	<b>103</b>
8.1 CONECTA RECIFE POR ROGÉRIO AGUIAR .....	104
8.2 CONECTA RECIFE POR JORGE PINTO .....	109
8.3 RESULTADOS DA ANÁLISE .....	113
<b>9 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>121</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>130</b>
<b>ANEXO A – QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA COM A POPULAÇÃO.....</b>	<b>134</b>
<b>ANEXO B – MAPA DA REDE CONECTA RECIFE ATÉ OUTUBRO/17 .....</b>	<b>135</b>
<b>ANEXO C – MAPA DO PROJETO CÂMARA CIDADÃ .....</b>	<b>136</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Que contribuições o Conecta Recife traz para a reconfiguração dos espaços públicos na Capital pernambucana? Esta foi a pergunta motivadora da presente pesquisa. O questionamento surgiu de uma inquietação sobre que avaliação a população teria dessa rede, que apropriações o cidadão fazia dela no cotidiano, que valor agregado ao urbano existia e se a cidade estaria caminhando para um projeto maior de um Recife como cibercidade. Contudo, somada a primeira pergunta surgiram outras: quais interesses e motivações o governo municipal tem, declarados e não declarados, em ofertar internet gratuita para a população da cidade? Como os usuários percebem o potencial político dessa ferramenta? E como ela dialoga com a esfera pública e a democracia no século XXI, em uma sociedade imersa nesta era de conexão e mobilidade? Interrogações que envelopam o núcleo da questão central e funcionam como camadas que ora clarificam, ora obscurecem problemáticas inerentes a utopias e distopias sobre comunicação e tecnologia.

Figueiredo (2011) discute sobre uma predileção de correntes positivistas nos estudos de comunicação acerca dos benefícios da tecnologia na cultura que neste caso é descrita, muitas vezes, como antídoto para males sociais e individuais. O Conecta também bebe dessa fonte positivista, onde prevalece a ideologia na qual a internet é necessária e eficiente em uma sociedade de urgência pela informação (WOLTON, 2012). O discurso otimista sobre o potencial transformador e democrático das novas mídias subjuga diversos desafios, como as deficiências técnicas, intelectuais e de educação política da comunidade. Para o Conecta, estes mesmos obstáculos precisam ser superados, a exemplo da duvidosa distribuição espacial do programa, problemas técnicos que minam a eficiência de acesso e o baixo engajamento na rede, visto que o número de usuários ainda é pequeno em relação à capacidade geral da wi-fi e os usos primordiais dos internautas têm sido apenas de entretenimento. Tudo isso se choca com o roteiro oficial para alavancar o programa sob a égide da info-inclusão e modernização da cidade. Nesse arcabouço conflituoso, pontos nevrálgicos que pedem urgência na promoção de visibilidade. Problemáticas que freiam as máximas de liberdade de expressão, acesso à informação e conectividade. “A utopia da comunicação arvora a si mesma ares de revolução. Mas qual seria a revolução que ela é realmente capaz de produzir?” (FIGUEIREDO, 2011, p.18), questiona a autora.

No entendimento de Figueiredo, além de não ser capaz de curar os problemas da humanidade sozinha, a tecnologia pode, sim, agravá-los. E já não estaria? Além da criminalidade com a qual as cidades estavam acostumadas a conviver, como homicídios,

roubos, furtos homem a homem, nos deparamos também com crimes que encontram na web facilidades e a proteção de redes telemáticas, na qual identidades podem ser construídas e reconstruídas, criadas e apagadas, e onde alguns rastros ficam difíceis de serem mapeados (MARTINO, 2014). No Recife, correm lado a lado o aumento da conectividade e do crime, o plano da cidade digital e a realidade da cidade violenta. Na Capital pernambucana houve aumento de 28% nos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI) entre 2014 e 2016 e de 61% nos Crimes Violentos Contra o Patrimônio (CVP)<sup>1</sup> no mesmo período. O celular aparecer no topo de preferências de roubos na cidade, com 70% das ocorrências sendo a maior concentração desse tipo de crime no bairro de Boa Viagem, um dos com mais pontos de wi-fi pública e também conectividade<sup>2</sup>.

Até que ponto há implicação do Conecta neste cenário de desordem da segurança pública é difícil apontar, uma vez que ainda não há diagnóstico sobre a prevalência de usuários nesta rede em detrimento de outras como as 3G e 4G das empresas de telefonia ou outros wi-fi abertos na cidade. Sobre o elevado índice de roubos de celulares, uma hipótese inclina-se para o fato de que os smartphones viraram uma espécie de moeda no mundo crime<sup>3</sup>, sendo facilmente trocado por drogas ou revendidos no comércio paralelo e informal<sup>4</sup>.

Chama atenção que a principal justificativa da gestão municipal para implementação do programa de internet gratuita do Recife era a promoção de uma cultura de paz, pela ocupação de espaços públicos onde há esses pontos de wi-fi grátis. Como rapidamente odemos verificar essa utopia foi minada, talvez, pela falta de investimentos em outros aspectos da vida social como segurança, educação, moradia e políticas de emprego, ou seja,

---

<sup>1</sup> Dados disponíveis no site da Secretaria de Defesa Social (SDS). Disponível em <<http://www.sds.pe.gov.br/>>. Acessado em: 2 de junho 2017.

<sup>2</sup> Dados disponíveis em <<http://www.ondefuirobado.com.br/recife/PE/estatisticas>>. Acessado em: 28 de junho 2017. Sobre o cenário anual de roubos e furtos de celulares interessante ler a matéria da Globo Pernambuco. Disponível em <<https://g1.globo.com/pernambuco/noticia/em-um-ano-roubo-de-aparelhos-celulares-cresce-47-em-pernambuco.ghtml>>. Acessado em: 4 de janeiro de 2018. Já o protagonismo do aparelho é destacado até nas investidas contra ônibus da cidade segundo matéria da TV Jornal. Disponível em <<http://tvjornal.ne10.uol.com.br/noticia/ultimas/2017/03/29/celular-e-maior-alvo-de-roubos-a-onibus-e-sds-lanca-registro-de-aparelhos-29877.php>>. Acessado em: 4 de janeiro de 2018).

<sup>3</sup> Várias notícias diárias colocam em evidência as facilidades para ser trocar celular por drogas ou favores nos crimes. Disponível em <<https://www.campograndenews.com.br/cidades/capital/alvo-facil-e-boa-moeda-de-troca-roubo-de-celular-e-o-crime-do-momento>>. Acessado em 2 de janeiro de 2017.

<sup>4</sup> Operações pontuais da polícia na cidade tem desarticulados alguns desses pontos como na avenida Dantas Barreto, no Recife. Disponível em <<http://www.leijaja.com/noticias/2017/06/16/policia-apreende-celulares-roubados-em-comercio-do-recife/>>. Acessado em: 4 de janeiro de 2018.

desenvolvimento social ampliado. A incongruência entre a utopia da web como promotora de cultura de paz na cidade é reforçada pela falta de sintonia entre a política pública de segurança e a estratégia de acesso à internet. Se uma política era para uma dar suporte à outra isso não ocorre. Em 53,3% dos 15 bairros mais violentos do Recife<sup>5</sup> o Conecta Recife não tem nenhum *hotspot*. Em 40% dos pontos, eles estão em unidades da rede municipal de saúde; 33,3% *hotspots* ficam em praças, mercados e ruas e 6,6% estão em uma biblioteca.

Prosseguindo, vamos apresentar o que é o Conecta Recife. O projeto de instalação de pontos de wi-fi pela cidade era previsto no programa de governo da Frente Popular do Recife para 2013-2016<sup>6</sup>, que tinha como candidato o atual prefeito do município, Geraldo Júlio<sup>7</sup>. Inserido dentro do eixo Inovação e Tecnologia, apresentam-se como proposições: “oferta de conexão e sinal de internet; consolidar o Recife como um polo de economia criativa e inovação; acesso aos serviços públicos integrados, por um único portal; incentivos a centros de excelência em formação tecnológica”. Mais adiante, o documento fala: “a atenção a esta área permite agregar valor a partir do momento em que cria um **diferencial competitivo para os negócios** no Recife, no plano regional e nacional” (grifos meus). A oferta do sinal wi-fi está no recorte de Infraestrutura do plano de governo e instituía como meta cobrir 80% do território da cidade. A estratégia começou a funcionar em 2014, dois anos após a eleição, e às vésperas da Copa do Mundo (entre junho e julho), quando a cidade abrigava alguns jogos da competição, mas com poucos locais de acesso e em torno de focos de aglomeração de turistas. No entanto, o lançamento oficial aconteceu apenas em novembro do mesmo ano, quando a estratégia chegou aos 74 pontos. Naquela época, os jornais de circulação local veiculavam um forte apelo econômico do projeto<sup>8</sup> em detrimento de outros, inclusive devido a sua distribuição espacial que priorizava áreas de valor turístico. Atualmente, quatro anos depois e

---

<sup>5</sup> Segundo os 15 bairros prioritários do Pacto pela Vida do Recife. Listagem disponível em <<http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/17/01/2014/pacto-pela-vida-do-recife-e-expandido-para-novos-bairros>>. Acessado em 10 de julho de 2017.

<sup>6</sup> Informações disponível em <<http://estaticog1.globo.com/2015/09/25/geraldo-julio-programa-de-governo.pdf>> . Acessado em: 2 de julho de 2017.

<sup>7</sup> Candidato do Partido Socialista Brasileiro (PSB), pela coligação Frente Popular do Recife (PSB, PCdoB, PTB, PTC, PMDB, PRP, PTN, PRB, PR, PSD, PSC, PV, PSL e PDT)

<sup>8</sup> BRAGA, C. Wi-fi de graça em graça em 74 pontos do Recife. **Diário de Pernambuco**, Recife, p. A4, 27 nov. 2014; WACENBERG, R. Para conectar os recifenses. **Folha de Pernambuco**, Recife, p. 1C, 27 nov.2014; Recife oferece wi-fi de graça. **Jornal do Comércio**, Recife, p. E3, 27 nov.2014.

uma reeleição de prefeito no contexto, o número de *hotspots* chega a 137, distribuídos em 36 bairros<sup>9</sup>, espalhamento bem abaixo da meta proposta.

A versão 2017 do projeto dá conta que cada *hotspot* atende simultaneamente 250 usuários contra os 100 iniciais. Os dispositivos na área de alcance do sinal (raio de 80 metros) podem se conectar. O sinal wi-fi é distribuído através de quatro Estações de Rádio Base (ERB), localizadas na sede da Emprel<sup>10</sup> (Empresa Municipal de Informática), que fica situada no bairro de San Martim; no Morro da Conceição, Zona Norte; na Prefeitura do Recife, área central da cidade; e na Praia do Pina, na Zona Sul. As ERBs ligam-se aos *hotspots*. O sistema que suporta o serviço possui as tecnologias de wi-fi *outdoor* e *indoor* (em espaços abertos e fechados). A velocidade, que nos primórdios era de 640 Kbps, está em 1 Mbps. Houve também ampliação do tempo de navegação de 1 hora para 2 horas ininterruptas e, quando ultrapassado o tempo limite, é preciso se reconectar. Outra mudança ao longo do Conecta foi a decadência da exigência de um cadastro com disponibilização de dados pessoais para utilização da internet municipal, o que fez as conexões pela wi-fi subirem 10 vezes, num movimento interessante de fuga de imposições de controle nesta rede. Apesar de o internauta buscar invisibilidade na navegação, como por exemplo, negando facilidades como a disponibilização do CPF, esquece-se de outros roteiros possíveis do gerenciamento da gestão em localizá-lo e descrevê-lo em suas ações on-line. O programa Conecta, apesar de quatro anos de funcionamento e das possibilidades de controle da rede, ainda não dispunha de pesquisas sobre efetividade e satisfação dos usuários, usos e desusos dos seus internautas, aplicações e lacunas à época deste trabalho acadêmico. E ainda não apresentou os valores agregados que trouxe para o dia a dia da cidade. Foi por isto que este objeto de pesquisa se

---

<sup>9</sup> Parte dessas informações está disponível em <<http://www2.recife.pe.gov.br/servico/wifi-conecta-recife>>, mas os dados da página oficial do Conecta, disponível em <<http://portalconecta.recife.pe.gov.br/faq.php>>, parecem ter sido abandonados e não havia atualização até o 10 de fevereiro de 2017, data da última consulta.

<sup>10</sup> A empresa é o órgão da Prefeitura do Recife responsável por apoiar todas as iniciativas de tecnologia da informação e comunicação da administração. Isso se dá por consultoria de negócio e tecnologia; construção de termos de referências para contratações de empresas de tecnologia; desenvolvimento e sustentação de sistema; hospedagem segura dos sistemas próprios e de terceiros; disponibilização de acesso à internet, serviços de correio eletrônico e automação de escritório; projetos e manutenção da rede estruturada; atendimento técnico de manutenção de equipamentos, entre outros serviços. Em 2013, a Emprel passou a prestar serviços diretamente ao cidadão com os projetos Conecta Recife, Dados Abertos - que dá acesso às informações do Portal da Transparência - e os diversos sites que compõem a iniciativa de e\_Gov do Recife. Informações disponíveis em <<http://www2.recife.pe.gov.br/pagina/empresa-municipal-de-informatica-emprel>> Acessado em: 20 de dezembro de 2017.

tornou tão caro a esta pesquisa. Chama também atenção o fato da possível subutilização dessa rede. Com 137 *hotspots* de sinal e capacidade máxima de 250 usuários para cada, a wi-fi poderia suportar a cada duas horas 34,2 mil pessoas. Contudo, de acordo com dados repassados pela Emprel, a média diária de acessos é de 7,2 mil.

As dinâmicas entre a rede wi-fi Conecta e a cidade digital que o Recife se propõe a ser é um dos pontos-chave para compreender os processos sócio-políticos-culturais envolvidos neste contexto sem fio grátis do município. A Capital, desde o início dos anos 2000, com a estruturação do Porto Digital<sup>11</sup> vem se autopromovendo no cenário regional, nacional e internacional como potência tecnológica na reestruturação do ambiente social, a exemplo da infraestrutura das cidades.

O Porto Digital é um dos principais parques tecnológicos e ambientes de inovação do Brasil e é um dos representantes da nova economia do Estado de Pernambuco. Localizado no Recife, sua atuação se dá nos eixos de software e serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e Economia Criativa (EC), com ênfase nos segmentos de games, multimídia, cine-vídeo-animação, música, fotografia e design. Desde 2015, o Porto Digital também passou a atuar no setor de tecnologias urbanas como área estratégica. Reconhecido por sua territorialidade singular entre parques tecnológicos, o Porto Digital é um parque urbano instalado no centro histórico do Bairro do Recife e no bairro de Santo Amaro, totalizando uma área de 149 hectares. A região, antes degradada e de pouca importância para a economia local, vem sendo requalificada de forma acelerada em termos urbanísticos, imobiliários e de recuperação do patrimônio histórico edificado desde a fundação do parque, em 2000 (O que é o Porto Digital, 2017).

Salta aos olhos, neste discurso oficial do Porto Digital, a atuação nas tecnologias urbanas no bairro onde foi implantado e como a presença pura e simples de empresas de tecnologia teria mudado o cenário local em termos urbanísticos, imobiliários e de recuperação do patrimônio. No entanto, apaga do projeto de inovação e urbanização a referência e inclusão da comunidade do Pilar, onde a vulnerabilidade social ainda impera mesmo vizinha do Porto Digital. Ao voltar para o plano de governo de Geraldo Julio, é difícil desassociar o Conecta Recife como uma extensão da proposta do Porto Digital e como trampolim de um Recife Digital. Isso porque a estratégia de wi-fi gratuito da cidade também replica a máxima da reestruturação do município por um projeto transformador, que alia a pulverização tecnológica com ambiência social. As combinações não param por aí e no mesmo plano de governo está a proposta de acelerar a conexão do Recife a partir dos principais polos de pesquisa e tecnologia da cidade, como universidades e o Porto Digital.

---

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://www.portodigital.org>>. Acessado em: 2 de julho de 2017.

Mas até que ponto esse digital é social e politicamente ativo? Até que ponto o digital na cidade conversa com os espaços e o cotidiano da população em geral? De que forma o digital, precisamente a rede Conecta, tem influenciado as práticas diárias dos recifenses? Para além de onde se constrói tecnologia, é na arena dos usos e governança democrática onde queremos chegar e onde encontramos vazios nas discussões acerca do Conecta Recife. Um desses vazios parece estar sobre o que se entende por cidade digital. “A criação de uma cidade digital ou rede de participação é, por definição, uma atividade de experimentação, na qual o próprio conceito de cidade digital ou rede de participação deve estar continuamente em discussão e elaboração” (PALACIOS, 2006, p. 231). Para o autor, esses projetos devem abranger a internet e suas aplicações, intranets e funcionalidades diretas de tecnologias digitais e telemáticas a equipamentos urbanos para superar essas lacunas na compreensão do possível modelo pretendido de cibercidade. O foco é a promoção de organicidade multifacetada, onde além da técnica são englobadas práticas políticas sustentadas pela comunidade, governança, infraestrutura e coerência de modelo de negócios (JOSGRILBER, 2009, p. 26). Sem isso, essas cidades digitais funcionam apenas como vitrine turística e comercial, que supre parcialmente aos anseios do urbano na atual ciberurbe (LE MOS, 2010, p. 156) e reforçam uma construção capitalista do espaço e ciberespaço nas cidades.

Eugênio e Lemos (2007, p.256) analisam que a tecnologia móvel dos celulares potencializa, de certa forma, o consumo nas sociedades. Isso acontece pela privatização do espaço público urbano loteado em zonas de wi-fi geridas por empresa, governos ou particulares; ou pela publicização do espaço privado, quando os usuários acabam dispondo voluntária ou involuntariamente dados pessoais e rastreáveis. No cerne da questão, os autores apostam que o atual processo de comunicação “trata-se de um modelo por princípio comercial, o da comunicação em rede, cujo aspecto descentralizado e múltiplo está a serviço da axiomática capitalista, cada vez mais descentralizada e desterritorializada” (EUGÊNIO; LEMOS, 2007, p.258). Apesar da compreensão distópica, há esperança nas potencialidades criadoras, que ambos classificam como um uso radical da rede. Neste contexto tão ampliado de discussões, o ponto de partida está na relação entre lugares, dispositivos móveis e pessoas, tríade que define o que Lemos (2007) chama de mídia locativa, e que são elementos fundamentais nessa mudança de paradigmas dos espaços nas cidades e nas relações do urbano. Mídias que são novas armas na apropriação do urbano e no caminho do direito à cibercidade.

## 2 METODOLOGIA

A compreensão do objeto em estudo começou pela reconstrução bibliográfica de elementos teóricos que ajudaram a conhecer a rede Conecta Recife e oferecer elementos que norteariam a investigação de campo. Entre elas, as que fazem aproximações e afastamentos entre a noção de esfera pública reconstruída e reativada pela internet e pela oferta gratuita de acessos à web nas cidades. Para tanto, autores como Castells (2013), Gomes (2008), Habermas (2003), Lemos, Pastor e Oliveira (2012), Lévy (1999) e Josgrilberg (2009) delinearam o embasamento para as descobertas das dinâmicas da wi-fi do Recife. Temas como estruturação da esfera, as contribuições da internet e os desafios dessa nova ágora foram desenvolvidos para chegar a uma análise crítica do que é potencial nesse retrato e do que é engodo.

Ainda no caminho de revisão teórica, Assange (2013), Bourdieu (2013, 2008), Castells (2013, 2004) e Foucault (2009, 2008) foram os pilares para o entendimento dos objetivos do Conecta Recife como política pública da cidade, recortada na contemporaneidade por projetos “urgentes” de modernização trilhada pela disposição da tecnologia. Fincada num campo de relações de poder e interesses, a wi-fi pública da Capital surge como mais carta no embate por visibilidade da gestão e por domínio do público na área informacional digital. Este contexto de tensão replica-se quando se coloca as discussões dentro dos territórios de convivência da população, com ápice nas cidades. Dentro dos aglomerados urbanos, os projetos de internet causam impactos diretos nos locais e nas relações humanas com este novo espaço físico e digital que passaram a se entrecortar.

As cidades, tradicionalmente áreas de diversidade e tensões, veem-se no século XXI diante de mais demandas pelas exigências e necessidades que a tecnologia tem imposto, muitas vezes em nome do desenvolvimento social igualitário, que ainda não acontece, pelo menos não no Recife. Voltando o olhar sobre os mandos e desmandos históricos, sobre o poder de construir e reconstruir o urbano, moldando as cidades, evidencia-se que o direito à cidade - apesar de em sua essência ser coletivo - tem se estabelecido ao longo dos anos como um direito privativo dos governos ou da iniciativa privada ou de ambos. O molde é da cidade empresa, da cidade capitalista. Lugar de expropriação e desigualdade. Assim como o direito à cidade parece longe de se concretizar de forma plural e negociada entre os atores que compõe o tecido urbano- trazendo uma melhor distribuição do lucro para todos-, o direito à cibercidade enfrenta dificuldades semelhantes. Contudo, aspectos colaborativos tem sido uma arma importante na participação do cidadão mais engajado politicamente. As mídias locativas que acoplam lugares, dispositivos móveis e pessoas, são interessantes peças-chave nesta

mudança de paradigmas dos espaços nas cidades e nas relações do urbano. Para chegarmos a esses achados foram estudados Harvey (2014), Lemos (2007, 2010), Bauman (2009, 1999), Santaella (2007), Lévy (2010, 2014) Palácios (2006), Mitchell (2005).

Ainda dentro dessa perspectiva de conhecimento sobre a construção e afirmação de poder nas relações do urbano no Recife, investigamos como se deu a apresentação do projeto Conecta Recife nos três maiores jornais em circulação em Pernambuco. Utilizamos as matérias do dia 27 de novembro de 2014, quando as edições dos periódicos Jornal do Commercio (JC), Folha de Pernambuco (Folhape) e Diário de Pernambuco (DP) estamparam em suas edições matérias sobre o lançamento oficial do programa. Depois da coleta das matérias – no Arquivo Público do Estado e na Biblioteca Pública do Estado – foram dissecados elementos e analisado o conteúdo dos textos, que resultaram no vislumbramento de perpetuação da ausência da crítica política e social do projeto. Ainda, partir de segmentações temáticas e recorrência das mesmas, verificou-se uma homogeneidade dos discursos no alinhamento governamental. Cabe ressaltar que os jornais insistiram num discurso positivista do programa e que reforçam uma lógica mercantilista da oferta desse serviço na Capital. Sobre essas relações e certa “parceria” da mídia com o poder do governo foram consultados Habermas (2003), Herscovitz (2010), MacCombs (2009), Rocha (2005) e Wolf (2001).

A partir de cada degrau investigado chegamos à perspectiva da realização desta pesquisa qualitativa, que lançará mão do recurso da entrevista semiestruturada, para abordar o ponto de vista dos sujeitos e suas interconexões com o urbano e o digital. “A pesquisa qualitativa é de particular relevância aos estudos das relações sociais devido à pluralização das esferas da vida [...] que exige uma nova sensibilidade para os estudos empíricos das questões” (FLICK, 2009.p.21), trabalhando, assim, fenômenos que não podem ser explicados de forma isolada. Pedem, desta forma, uma análise de diferentes perspectivas, agregando os participantes e suas diversidades, somando uma variedade de abordagens, que não cabem apenas na perspectiva quantitativa (Ibidem, 2009). O autor reforça que as ideias centrais para orientar a pesquisa quali estão na variedade de abordagens e métodos, na reflexão do estudo como parte de um processo de produção de conhecimento e no reconhecimento e análise de diferentes aspectos. Dentro desses pontos de vista, Flick aponta três caminhos para a apreensão dos objetos e focos metodológicos. O primeiro parte de referências teóricas, extraídas de tradições do interacionismo simbólico e da fenomenologia, para a coleta e análise

de dados, onde “há um predomínio das entrevistas semiestruturadas ou narrativas, e dos procedimentos de codificação e de análise de conteúdo” (Ibidem, 2009. p.29).

A partir dos locais de implantação dos *hotspots*, dispostos em parques, praças e equipamentos públicos, seguiu-se uma segmentação para aferir alguns achados que davam respostas sobre a articulação do projeto com a localidade e a comunidade. Primeiro, para perceber possível mudança nas dinâmicas da urbe foi necessário dividir os 137 pontos do Conecta pela característica urbanística das localidades, segundo a nomeação de infraestrutura meramente físicas/arquitetônicas (padrões estéticos) desses espaços onde as antenas estão implantadas. Chegamos ao total de 19 zonas wi-fi em parques e praças, 8 em mercados, 9 em ruas e avenidas, 20 em unidades de saúde, 2 em fortes, 2 em bibliotecas, 2 em Compaz, 1 em uma parada de ônibus e 1 numa comunidade/favela.

Entre esses nove tipos de infraestruturas verificadas, foram sorteados no site [sorteador.com.br](http://sorteador.com.br) um local de cada, o que resultou em nove questionários em espaços arquitetônicos diferentes do Recife. O resultado dessa triagem e sorteio direcionou a investigação de campo para a Praça de Jardim São Paulo, que fica no bairro de mesmo nome; Biblioteca Pública de Casa Amarela, em Casa Amarela; Rua da Moeda, no bairro do Recife; Policlínica Waldemar de Oliveira, bairro de Santo Amaro; Mercado da Madalena, bairro da Madalena; Forte do Brum, bairro do Recife; Compaz Ariano Suassuna, no bairro do Cordeiro; Comunidade Ilha de Deus, na Imbiribeira; e a parada de ônibus em frente ao Empresarial Nassau, na Ilha do Leite. As duas últimas por serem locais únicos dentro das suas respectivas categorias (comunidade e parada de ônibus) foram abarcadas pelo estudo sem necessidade de sorteio. A escolha dos entrevistados teve como critério ser usuário da wi-fi municipal, mas não necessariamente acesso exclusivo, único. Também foi considerada a frequência dos entrevistados naquele espaço, com pelo menos duas vezes na semana no território. Sexo e idade foram aleatórios.

Na avaliação, a inquirição por questionário semiestruturado observou cinco aspectos centrais. O inicial foi a avaliação de qualidade do serviço de internet grátis e o que se pode melhorar, de acordo os entrevistados. O segundo aspecto foi a caracterização do sujeito sobre os usos que ele faz na web com a conexão municipal, quando será questionado sobre quais os dispositivos de acesso que ele utiliza e que uso ele faz (como entretenimento, informação e educação). O terceiro critério foi estabelecer em que momentos os usuários utilizam a rede e que outras opções concorrem com o Conecta. O quarto ponto volta-se para o questionamento sobre que nova aplicabilidade à rede Conecta Recife trouxe para a vida cotidiana, para os espaços onde os pontos foram instalados e se esses lugares assumiram novas funções para as

pessoas. Verificou-se, ainda, com a população se ela sabe o que é inclusão digital, se acredita que está incluída e se vê importância na disponibilização de web grátis pelo governo. O alvo foi a análise de alteração ou não nas relações sociais e físicas nas localidades (tratamos das reconfigurações do espaço urbano pelas tecnologias no capítulo 5) e se havia problemas na governabilidade da wi-fi. Desta forma e de maneira global para a análise de campo, quando o foco esteve nas pessoas no território, foi dimensionado a ausência x presença de entrevistado com pacote de dados próprio; ausência x presença de conhecimento sobre inclusão digital; ausência x presença de sentimento de inclusão digital; ausência x presença de preocupação do usuário com vigilância na rede; e ausência x presença da violência como fator inibidor do uso do Conecta.

Também foi objeto de aferição para este estudo com a população o perfil de uso social do espaço (serviço, moradia, passagem e lazer/turismo), o tipo de acesso ao espaço (controlado ou aberto), os principais entraves de conexão ao Conecta, os valores agregados pelo Conecta a vida diária (baixo, alto ou mediano), as percepções de reconfiguração espacial pelo Conecta (muitas, alguma ou nenhuma) e quais os usos mais frequentes da rede. Cabe explicar a eleição dos critérios para categorização acima descrita. Sobre o uso social do espaço verificou-se que para além da infraestrutura arquitetônica, essas zona wi-fi estavam fincadas em áreas com dinâmicas, que chamamos aqui de sociais. Vislumbramos assim que em algumas haveria maior prevalência de casas e apartamentos, o que as definiria como de moradia; outros com maior presença de comércio ou equipamentos de prestação de serviço (como escolas, hospitais, repartições), que as colocaria na condição de áreas de serviço. Assim como aquelas onde havia mais opções de diversão ou componente histórico se encaixariam na opção turismo/lazer e aquelas de passagem seriam as que o sujeito tem baixa permanência e pouco laço territorial.

Apesar do possível hibridismo no uso social, uma das características tende a se sobressair ajudando a entender os possíveis usos da internet, assim como suas transformações nas localidades. Com essa categorização era possível captar uma multiplicidade no espectro de usuários da rede e verificar contribuições que a tecnologia pode agregar nesses espaços. Dimensionar o tipo de acesso que o usuário tinha no espaço físico de conexão, se aberto ou controlado, era um indicativo que traria, a princípio, pistas sobre a possível diferença na qualidade da rede em áreas públicas de acesso livre (a exemplo de parques e praças) e áreas públicas de acesso controlado (como postos de saúde e Compaz). Este eixo também foi termômetro para a inferência de liberdade, cerceamento e marginalidade de usuários na rede Conecta. Os quesitos valores agregados pelo Conecta a vida diária e percepções de

reconfiguração espacial aparecem como complementares aos achados de perfil e tipo de acesso nesses espaços. Somados a aba dos usos mais frequentes da rede, esses critérios ajudam na compreensão das possibilidades de apropriação social, cultural e política da rede.

Além da percepção com os usuários, o estudo ainda tratou de entrevistas com os representantes municipais protagonistas deste projeto. Diretores da Emprel, quem gestam o Conecta operacionalmente, e o prefeito idealizador, Geraldo Julio, estiveram na lista. Contudo, até a conclusão deste trabalho apenas dois diretores da Emprel se dispuseram a colaborar e foram entrevistados. O objetivo da inquirição com eles foi apresentar a versão governamental sobre a iniciativa, sua avaliação do presente e perspectivas futuras da rede. Para a inferência de resultados das entrevistas com eles foram observados quatro eixos descritos por Josgrilberg (2009) como as quatro condições de sustentabilidade de redes locais sem fio: comunidade, governança, infraestrutura e modelo de negócio. Para a interpretação dos resultados foi estabelecida a condição de ausência x presença de comunidade inserida no processo; clareza x obscuridade na governança; acessibilidade x não acessibilidade da infraestrutura; e coerência x incoerência do modelo de negócios. Daí sendo extraída a verificação das possíveis implicações desses indicadores da gestão da wi-fi recifense.

A compilação de todo o material coletado em campo, seja da população nas áreas de wi-fi, seja dos gestores da Emprel, foi ancorada na Análise de Conteúdo (AC) de Bardin, através de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Este método realiza-se através da organização em torno de três polos: 1º o de pré-análise; 2ª o da exploração do material; e 3º o do tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação (BARDIN, 2004). A partir da transcrição das entrevistas, os conteúdos desses materiais apresentados pelos entrevistados foram sistematizados para apreensão dos significados das falas e interligação ao contexto que se inserem, seguindo categorização temática recorrente nas entrevistas. A AC é uma das principais ferramentas para estudos que primam pela transversalidade de temáticas do campo teórico com o campo prático, ao qual buscamos estabelecer conexões e desconexões.

Para a conclusão retomamos as áreas temáticas discutidas na revisão bibliográfica e os achados nas análises de campo para apresentar as perspectivas do projeto Conecta Recife enquanto esfera pública, política pública e direito à cidade na era digital. A garimpagem dos aspectos observados deve trazer novas contribuições a cerca da experiência de redes públicas nas cidades tanto na percepção política, econômica, social e urbanística.

### **3 WI-FI MUNICIPAIS: CONTRIBUIÇÕES E DESAFIOS PARA A ESFERA PÚBLICA**

É no mínimo curioso o cenário que se delineia no Brasil quando o assunto é a oferta de internet pelas gestões municipais. O Perfil dos Estados e dos Municípios Brasileiros, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgado em 2015, mostra uma escalada interessante nos acessos wi-fi na ordem de 83,2%, entre os anos de 2012 e 2014<sup>12</sup>. Em 2012, dos 5.565 municípios do País, 795 tinham a rede sem fio de internet, sendo 744 totalmente grátis. Entre as áreas atendidas, a maior parte, 382, abrangia apenas alguns bairros das áreas urbanas, seguido pela parte urbana e rural (181), área urbana completa (141) e todo o município (91). Dois anos depois, o retrato mostrou que 1.457 cidades dispunha desse tipo de conexão, o que representa 26,2% da totalidade de municípios brasileiros. Em 1.383, o serviço é gratuito. Já em relação à abrangência da web nessas populações, viu-se a repetição de uma prevalência de apenas alguns bairros dentro dessas cidades (910) cobertas com o serviço wi-fi. A sequência se repetiu com 299 locais onde o wi-fi está na parte de área urbana e rural, 169 estão na área urbana e apenas 79 têm cobertura em toda sua extensão, ou seja, 5,4%.

Vindo para a realidade pernambucana, em 2012 eram 30 prefeituras garantindo o acesso à internet via wi-fi. Deste total, apenas duas estratégias de wi-fi cobriam toda a extensão dos municípios e 12 estavam em alguns bairros da área urbana (os dados disponibilizados pelo IBGE não discriminam os nomes dos municípios, nem os bairros). Dois anos depois, em 2014, houve um aumento de 70% de gestões ofertando web. Saltamos de 30 para 51 prefeituras. Contudo, o perfil de abrangência continuou concentrado em uma distribuição somente para alguns bairros da área urbana dessas cidades (33) e não avançou na proposta de universalização de acesso em todos os pontos da cidade.

Outro aspecto que salta do mesmo levantamento do IBGE é o número de gestões municipais com políticas ou planos de inclusão digital. Ao todo, essa estratégia de governo estava presente em 4.786 cidades, em 2014. Isso representa 86% das cidades da Nação. E um número três vezes maior que os municípios que ofertam wi-fi. Desses programas de inclusão digital no Brasil, 1.178 acontecem por iniciativa exclusiva da prefeitura. Quando olhamos para o estado de

---

<sup>12</sup> Ambos os perfis estão disponíveis na internet. Perfil dos Municípios Brasileiro 2012 disponível em <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2012/>>, acessado em <15 de janeiro de 2017>. Perfil dos Municípios Brasileiro 2014 disponível em <<https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2014/>>, acessado em <15 de janeiro de 2014>.

Pernambuco, temos, segundo o estudo do IBGE, 138 cidades com plano de inclusão, sendo 37, exclusivamente, geridas por prefeituras.

É nessa explosão de criação de possibilidades de acesso e inclusão digital, criadas por agentes governamentais, que Maia e Gomes (2008) sugerem ser precipitado revestir tais iniciativas de um manto sagrado como potencializadoras da democracia e, até mesmo, como um simples coringa nas dinâmicas da esfera pública atual. Palacios (2006) considera que a proliferação de experimentos de redes locais e de participação, como o programa português Aveiro Cidade Digital, pedem caracterizações cautelosas para que não se caia num otimismo precário sobre a disposição dessas redes que se multiplicam. Para o autor, superadas as discussões dos embaraços técnicos de acesso, os olhares devem se voltar aos obstáculos socioculturais, descritos por Palacios como “alfabetização *stricto sensu* e digital; disponibilidade de tempo; capacidade diferencial de buscar, selecionar e utilizar informações, em função da bagagem cultural do usuário em potencial, etc.” (Ibidem, 2006. p. 230). Indo além, ele ainda destaca que para a sobrevivência de iniciativas de tais redes, como, por exemplo, as promovidas pelas prefeituras através da tecnologia wi-fi, é preciso levar em conta questões de demanda e de motivação para que realmente exista uma interlocução e vivacidade das experiências.

É partindo dessa lógica que Martino (2014) também faz considerações sobre a esfera pública e a internet. Sobre isso, classifica como “tentador” o desejo de aproximá-la como “uma elaboração contemporânea da esfera pública”. Isso derivaria de um entendimento geral e superficial de que a web é uma síntese de um espaço completamente democrático para trocas de ideias, quando não é bem assim.

As interações políticas na internet nem sempre se caracterizam pela democracia; discussões sobre temas de interesse público muitas vezes perdem seu foco, tornando-se espaço de disputas e intrigas pessoais. Em que condições, de fato, a internet poderia ser um espaço de deliberação política e discussão a respeito de temas públicos? Em outras palavras, em que medida se pode encontrar na internet elementos para considerá-la uma forma digital e conectada da esfera pública? (MARTINO, 2014, p. 90).

Para essas respostas, Martino foi buscar em Habermas (2003) conceitos clássicos e a história da esfera pública como um território de mediação, ressignificação e disputa entre os cidadãos e o Estado. Aproximando-se da obra construída na década de 1960, “Mudança Estrutural da Esfera Pública”, um dos principais elementos a serem considerados nessa análise é o soerguimento do novo território onde os conflitos da sociedade moderna conectada também se desenrolam: o ciberespaço. Digo também porque este não elimina nem se opõe ao espaço físico, como defende Santaella (2011). Pelo contrário, são intensificadas as relações com o espaço de

lugar, principalmente com a expansão de mobilidade, de modo que ruas, praças e monumentos passam a ser interfaceados pelos dispositivos e conexões.

Essas condições, já presentes antes mesmo da emergência das tecnologias móveis, tornaram-se progressivamente mais efervescentes à medida que foi se dando a expansão desses aparelhos e com eles a expansão em progressão geométrica dos espaços móveis interconectados pelo uso de interfaces portáteis. Estas permitem, enquanto as pessoas se movem no espaço urbano, a conexão local e remota multipessoal (SANTAELLA, 2011, p. 185).

Para tornar a compreensão das transformações da esfera pública na sociedade civil conectada mais didática e as considerações sobre a trilha atual e caminhos futuros diante da oferta cada vez maior de acesso público de web, dividiremos as discussões em três partes: a estruturação da esfera, as contribuições da internet e os desafios da nova ágora.

### 3.1 A ESTRUTURAÇÃO DA ESFERA

Representatividade. Eis uma palavra-chave para o entendimento inicial da estruturação da esfera pública. Habermas (2003) discorre que este termo é um dos elementos centrais nas dinâmicas dela, uma vez que não há representação na coisa privada. Na Idade Média, seu sentido estava ligado ao status, autoridade e dominação da nobreza. Atributos pessoais como emblemas, vestimentas e formas de falar construíam um código de comportamento virtuoso que quer mostrar-se, ser reconhecido e copiado. Para longe de ser um espaço público, era antes um espaço social. Torneio, dança e teatro em passarelas como o parque, as ruas ou salões serviam para exibir grandeza. O povo, “que nada tinha a fazer exceto ficar olhando, se divertia à beça” (HABERMAS, 2003, p.23), estava ali como um sustentáculo para que essa representatividade se desenrolasse. É no século 18, com a decomposição dos poderes feudais, Igreja, realeza e nobreza - alicerces da representatividade pública da época - advindos polarização entre sociedade e Estado, e da repartição mais marcada do que é público e privado, aliado ao início do Capitalismo, que surge a gênese da esfera pública burguesa. É nela que uma esfera pública política nasce de nuances econômicas, mas ainda povoada pela questão de status pessoal feudal.

O pré-capitalismo é conservador não só na mentalidade comercial [...] numa prática de negócios impregnada pela concepção do lucro “honrado”, mas também politicamente. Enquanto ele vive dos frutos do modo de produção anterior [...] sem reestruturá-la, os seus traços continuam ambivalentes: este capitalismo estabiliza, por um lado, as relações de dominação estamental e, por outro lado, libera aqueles elementos em que elas acabarão por se dissolver. Aqui pensamos nos elementos do novo sistema de trocas: a troca de mercadorias e de informações engendrada pelo grande comércio pré-capitalista (HABERMAS, 2003, p. 28).

É nesse contexto que percebe a informação como moeda importante no novo sistema de trocas, que a imprensa se institucionaliza como canal de comunicação e publicidade. Isso a partir do momento em que ela torna a transmissão de informação regularmente pública, no sentido de acessível ao público em geral. Degrau conseguido no Estado Moderno. O autor elenca que a esfera pública no sentido moderno é a esfera do poder público, que se objetiva na administração e exército permanente, assim como na continuidade da troca de mercadorias e notícias como atividade estatal. Nesse jogo, a participação, assim como nas cortes, gera também exclusões. Isso acontece uma vez que o “[...] ‘público’ torna-se sinônimo de estatal [...]”. O poderio senhorial transforma-se em ‘polícia’; as pessoas privadas submetidas a ela enquanto destinatárias desse poder, constituem em público” (HABERMAS, 2003, p. 33). Antagonista a esse processo vertical da participação, surge a sociedade civil burguesa, escopo da esfera pública política, com vistas ao entendimento de um interesse geral. É dessa forma que Habermas conceitua a esfera pública burguesa:

[...] esfera das pessoas privadas reunidas em um público; elas reivindicam essa esfera pública regulamentada pela autoridade, mas diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis de intercâmbio de mercadoria e do trabalho social. O meio dessa discussão política não tem, de modo peculiar e histórico, um modelo anterior: a racionalização pública (HABERMAS, 2003, p. 42).

A esfera pública burguesa desenvolvida baseia-se na identidade fictícia das pessoas privadas reunidas num público em seus duplos papéis de proprietários e de meros seres humanos (HABERMAS, 2003, p. 74).

É preciso também destacar que a cultura aqui assume forma de mercadoria e, por isso mesmo, é o cerne do assunto de uma esfera pública literária, que encontra nas cidades seu coração e nos cafés, salões e comunidades, outros órgãos vitais. Para as discussões permanentes nesses diferentes espaços, uma etiqueta institucionalizou-se. O autor indica que, em primeiro lugar, deve haver uma “polidez de igualdade” entre os participantes na autoridade de argumentos. Segundo, deve haver multiplicidade de temas, com a problematização de coisas até então inquestionáveis. Terceiro, não pode haver fechamento do público, prezando pela acessibilidade de quem queira participar. Silverinha (2010) endossa que tais elementos permanecem vivos em análises políticas das sociedades atuais. Principalmente, nos debates acerca da formação de opinião pública e acessibilidade de temas e pessoas. Para ela, o conceito implica numa abertura democrática do discurso, com vistas ao bem comum, e imprescindível nas democracias modernas. É nesse espaço de interações, como renomeia a autora, que elementos discursivo/narrativo e as ações performativas se desenrolam. Sendo o fator discursivo formado pelos diferentes discursos

expostos, a exemplo da mídia, expressão cultural e jornalismo. E o fator performativo compreendido como atos em tornos de matérias políticas, como protestos e manifestações.

Essas duas componentes de interação discursiva e de ação sofreram transformações históricas, mas mantém como objetivo dois elementos concatenados centrais nas democracias: o processo de legitimação da ação do Estado que pode ser discutida e submetida ao debate racional, e o reconhecimento das necessidades e interesses de modo a formar um conceito do bem comum que possa ser traduzido em lei (SILVEIRINHA, 2010, p. 34).

### 3.2 AS CONTRIBUIÇÕES DA INTERNET PARA A ESFERA

Antes de entrar no impacto da internet, falaremos do impacto das outras mídias na estrutura da esfera pública. No Estado Moderno, foram os jornais um dos protagonistas para o esfacelamento da esfera pública política, como observado por Habermas (2003). Ocuparam esse papel por terem sido um dos gatilhos para um acesso seguro à esfera pública, reconfigurando o público de pensador de cultura para consumidor de cultura. Caminho que leva a formação de um pseudo-público esvaziado através da trilha da publicidade sedutora e feroz. Numa cultura e sociedade discutidas sob forma de comentário. A cultura de massa, assim, subverte a ordem natural da esfera. Em vez de formar um público mais amplo e com substância, prioriza distração e diversão de consumidores medianos. A promessa de ampliação e qualificação da esfera tornou-se questionável. Isso porque ao mesmo tempo em que os meios de comunicação de massa (MCM) aumentavam o acesso aos bens culturais pelas facilidades econômicas e psicológicas de entrada indistinta, podava o quesito da racionalização inerente às discussões. Esse é o retrato da desintegração do público pensante pela despolitização, seja no conteúdo ou nos espaços físicos, gerada por esse cenário midiático-cultural.

À medida que a cultura se torna mercadoria, isso não só por sua forma, mas também por seu conteúdo, ela se aliena àqueles momentos cuja recepção exige uma certa escolarização – no que o “conhecimento” assimilado por sua vez eleva a própria capacidade de conhecer (HABERMAS, 2003, p. 196).

Gomes (2008) indica para os déficits democráticos provocados pelos MCM que minaram a participação política. Neste sentido, são apontadas como justificativas duas explicações. Uma é o discurso da frustração, no qual o argumento indica que os MCM fracassaram, pelas circunstâncias do seu uso, nas promessas de ampliação da participação democrática. O outro discurso trata da imputação de culpa, responsabilizando os MCM pelo que deixam de fazer e pelo que fazem para o declínio da democracia participativa. Em uma ou na outra justificativa, o imperativo do mercado das notícias e entretenimento emerge, afogando os imperativos do público na comunicação massiva, num reflexo da concorrência das empresas de mídia que reiteradamente usam a

sistemática ideológica do capital. Entre essas empresas, ingredientes como o sensacionalismo, a simplificação das questões e da informação política, além da seleção e ordenação de matérias políticas segundo interesses econômicos eram primordiais na receita de sucesso do caráter adestrador, publicitário e demonstrativo da indústria cultural.

Silveirinha (2010) também destrincha aspectos observados nesta corrosão da capacidade de reflexão crítica do público, guiado por uma indústria da informação em massa. As quatro consequências mais nítidas, segundo a autora, são: a crescente comercialização da cultura, necessidade de orientação na vida diária, um comportamento apolítico em vistas do bem estar e a invasão de interesses financeiros e estratégicos nos assuntos de discussão cotidianos. Neste contexto, a esfera pública deixou de ser espontânea e tornou-se fabricada. Perdeu ainda base comunitária, localização, delimitação em relação à esfera privada e princípios de cidadania, transparência e abrangência (HABERMAS, 2003, p. 238). Para superar isto, voltando a exercer função de crítica política, controle e co-gestão é imprescindível repolitizar a esfera pública para a real formação democrática de opinião e vontade públicas. Habermas (Ibidem) afirma que a reestruturação depende do uso do princípio da publicidade, mas não com caráter de demonstração e integração, e, sim, de uma comunicação sem perturbações comerciais e estratégicas e que prime pelo uso público da razão.

As novas formas de pensar e fazer comunicação no contexto digital e em rede deram fôlego, pelo menos em tese, a atual face da esfera pública da sociedade em rede (CASTELLS, 2013). Ela ainda convive com a cultura de massa, mas também está imersa na comunicação pessoal de massa, característica da internet. Sociedade esta marcada pelo desenvolvimento de novas tecnologias da informação e pelo reaparelhamento do poder como tecnologia do poder, como aponta Castells. Juntamente a isso, aliado aos espaços físicos da discussão, o espaço de redes de internet fizeram nascer o chamado ciberespaço. Caracterizado por Santaella como “espaço informacional das conexões de computadores através do globo” (2007, p.178) e de habilidade para simular ambientes dentro dos quais humanos podem interagir e que funcionam pelo agenciamento do internauta. “Esse espaço de existência para entidades que não têm lugar fixo, mas podem estar em inúmeros lugares, e mesmo cruzando os ares, ao mesmo tempo” (SANTAELLA, 2007, p.179). Recuero (2012) também nomeia o ciberespaço como espaço de virtualidades, alicerçado pelos fluxos de informação e comunicação, construídos e negociado pela participação dos atores através da conversação. Ou ainda, “construído enquanto social e apropriado enquanto ambiente técnico” (RECUERO, 2012, p. 41).

As características desse novo espaço conversacional fluido carregam possibilidade de colaboração coletiva, uma vez que a web em sua origem tem como cerne a liberdade de participação. Mas que participação é essa? Quais os seus impactos sociais e políticos? Lévy (1999) reforça que o novo espaço ciber não substitui o espaço de território como mecanismo de vivência da democracia e da cidade. Pelo contrário, são complementares. Acrescentam-se quando necessário. Distinguem-se, contudo, por propriedades físicas, topológicas e de qualidade dos processos sociais.

As instituições territoriais são antes hierárquicas e rígidas, enquanto as práticas dos cibernautas têm tendência a privilegiar os modos transversais de relação e a fluidez das estruturas. As organizações políticas territoriais repousam sobre a representação e a delegação, enquanto as possibilidades técnicas do ciberespaço tornariam facilmente praticáveis formas inéditas de democracia direta em grande escala etc (LÉVY, 1999, p. 199).

Lévy se atém a capacidade que a internet tem de incitar a colaboração coletiva e contínua sobre os problemas e em busca de solução cooperativa. Além disso, Lemos, Pastor e Oliveira (2012) reforçam que as tecnologias e as redes sem fio (wi-fi) criam novas formas de interação com o espaço físico, através de um movimento de reconfiguração onde novas práticas e usos dos espaços são delineados e ou potencializados pela mobilidade digital. Martino (2014) comenta que, por agregar no seu escopo ideias tão semelhantes à noção de esfera pública - entendida como espaço de deliberação onde há participação aberta e livre -, a internet como instrumento técnico e o ciberespaço enquanto ambiente foi adornada como elaboração contemporânea da esfera pública. Assim também percebe Maia (2008) ao indicar que a internet reduz os custos da participação e que, de modo inegável, cria plataformas extras para a participação política, ou como ela mesma infere a democracia digital ou ciberdemocracia. Contudo, a autora questiona a relação determinística entre a tecnologia e a revitalização de instituições e práticas democráticas. Ao mesmo tempo em que a web pode descentralizar a participação, pode centralizar poder. Além das possibilidades de acesso livre e aberto, é preciso, para a afirmação do caráter democrático, a motivação, interesse e disponibilidade dos cidadãos em participar. “A internet não pode ser tomada em si como uma esfera pública” (MAIA, 2008, p. 279).

Gomes (2008) aponta que na fase entusiasmada dos impactos sociais e políticos da web, quando prevalecia uma esperança cega na capacidade pura e simples regenerativa da esfera pública e da democracia, a multiplicidade de defesas em favor da internet poderiam se agrupar em sete blocos: a superação dos limites de tempo e espaço para a participação política; extensão e qualidade do estoque de informação on-line; comodidade, conforto, conveniência e custo; sem filtros nem controle; facilidade e extensão de acesso; interatividade e interação; e oportunidade

para vozes minoritárias ou excluídas. Tais argumentos, que configuram características potenciais da rede, mais uma vez aproximam, na prática, a web das premissas da esfera. O mais usado, conhecido e destacado pelo autor como argumento central é o da capacidade de interatividade e interação promovidas pelas novas tecnologias da comunicação. Estaria na estrutura da internet/ciberespaço e multiplicidade de dispositivos de acesso o melhor canal para os fluxos de comunicação e informação em mão dupla entre cidadãos e Estado. Um oásis enquanto via da publicidade, no sentido de tornar público, tornar conhecido. Quando essa mão dupla funciona, Gomes (2008) sinaliza para a possibilidade de aumento do poder simbólico e material do público, melhor paramentado e consciente de sua força política e papel nessa arena. Por outro lado, também fornece ao Estado um termômetro das próprias ações e da percepção delas pela sociedade civil conectada.

### 3.3 DESAFIOS DA NOVA ÁGORA

Ultrapassar os obstáculos ideológicos, sociais ou técnicos pode ser caminho na tentativa de construção racional dos discursos na internet como esfera pública. Tomando por base a noção de esfera como arena discursiva e as características-chaves dessa argumentação pública como condições de universalidade, racionalidade, não-coerção e reciprocidade, Maia (2008) levanta problemáticas a serem consideradas. A primeira delas versa sobre as deficiências de acesso universal à internet. A desigualdade neste quesito, tanto devido à falta de conhecimento técnico das ferramentas quanto educacional, cria um tipo de divisão social. De forma simplificada, a estratificação proposta pela autora compreende aqueles que têm pleno acesso a todos os recursos; os que utilizam a internet de forma episódica mais voltados ao uso comercial ou de entretenimento; os que não estão conectados diretamente à rede e dependem de acesso público; e aqueles que nunca usaram o computador. Maia fala ainda que quando os governos não enxergam ou não consideram essa segmentação da população ao fazerem “usos das novas tecnologias para formular serviços baseados na escolha dos cidadãos, disponibilizar serviços e democratizar processos de tomada de decisão” (MAIA, 2008, p. 284) replicam as exclusões. Neste ponto, políticas de acesso digital são importantes, a exemplo das iniciativas de wi-fi municipais, seja aquelas encabeçadas apenas por prefeituras ou as aliadas à iniciativa privada. Isso porque ajuda a ampliar as possibilidades de acesso, principalmente entre aqueles de estratos mais baixos, onde internet é artigo de luxo diante de custos de vida e onde oferta da web por empresas privadas é comercialmente desinteressante.

Isso, contudo, não resolve outro importante obstáculo: o interesse pela participação. Para evitar a instalação de uma Torre de Babel, onde todos falam e ninguém ouve, e prezando pela racionalidade e não-coerção. As discussões no cenário das novas tecnologias da comunicação têm critérios próprios, que na descrição de Martino (2014) aproximam-se e afastam-se das regras da discussão da esfera pública tradicional proposta por Habermas. No ambiente digital, o reconhecimento do interlocutor e de sua igualdade na argumentação nem sempre acontecem, assim como o ordenamento do debate. É nesse contexto de regras não tão claras que expressar opinião, buscar e disponibilizar informação não significa vinculação a um debate propriamente dito, como afirma Maia (2008).

As tecnologias da comunicação e da informação facilitam o armazenamento e a circulação dos estoques informativos, agilizam as buscas, tornam a vida mais veloz. Contudo, não determinam o procedimento da interação comunicativa nem garantem a reflexão crítico-racional (MAIA, 2008, p. 288).

Pelo contrário, a autora argumenta que a formação do interesse é o resultado de um processo de acumulação, de interpretação coletiva de longo prazo, que também pode não se apresentar fechado. Isso conduz a ampliação tão grande do que é considerado “interesse” que torna cada dia menos provável o entendimento final das questões. Gomes (2008), ainda assim, acredita que a internet pode ser peça importante no quebra-cabeça da participação política desde que se pense nela de forma menos entusiástica e mais crítica, uma vez que o processo democrático na web ainda está em construção e está além de uma arquitetura em rede favorável. O autor se questiona sobre o tipo de informação que circula hoje na rede e se essa informação é construtiva. Um emaranhado se avanta na frente dos cidadãos: tem-se a notícia mercadológica em moldes semelhantes ao da indústria cultural de massa; há informações construídas por instituições da sociedade civil, mas restrita ao interesse dessa instituição; existe a informação partidária; e a informação estatal. “Como pode o cidadão comum distinguir, num volume absurdo de informação política, entre aquela confiável, veraz e relevante, e aquela errônea, distorcida e falsa?” (GOMES, 2008, p. 315). Na avaliação do autor, o cenário atual demonstra fragilidades no empoderamento participativo do público.

[...] Apesar de dispor de uma arquitetura que favorece a existência de informação política qualificada e extensa, as sociedades contemporâneas não parecem ser capazes ainda de empregá-la de forma a assegurar uma coisa e outra. A informação política qualificada predominante continua sendo a dos meios de massa, agora também em formato web, e a informação política mais disponível é, em geral, de pouca serventia para o público pois representa normalmente uma massa disforme de dados desprovida, ademais, de marcadores de credibilidade. E o Estado se fecha ainda em reserva, silêncio e segredo, protegendo-se do olhar público, como sempre o fez (GOMES, 2008, p. 316).

Gomes (2008), ao discorrer sobre as necessidades de avaliação da internet rumo à construção de uma esfera pública, categoriza sete pontos-chaves a serem observados. Além da qualificação sobre a informação política disponível na web, citado acima, ele ainda assinala aspectos da desigualdade de acesso que corrompem uma participação igualitária nas discussões do ciberespaço. Há, somado a isso, o registro de uma apatia na cultura política contemporânea que não depende apenas de uma mudança da tecnologia de informação. Um terceiro aspecto a ser considerado é a predominância dos meios de massa no controle da esfera de visibilidade pública, uma vez que as redes representaram também a possibilidade de replicação digital dos meios e produtos da indústria cultural. O sistema político continua fechado, o que reforça que a mudança do ambiente da comunicação não altera automaticamente o ambiente político, onde normas de representação próprias permanecem. Outro contraponto crítico necessário é o de liberdade e controle na web, assim como o da vigilância e da ciberameaça. Temas contraditórios que colocam em xeque a sensação de pertencimento e representação no ambiente digital, que também distanciam mais uma vez a sociedade civil conectada do Estado, assim como cria querelas dentro da própria sociedade civil. “[...] Aparentemente, a sociedade civil e o Estado não têm ainda conseguido explorar plenamente as possibilidades favoráveis à democracia que a internet efetivamente contém” (GOMES, 2008, p. 324).

Sobre os desafios da web, como espelho da ideia de esfera pública, Palacios (2006) também expõe que a superação dos bloqueios socioculturais é decisiva para a organicidade política na rede. Numa análise do funcionamento delas, como as wi-fi municipais, ele verificou necessidades de demanda e motivação na experiência dessas conexões. Com inquisições como que necessidades dos cidadãos estão sendo contempladas? Quem está determinando a hierarquia de necessidades a serem atendidas? Através de que critérios? O autor questiona e ao mesmo tempo clarifica que o sucesso de iniciativas públicas e/ou privadas de redes locais está entrelaçada com a vontade do cidadão de estar inserido e querer operá-las. Repoliticizar o novo ambiente comunicativo é premissa vital novamente. Isso perpassaria, ainda para o autor, de maneira central, pela geração de conteúdos que despertem e façam arder os debates públicos, destacadamente a produção de informação localmente relevante e espaços de expressão locais. “Assim, problemas relativos aos conteúdos presentes e sua funcionalidade passam a ser determinantes no caso da implantação e de monitoramento de experiência com redes locais e de participação” (PALACIOS, 2006, p. 231).

Ao iniciar uma análise sobre o Programa Aveiro Cidade Digital, apresentado pelo governo português como um instrumento mobilizador da sociedade, o autor se refere primeiro ao discurso oficial do Estado para as potencialidades do projeto. Para os seus idealizadores, Aveiro Cidade Digital era mais que dispor de infraestrutura e sistemas, mas se apresentava como uma nova

proposta de reconfiguração da cidade portuguesa tanto dos hábitos e comportamentos dos cidadãos como das instituições. O planejamento de transformação de Aveiro em cidade digital (com tecnologia integrante dos espaços e rotinas urbanas) previa, além das funções técnicas, a dimensão política. Sugere assim que “a internet, no contexto das cidades digitais e das redes locais de participação, de modo geral, é melhor caracterizada não como nova mídia, mas, sim, como um (sub)sistema que funciona como ambiente de informação, comunicação e ação múltiplo e heterogêneo” (Ibidem, 2006, p.239). É por causa dessa complexidade que os estudos em comunicação têm se debruçado nos últimos tempos, com afinco, nas investigações sobre transformações macro e micro das tecnologias no tecido social. E, por isso também, que a explosão de redes telemáticas ofertadas por prefeituras no Brasil tem se tornado um celeiro fértil de especulações sobre uma aproximação do Estado e sociedade civil, prefeituras e cidadãos, numa perspectiva de suplementação das ágoras físicas às ágoras digitais.

Josgrilberg (2009) reforça que os projetos de rede locais sem fio precisam de uma articulação entre quatro momentos para ter condições de sustentabilidade. Enumera assim os requisitos: comunidade, governança, infraestrutura e modelo de negócio. Primeiramente, é primordial o envolvimento da comunidade na organização e desenvolvimento do projeto para que aquela população sinta-se inserida e tenha interesse de participar. Segundo, é essencial deixar claro os princípios da rede, as normas de participação e tomada de decisão, os papéis de cada ator e os processos de organização, desenvolvimento e sustentabilidade. No terceiro aspecto, a infraestrutura precisa ofertar “acesso à rede a qualquer hora, a partir de qualquer terminal, em diferentes formatos, a custo acessível, em banda larga, com um design flexível e inclusivo” (JOSGRILBERG, 2009, p. 29). Por último, está a decisão sobre o modelo de negócios a ser utilizado se privado, público, franquia, empresa-âncora ou comunitário.

Na sua avaliação, o autor chama atenção de que a entrada dos governos municipais na provisão de internet sem fio é contingente, apesar das receitas pelo menos teóricas de como fazer isso dar certo. Também para ele não há modelo único de negócio e não há impedimento para a exploração de estratégias agrupadas. Fundamental ainda é evitar que a visão tecnológica seja norteadora absoluta de causa e efeito dos eventos sociais. “É preciso ir além da cidade digital e ter uma compreensão mais abrangente da cidade sonhada” (JOSGRILBERG, 2009, p. 32). As wi-fi de gestões locais brasileiras, no caso específico do Conecta Recife, significam uma oportunidade de acesso, mas sob que critérios de qualidade? Se a maioria dessas redes está presente apenas em bairros e/ou equipamentos públicos desses municípios, as propostas não gerariam novas formas de cercamentos desses territórios, compreendidos como inclusivos e exclusivos ao mesmo tempo? As gestões levaram em conta

questões de interesse e motivação para a instalação de tais redes? As comunidades tiveram que tipo de participação nesse processo de construção?

Para Maia (2008), as aplicações da tecnologia, seja para favorecer ou para dificultar a democracia, precisam agregar a comunicação, os sujeitos concretos e os seus respectivos contextos sociais e históricos. E neste caminho as estratégias de internet ainda se encontram num campo não de oportunidades, mas de constrangimentos. É preciso fugir das caricaturas da democracia eletrônica (LÉVY, 1999) para conseguir mais bônus que ônus das características de participação e gerência da coisa pública na sociedade em rede. A esfera pública no contexto digital é inegável, indomável e incerta.

Sem falar diretamente de internet, mas em uma analogia do funcionamento em rede, Habermas (1997) em uma posterior descrição da esfera pública aponta que ela é uma “rede adequada para a comunicação dos conteúdos, tomadas de posição e opiniões; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões públicas” (HABERMAS, 1997, p.92). Como estrutura comunicacional, tem espaço social próprio criado pelos participantes e negociado cooperativamente, além de ganhar potencial de expansão quando se desamarra do que ele chama de espaços concretos de um público presente.

Quanto mais elas se desligam de sua presença física, integrando também, por exemplo, a presença virtual de leitores situados em lugares distantes, de ouvintes ou espectadores, o que é possível através da mídia, tanto mais clara se torna a abstração que acompanha a passagem da estrutura espacial das interações simples para a generalização da esfera pública (HABERMAS, 1997, p. 93).

O autor descreve que tal generalização pode implicar em dois fenômenos. Um é o distanciamento pessoal do sujeito na tomada de decisão e obrigações que o afetaria diretamente, ou localmente. O outro é a maior necessidade de explicação do contexto, numa espécie de vulgarização da orientação a um tema ou problema. Juntas, essas consequências de generalização da esfera podem caminhar de forma contrária à democracia, protelando as decisões, mantendo a resolução final em instituições outras de poder e moldando sujeitos alienados, fiscalizáveis e isolados. O autor ainda alerta que as garantias dos direitos fundamentais não conseguem proteger a esfera pública de deformações. O papel guardião esta numa sociedade de sujeitos privados, vivos e atuantes, atores do digital ao analógico.

#### 4 WI-FI COMO POLÍTICA PÚBLICA

A oferta de internet gratuita por redes wi-fi municipais começou a se popularizar no Brasil a partir da década de 1990 como parte da agenda dos governos (JOSGRILBERG, 2009) para a inclusão digital das cidades. Desde sempre tensionada pelos interesses de dispor de tal serviço num mercado concorrido como o das empresas de telecomunicação, os projetos municipais encontraram obstáculos. As interrogações sobre o modelo giravam em torno de um discurso ideológico de que esta oferta era “um sonho impossível motivado apenas por interesse do marketing político” (Ibidem, 2009). Contudo, este contradiscurso dentro do que se apontava como necessidade da sociedade da tecnologia da informação acabou não encontrando resistência suficiente a ponto de frear tais iniciativas.

Exemplos famosos dessa experiência de rede gerida por governos são Piraí, no Rio de Janeiro, em 2002; Quissamã, também no Rio, em 2004; Sud Mennuci, em São Paulo, em 2003; e Tapira, em Minas Gerais, no ano de 2005. Tentativas de popularizar o acesso à internet diante de um cenário econômico de mercado onde os preços altos prevaleciam e ajudavam a enraizar um acesso elitista<sup>13</sup>. Silveira (2009) assevera que a gratuidade ou baixo custo podem maximizar o uso da web, mas não tem selo de sucesso; não significa uma tábua de salvação para a inclusão digital de pessoas com menor poder aquisitivo e que, além do domínio da técnica, é preciso ainda construir degraus cognitivos que deem significado real ao termo inclusão. Entretanto, vê um movimento positivo na oferta municipal, uma vez que abre um espaço de concorrência saudável com as redes de conexão comerciais mantidas pelas operadoras de telefonia. “A pressão da rede gratuita, com tecnologia barata e sinal amplamente distribuído nas cidades, pode melhorar a qualidade dos serviços pagos e gerar uma queda nos preços da conectividade” (Ibidem, 2009, p.39).

De um ponto de vista menos humanista e mais prático, Lévy (1999) postula que o ciberespaço, idealizado como livre e gratuito, historicamente entraria na era comercial numa disputa de pesos pesados com altas cifras ao longo do século 21. “O tempo dos ativistas e utopistas já terminou. [...] Os serviços online serão pagos e restritos aos mais ricos. O

---

<sup>13</sup> Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnda), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Brasil em 2014 e divulgada em 2016, o número de internautas no País chegou a 54,4% entre a população acima de 10 anos de idade. Segundo o levantamento, são 36,8 milhões de casas conectadas (54,9% dos domicílios) e 95,4 milhões de brasileiros com acesso por vários dispositivos como smartphones, tablets, TVs e computadores pessoais. O maior uso da internet foi encontrado nas casas com renda per capita maior que cinco salários mínimos, onde 88,9% eram conectadas. Apenas 23,5% das casas com renda inferior a um quarto do salário mínimo tinham conexão.

crescimento do ciberespaço servirá apenas para aumentar ainda mais o abismo entre os bem-nascidos e os excluídos [...]” (LÉVY, 1999, p.12). O autor alerta para o engrandecimento das disparidades sociais com o avanço da web no modelo comercial, que é mais um elemento chave da dominação, uma vez que o advento histórico das conexões não foi linear e ainda não o é. O tema da infoexclusão é debatido por Castells (2004), que resgata historicamente uma aceleração comercial da internet a partir da década de 1990 e que especula sobre as máculas que as desigualdades sociais do acesso podem trazer para a sociedade. Para além das disparidades tecnológicas dos dispositivos de acesso como presença/ausência de celulares, tablets ou laptops, uma segregação importante diz respeito à velocidade de navegação, que possibilita uma melhor movimentação/participação no ciberespaço.

O levantamento “State of the internet” (Estado da internet), divulgado, em março de 2016, pela multinacional em soluções de web Akami, aponta que o Brasil ocupava a 88ª posição em velocidade no ranking mundial. No quarto trimestre de 2015, enquanto a velocidade média mundial foi de 5,6 megabits por segundo (mbps), no Brasil foi de 4,1 mbps, ou seja 36,5% a menos na comparação. A mesma pesquisa colocou o País na 85ª posição em acesso à banda larga (velocidade superior a 4 mbps), com 39% de usuários. Mas, novamente, o Brasil fica distante da média global, que foi de 69% dos usuários. Já com relação à velocidade média da internet móvel, ela foi de 3,2 mbps, bem atrás do líder mundial, o Reino Unido (26,8 mbps). Por aqui, apenas 17% têm banda larga no celular.

Com uma velocidade média de 4,1 mbps, 39% de brasileiros com acesso a banda larga fixa e 17% na banda larga móvel, não é difícil imaginar os contratempos e “apartheids” do uso da web no Brasil que tinha, à época da confecção desse estudo, uma população de pouco mais de 200 milhões de pessoas, sendo 55% usuários de internet, de acordo com o Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE). Os dados oficiais do governo brasileiro apontavam que 79 milhões de pessoas estão off-line, mas não considera o que realmente significa estar on-line - a qualidade deste on-line, como velocidade e frequência de conexão - para 95 milhões de usuários<sup>14</sup>. Sem falar na polêmica do preço das conexões no País, que segundo a União Internacional de Telecomunicações (UIT) está entre os mais altos do planeta. De acordo com a UIT, o Brasil está na 46ª posição em serviço mais caro de banda larga fixa e na 102ª posição na banda larga móvel<sup>15</sup>. Por outro lado, a empresa de consultoria nacional Teleco contesta os dados da UIT trazendo estatísticas que colocam o Brasil entre as

<sup>14</sup> Os dados do IBGE são os da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2014. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/acesoainternet/>>. Acessado em: 12 agosto de 2016.

<sup>15</sup> Informações disponíveis em <<http://www.telesintese.com.br/custos-de-telefonias-e-internet-brasil-continuam-entre-os-mais-altos-mundo-diz-uit/>>. Acessada em: 8 de agosto de 2016.

tarifas mais baratas em uma lista de cerca de 20 países. Aponta ainda valores para pacotes de banda larga fixa em torno de US\$ 7,5 dólares, de US\$ 6,8 dólares para a banda larga móvel pós-paga e US\$ 6 dólares na pré-paga<sup>16</sup>. Essa desconformidade entre os pareceres de preços já demonstra o desacerto que o mercado tem sobre o tema.

Este panorama de confluência entre desafios técnicos, necessidades sociais e demandas econômicas gerou a ampliação de mercado e, conseqüente, queda nos preços como pontos positivos na agenda sociopolítica das cidades, mas ainda está longe de dissolver embaraços de segregações cotidianas. As empresas de telecomunicações, que tiveram o monopólio dos clientes por muito tempo, agora além da concorrência entre elas se deparam com outro rival: os governos municipais e seus projetos wi-fi gratuitos. Josgirlberg (2009) destaca que este *boom* de redes governamentais é fruto da criação de uma nova agenda na cidade, que passa a tratar a disponibilização da internet gratuita como política pública na tentativa de minimizar a desigualdade nos acessos aos avanços tecnológicos. A justificativa para a estreia dos governos municipais nesta oferta, a partir da década de 1990, é dispor rede onde os mercados comerciais não fazem apostas.

Nesta perspectiva, as prefeituras têm entrado no campo dos acessos à web diante não só de empresas gigantes, mas também de pequenos provedores (chamados de “gatonets”, que são redes onde particulares compram bandas largas e redistribuem para outras pessoas por preços menores que o cobrado pelo mercado formal e com velocidade menor). No ringue das atuais ofertas das conexões, as redes gratuitas municipais seriam um Davi para vários Golias? Por que a gestão da internet provocou essa corrida dos municípios? É o que veremos a seguir.

#### 4.1 DESCORTINANDO BONDADES

É preciso olhar para este serviço além de um discurso de bondade das gestões municipais, que tomam por base uma ideologia tecnológica. Ideologia que, segundo Wolton (2012), maquia a verdadeira lógica que a move, se a dos valores ou dos negócios, dos ideais ou do comércio. Centrada na ideia de que a tecnologia mudaria as relações humanas e sociais, a internet foi impregnada em vários contextos como uma necessidade na sociedade da informação. Esta tendência legitimou o mercado da web.

O verdadeiro problema não é a satisfação das necessidades preexistentes, mas a ampliação considerável do campo da informação. Isto é, a automação, a organização, a sistematização da informação tradicional e a criação de

<sup>16</sup> Disponível em <[http://www.teleco.com.br/precos\\_pais.asp](http://www.teleco.com.br/precos_pais.asp)>. Acessada em: 8 de agosto de 2016.

novas informações. A web leva a crer na urgência de satisfazer as necessidades de informação do público, e que todo mundo precisaria ser informado a qualquer hora, mas no conjunto a oferta supera em muito a demanda (WOLTON, 2012, p. 90).

O mesmo autor alerta que esse discurso promocional que se equilibra entre a utopia e a democracia, e por isso mesmo tão sedutor, criou legitimidade “suprimindo de um só golpe as realidades do poder, as desigualdades, as mentiras e as relações de força que desde sempre cercam a informação” (WOLTON, 2012, p.106). É desta forma que, pela “pureza” da tecnologia, podem-se colocar em xeque as liberdades individuais e públicas, uma vez que o usuário da internet ocupa dupla função para quem controla a rede: cidadão e consumidor; indivíduo e coletivo. Veloso (2011) também tem preocupação semelhante sobre o par tecnologia e ideologia. Para ele, é necessária uma crítica maior com relação à imposição repetitiva de expressões como explosão tecnológica ou era tecnológica, que, sem considerar influências sociais e históricas, podem dar uma dimensão superficial do processo, ou pior, assumir um significado escatológico, onde “se supõe a autonomia da técnica e na qual a tecnologia domina o indivíduo” (VELOSO, 2011, p.5). O autor, inclusive, afirma que essas noções de forma unilateral servem para legitimar apenas uma forma de organização social vigente.

Por isso, a compreensão dialética é tão importante, pois com ela é possível compreender os condicionamentos históricos que explicam o momento atual, e, com isso, pode-se perceber que a “explosão tecnológica”, a qual, segundo seus propagandistas, engloba a vida da humanidade, a ponto de modificá-la em todas as suas manifestações, nada mais é do que expressão do desenvolvimento do próprio processo histórico [...]. As ideias difundidas sobre as inovações tecnológicas atuais valorizam as alterações exercidas na vida, trabalho, cultura, educação, lazer, dentre outros. Tais ideias demonstram que as criações tecnológicas causam uma série de alterações nas formas de convivência social. Em muitos casos essas alterações são acompanhadas de conteúdos ideológicos que buscam o ocultamento do processo social em que as tecnologias são criadas, levando a crer que as inovações eletrônicas e microeletrônicas nascem diretamente das ideias, sem criadores humanos, concretos, os quais vivem em um modo particular de organização social (VELOSO, 2011, p. 5-6).

Para Castells (2013), essa indução tecnológica deve ser compreendida como um gatilho da reestruturação capitalista a partir da década de 1980, quando esta se encontrava numa encruzilhada e precisava de reestruturação organizacional e econômica. É a partir dessa apropriação socioeconômica da internet, que a web ganhará contornos de uso e trajetória nas décadas seguintes.

O surgimento da sociedade em rede [...] não pode ser entendido sem a interação entre essas duas tendências relativamente autônomas: o desenvolvimento de novas tecnologias da informação e a tentativa da antiga

sociedade de reaparelhar-se com o uso do poder da tecnologia para servir a tecnologia do poder (CASTELLS, 2013, p. 98).

Nesta tecnologia do poder, um dos capitais sociais acumulados pelas redes são as informações produzidas pelos usuários, muitas vezes num click aleatório ou na submissão de dados pessoais como entrada para serviços. Ação de desconhecimento que impregna o caráter ilusório, manipulador e ideológico de estratégias ditas desinteressadas, mas que tem potencial de capturar, vigiar e disciplinar. É na cumplicidade dos internautas que este poder simbólico e invisível se alicerça, podendo ganhar ares de panóptico. Foucault (2009) em *Vigiar e Punir* explica o princípio do panóptico de Jeremy Bentham.

O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre: esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela lado a lado. Basta colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. [...] O dispositivo panóptico organiza unidades especiais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. [...] Por isso, Bentham colocou o princípio de que o poder devia ser visível e inverificável (FOUCAULT, 2009, p. 190-191).

É tentador fazer uma analogia entre o dispositivo descrito há três séculos com a arquitetura da internet de hoje. A torre são os servidores atuais, que tudo veem sem ser vistos, de qualquer ângulo em qualquer tempo. As celas são os dispositivos de acesso à web, e cada vez mais os celulares pessoais se encaixam nesse contexto. O louco, o doente, o condenado, o operário ou o escolar são os internautas, usuários que numa trama articulada sob o véu de uma pseudo liberdade e ciberdemocracia são monitorados e disciplinados. Se antes as empresas de telecomunicações eram outorgadas pelo Estado a ser o vigia titular do panóptico, de quem se solicitava os dados, o que se verifica agora, com a ascensão de prefeituras gerenciando redes de internet nas cidades, é o interesse governamental direto em ser o novo vigia, já que esta estrutura é uma forma de organizar o espaço para alcançar objetivos políticos e econômicos. “A vigilância torna-se um operador econômico decisivo, na medida em que é ao mesmo tempo uma peça interna do aparelho de produção e uma engrenagem específica do poder disciplinar” (FOUCAULT, 2009, p.169). O objetivo é tornar o internauta dócil e conheável, através dessa técnica de vigilância, que Foucault também chama de “física” do poder. Na qual, o domínio sobre o cidadão/internauta se exerce pela ótica e pela mecânica, “e sem recursos, pelo menos em princípio, ao excesso à força e à violência” (FOUCAULT, 2009, p. 170), rumo a ser omnividente como o autor postula em *Microfísica do Poder* (2008).

Em referência ao modelo panóptico, Bauman (1999) afirma que a manipulação da incerteza entre os sujeitos é uma das suas engrenagens. É ela quem garante a repetição do comportamento dos sujeitos no edifício, uma vez que nunca se sabe se os supervisores os estão observando. “Os internos devem se comportar o tempo todo como se estivessem efetivamente sob vigilância” (BAUMAN, 1999. p.41). Como espaço artificial, onde poucos veem e muitos são observáveis, o propósito panóptico é ser uma viga para a manipulação e mapeamento do espaço pela e para administrações estatais em vários níveis.

As técnicas panópticas [...] desempenharam um papel crucial na passagem dos mecanismos de integração de base local, autovigilantes e autorreguladores, feitos na medida das capacidades naturais dos olhos e ouvidos humanos, para a integração supralocal, administrada pelo Estado, de territórios muito mais vastos do que o alcance das faculdades naturais do homem. Essa última função pediu a assimetria da vigilância, vigilantes profissionais e a reorganização do espaço para que eles pudessem fazer o seu trabalho, tornando ciente a pessoa observada de que o trabalho estava sendo feito e podia ser feito a qualquer momento (BAUMAN, 1999. p.57).

Na sua tarefa de disciplinar, mantida por uma ameaça constante e palpável de punição, o autor aponta que é sedutor aproximar o panóptico dos arranjos contemporâneos do poder. No entanto, a ortodoxia do modelo deve ser abandonada para uma melhor análise na atualidade. Nos bancos de dados de hoje, como exemplifica Bauman (2009), os corpos são fisgados sem ter onde se refugiar da observação e sem oferecer muita resistência. Desenvolve-se um superpanóptico onde os vigiados são voluntários da vigilância, na medida em que dispõe natural e automaticamente de dados pessoais. Sujeitos que se rendem espontaneamente, que não se constroem com a observação e parecem desejá-la em nome de uma pseudosegurança.

A proposta do Conecta Recife, que oficialmente é propagada pelo cunho de lazer, informação e inclusão digital, tinha em seu alicerce na estratégia de turismo, como vitrine de um Recife digital. Tanto foi assim que o sistema teve que ser instalado às pressas para começar a funcionar em plena Copa do Mundo de 2014, quando a Capital recebia jogos e muitos visitantes estrangeiros. Os focos iniciais de implantação do serviço foram a orla de Boa Viagem e o Bairro do Recife. O diretor de infraestrutura de informática da Emprel, na época de implantação do projeto, Rogério Aguiar<sup>17</sup> contou que apenas depois do caráter turístico urgente é que o Conecta voltou o olhar para a sociedade recifense e a inclusão sociodigital dos cidadãos do município.

---

<sup>17</sup> Em entrevista concedida por Rogério Aguiar. [Abril de 2016]. Entrevistadora: Renata Coutinho. Recife, 2010. 1 arquivo de MP3 (60 minutos).

Em reuniões que tivemos no início, o prefeito colocou que não queria só dar um foco no turismo. O turismo era bom porque tinha as pessoas que viriam para Recife e poderiam usufruir da internet. Mas também ele queria dar um foco social de inclusão digital, porque entendo que era a meta do governo que as pessoas fossem para as praças utilizar a internet de boa qualidade, deixando em tese de estar exercendo alguma função do crime ou drogas. [...] Eles vão para a praça se conectar a internet. Melhorar a sinergia. Foi essa proposta do prefeito. [...] A gente saiu um pouco do foco do turismo, do cara que chegou com dinheiro aqui, para o foco à sociedade. Talvez o projeto se tornou um pouco híbrido, atendeu população de médio e alto nível e a população pobre. “Informação verbal” (AGUIAR, Abril de 2016. Entrevistadora: Renata Coutinho).

Aliado a essa perspectiva de inclusão, surgiu a proposta de dinamizar espaços públicos (parques e praças) através da internet, que na visão da gestão tinham perdido funcionalidades. Atualmente, numa terceira fase, a prefeitura quer saber mais e está em negociação para um software que ajude a categorizar, de forma mais refinada, os internautas que usem a rede. Uma tentativa de visualizar melhor as conexões vem sendo tentada desde 2016. O diretor da Emprtel apesar de afirmar veementemente que a vigilância/monitoramento não é o objetivo central da rede, contou que em fevereiro de 2016 houve a testagem de um software de estratificação dos usos da rede Conecta Recife. O sistema, que funcionou por um mês, mensurou o consumo de dados por usuário, endereços de destino e os sites mais acessados, só para citar algumas informações coletadas. Aguiar reforçou o não rastreamento dos acessos individuais/particulares dos cidadãos. Mas contou que sempre se bloqueia a rede no momento em que é verificada a entrada do usuário em sites de violência, sexo e pedofilia. O filtro é uma tentativa de se resguardar de práticas criminosas que possam acontecer na utilização da rede municipal. Uma espécie de disciplinamento e governança. Registra ainda, para fins de solicitações judiciais, o *Mac Address* de cada dispositivo de acesso (que é um código único dos aparelhos que permite sua localização e rastreamento), assim como o sistema operacional usado, local, dia e tempo de uso.

Por mais de um ano, a rede exigia do internauta o CPF, e-mail, nome e sobrenome, além de senha. Chegou-se a cogitar nesta época (entre 2014 e meados de 2016), segundo Rogério Aguiar, que tais dados poderiam ajudar a prefeitura, inclusive, a cruzar dados e encontrar devedores de impostos municipais, a exemplo do IPTU. Em resumo, fica dúvida uma questão: a rede municipal mantém um discurso que não vigia, que não é esse seu foco, mas possui todas as ferramentas que permitem destrinchar vários aspectos de seus usuários. Tem um poder de informação, mas não usa? A resposta governamental tem sido: ainda não. Contudo, admite como uma condição possível e real para um futuro.

A disposição panóptica do Conecta ficou ainda mais patente em 2017. Num projeto chamado de “Câmera Cidadã”, a prefeitura aliou-se ao Banco Itaú para a instalação de câmaras de videomonitoramento em dez agências na Capital e parte das imagens capturadas por esses equipamentos são trafegados no Conecta. No acordo entre a gestão pública e a empresa, o banco instalou os dispositivos nas imediações de suas unidades e a prefeitura deveria fazer esses dados chegarem a uma sala de videomonitoramento instalada no seu edifício sede. Deste quartel general eletrônico são acionadas as forças de segurança pública quando existe qualquer suspeita. A iniciativa de vigilância público-privada não deixa de ganhar ares patrimoniais, uma vez que chegou num momento de aumento de crimes de roubos e explosões contra instituições financeiras e o banco encontra nesta arquitetura montada mais um elemento para sua própria segurança. Mas a estratégia, também aumenta o poder de vigilância sobre a cidade, desejo da gestão.

#### 4.2 UMA TRAJETÓRIA DE VALOR E PODER

Porque essa perspectiva de poder informacional não pode ser descartada no contexto atual da sociedade em rede? Porque “a geração de conhecimento e o processamento da informação são fontes de valor e poder na Era da Informação” (CASTELLS, 2004, p.265), principalmente, para áreas metropolitanas que nutrem o desejo de se inserir como tecnópolis, onde é o capitalismo informacional que dita novas regras. Capitalismo onde a tecnologia, seja organizacional ou gerencial, é fator de produtividade. Produtividade que é fonte de riqueza, e que hoje também se mede por produção de informação e conteúdo. Nesse caminho, o autor afirma que empresas e nações, e até prefeituras, podem ser comparadas a atores de crescimento econômico. “A lucratividade e a competitividade são os verdadeiros determinantes da inovação tecnológica e do crescimento da produtividade” (Ibidem, 2013, p.136). Na economia informacional<sup>18</sup>, que abarca a economia industrial mediante o aprofundamento tecnológico, a palavra de ordem é competitividade. O autor chama atenção para o fato de que a competitividade das empresas (ou gestões) está relacionada à capacidade de conquistar fatias de mercado, o que não elimina a concorrência, num mercado em

---

<sup>18</sup> Castells (2013) trata da economia informacional como um aprofundamento tecnológico da economia industrial, que incorpora “conhecimentos e informação em todos os processos de produção material e distribuição” (p. 141). Ainda segundo o autor, “a mudança do industrialismo para o informacionalismo não é o equivalente histórico da transição das economias baseadas na agropecuária para as industriais e não pode ser equiparada ao surgimento da economia de serviços” (p. 142). Ele conclui que a mudança está na capacidade tecnológica de processar símbolos.

expansão a agregar outras empresas como é o das comunicações por wi-fi. Para não se afogar neste mar competitivo e concorrido, a regra é o fortalecimento da posição no mercado.

Para Bourdieu (2008), falar em concorrência é discutir especificidades sobre o campo, que leva em conta características distintivas dos atores inseridos de acordo com certas posições numa disputa interna pelo poder. Ao analisar o consumo de bens culturais (2013), ele indica que a concorrência considera mais a lógica da oferta, que é a disputa dos produtores, do que a lógica da demanda, que é a lógica entre consumidores. Ou seja, a briga é sobre quem entre os pares vai ocupar a posição de dominação diante da clientela. Quem entre as opções de oferta de internet vai assumir a maior fatia de bolo dos internautas.

Ao destrinchar o campo da moda, ele traz aspectos de sobre essa “lei da concorrência” que se aplica a vários outros campos e que pode ajudar na leitura de como as redes wi-fi municipais, a exemplo do Conecta Recife, devem se comportar como recém-chegadas no ramo da oferta de acessos à web, num cenário anteriormente dominado por outras empresas, como as Telecoms e “gatonets”. No jogo de forças no campo da tecnologia informacional, o estreante Conecta Recife tem certas vantagens. “No campo da moda como em todos os outros campos, são os recém-chegados que, à semelhança do que ocorre no boxe com o desafiante, fazem o jogo” (BOURDIEU, 2008, p. 119). Os pretendentes, para se firmar, recorrem, muitas vezes, ao blefe ou enaltecimento para se fazer percebido tanto pelos concorrentes como pelo público. Neste caminho por autoafirmar-se, alimentam no campo ainda o ardor por reformas, que, em geral, assume ares de propostas revolucionárias.

Essa é uma lei geral das relações entre os dominantes e os pretendentes. A não ser que mude radicalmente o terreno – o que, por definição, não ocorre com ele – o pretendente empenha-se a parecer pretencioso: de fato tendo que mostrar e demonstrar a legitimidade de suas pretensões, tendo que prestar provas porque não possui todas as credenciais exigidas, “ele exagera” como se diz, denunciando-se, perante aqueles que só precisam ser o que são para serem como convêm, pelo próprio excesso de sua conformidade ou nos seus esforços no sentido da conformidade (BOURDIEU, 2008, p. 119).

Fazendo uma analogia com os programas de internet municipais, é possível observar que muitos adquirem essas facetas descritas por Bourdieu, quando alavancam discursos sobre propriedades pretensiosas, a exemplo de uma inclusão digital social pelo simples fato de oferta de rede, sem levar em conta outros obstáculos a essa democracia digital. Ou ainda por se autopromoverem como amplos e velozes quando abarcam pequenos percentuais da população com serviços oscilantes na conexão.

O autor, ainda sobre as armas dos recém-chegados ao campo, afirma que os estreantes, mesmo buscando quebrar certas convenções já em vigor, colocam-se dentro de limites de

convivência para evitar conflitos desinteressantes em alguns momentos. O Conecta Recife, ao dispor de internet grátis, começou levando o serviço apenas para espaços de convivência públicos e depois para os espaços de convivência públicos, mas de acesso controlado. Evitou o fornecimento direto aos imóveis privados, fatia onde as empresas de telefonia e os “gatonets” estão estabelecidas há mais tempo, o que lhes confere neste momento um status de competência<sup>19</sup>. As redes municipais, pretendentes no campo de acessos, têm um capital específico próprio, demarcando sua posição que gira em torno do troféu desse ringue: o internauta. Ou melhor, o poder de dispor de informações do universo de internautas. Mesmo não sendo majoritário, o elemento novo, o Conecta, contribui para movimentar o campo e suscitar novos debates, ainda que não representem uma mudança real do cenário social.

Essa trama de fios tão entrecruzados, onde se misturam interesses comerciais, políticos, econômicos sobre a disposição da internet em cidades brasileiras, traz no miolo uma disputa pelo poder gerencial de uma sociedade em rede, que tem nuances de dominação, observação e disciplina maquiadas pela ideologia tecnológica de políticas públicas embaladas pelo discurso de caráter social e informacional. Sobre a virtualização das cidades num modelo democrático e transparente, Lemos (2001) destaca que este percurso ainda é longo. O autor elenca que as experiências digitais nas cidades têm servido a priori para municiar os gestores das redes sobre municipalidades, lazer, informações turísticas, transportes, eventos culturais.

São poucas as experiências que criam espaços de interação social, com abertura a discursos bidirecionais e a fóruns comunitários. Em geral, as cibercidades parecem mais como uma propaganda e serviços do que a constituição daquilo que dá a vida a uma cidade, ou seja a criação de formas de comunicação livres e democráticas (LEMOS, 2001, p. 31).

Na contramão, é preciso considerar novos papéis e possibilidades de rebelião do internauta/cidadão nessa rede de retroalimentação da dominação. Se por um lado é visto como presa fácil pelas empresas, assim como pelas prefeituras, por estarem ávidos de conexões que o permitam estar on-line o máximo de tempo possível, por outro é nessa cartela cada dia maior de oferta e de migrações de redes em redes abertas ou compartilhadas, que ele também pode assumir um protagonismo. Vira o juiz do boxe, entre dominantes e pretendentes. Apesar de atrelado a um ou a outro, está com ele a decisão de que rede está disposto a acessar e contribuir. É a lógica de Foucault sobre uma fluidez do poder, onde este não é coisa, mas se configura como práticas ou relações, que se exerce, efetua e funciona. “Ele torna-se maquinaria onde ninguém é titular” (FOUCAULT, 2008, p.219). Com isso, o autor aponta

---

<sup>19</sup> Bourdieu (2013) trata da competência como capacidade de exercício socialmente reconhecida. É uma condição de exercício e ao mesmo tempo um efeito.

essas possibilidades de fuga ou resistência a essa trama. Escapes aos olhos do vigia na torre do panóptico são possíveis, existem. No caso da internet, o movimento Cypherpunks<sup>20</sup> é um exemplo emblemático no mundo. No Recife, chama a atenção o fato da gerenciadora da rede Conecta, a Emprel, ter abandonado a exigência do CPF para o acesso à rede, uma vez que o usuário não encarava com bons olhos a entrega de dados pessoais que pudessem aumentar a espionagem sobre quem é ele. Esta abertura da Emprel nada mais é do que um custo político para a manutenção do projeto, que pede um equilíbrio para barrar resistências ou revoltas no uso da rede, e atrair ainda mais internautas. E deu certo. Tanto que de 12 mil acessos mês, a rede passou a 120 mil mês quando a exigência de CPF caiu por terra, em 2016, segundo a empresa. Abrir mão do CPF significa que o Conecta Recife perdeu as rédeas da rede? Que deixou de ter informações sobre o usuário? Não. Até porque os caminhos para encontrar e segmentar o seu internauta são múltiplos. Não se pode esquecer ainda que os infoexcluídos representam uma sombra ao monitoramento social, visto que as redes wi-fi municipais não são universais, nem democráticas. Retomando a ideia do ringue, a disputa pelo domínio de acessos ainda tem muitos rounds pela frente, se é que essa briga terá algum fim. A arena se sustenta pelos tensionamentos, segregações e enaltecimento.

---

<sup>20</sup> Movimento que defende a utilização da criptografia (comunicação em código), integridade e autenticidade das informações para alcançar mudanças e afirmações sócio-políticas. O movimento, que data de 1990, ganhou força em 2011, após censura da internet na Primavera Árabe (Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet, 2013).

## 5 O DIREITO À (CIBER)CIDADE

Um projeto de internet municipal, como forma e artefato comunicacional (LE MOS, 2007), relaciona-se diretamente sobre o que se quer e o que se pensa da e para a cidade e sobre as transformações dos espaços sociais. Versa sobre a capacidade e autoridade de atores – governo e população - na modulação das relações na urbe e na construção de sentido desta. Entender as dinâmicas do Conecta Recife requer também discutir as diversas construções que atravessam e configuram o espaço urbano de convivência, como território criado e recriado, não apenas percebido, mas vivido. Santaella (2007, p. 168) indica que os espaços construídos pelos homens e definidos pela cultura encontram nas cidades o exemplo da experiência do que chama espaço de existência, existência que é sinônimo de coexistência social. E que Bauman (2009) desenha como local em que o humano inscreve suas aspirações. “É nos lugares, e graças aos lugares, que os desejos se desenvolvem, ganham forma, alimentados pela esperança de realizar-se, e correm risco de decepção – e, a bem verdade, acabam decepcionados na maioria das vezes” (BAUMAN, 2009, p.13). Arena natural de tensões e conflitos, a cidade é descrita por Harvey (2014) como “o lugar onde pessoas de todos os tipos e classes se misturam, ainda que relutante e conflituosamente, para produzir uma vida em comum, embora perpetuamente mutável e transitória” (HARVEY, 2014, p.134).

Manter essa comunalidade do cotidiano, apesar do cenário múltiplo e contraditório, é desafio da vida urbana, que está inserida atualmente em processos de privatizações, cercamentos e controles espaciais derivados do modelo capitalista de organicidade dentro do qual as cidades têm sido erguidas continuamente. Um desenho urbano que tenta impor rédeas, estabelecer limites num lógica mercantilista, onde muitos trabalham, poucos conduzem na hora de decidir sobre a urbe e uma elite empresarial e política é quem realmente acumula os dividendos da cidade. É para tentar escapar dessa aniquilação que Harvey (Ibidem, 2014, p. 11) destaca que a queixa contra a crise da vida urbana e a exigência de uma vida menos alienada e mais dialética devem ser os sentimentos norteadores do direito à cidade, que consiste no direito de mudá-la e reinventá-la, muito mais coletivamente que individualmente. E deve ser compreendido ainda dentro de uma perspectiva revolucionária e não apenas reformista. Contudo, para que isso aconteça é preciso consciência política e ação social. A estrutura que alicerça a participação e poder na cidade é densa. Sobre esses vieses dos processos de urbanização, as proposições de Harvey (2014; 2013) entremeiam questões de classe e contexto nas lutas do urbano. Para ele:

Reivindicar o direito à cidade no sentido que aqui proponho equivale a reivindicar algum tipo de poder configurador sobre os processos de urbanização, sobre o modo como nossas cidades são feitas e refeitas, e pressupõe fazê-lo de maneira radical e fundamental. Desde que passaram a existir, as cidades surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção. A urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer na mão de poucos. [...] O capitalismo precisa da urbanização para absorver o excedente da produção que nunca deixa de produzir. Dessa maneira, surge uma ligação íntima entre o desenvolvimento do capitalismo e a urbanização (HARVEY, 2014, p. 30).

Inserida na perspectiva de base mercantilista, a cidade figura como uma fábrica. Nela é preciso e necessário produzir cada dia mais, principalmente, no avolumamento de concreto resultado do ritmo frenético de obras, que hoje desponta na verticalização dos municípios. Não obstante, a maior vitrine das cidades com vistas a um entendimento sobre urbanização tem sido a realização de grandes construções, ditas estruturantes, e ventiladas como gastos produtivos do Estado. É na multiplicação de construções do tipo habitações populares, estradas e infraestruturas coletivas como universidades e hospitais, que os governos e empreiteiras mantêm o cultivo da lógica de produção, lógica do crescimento como desenvolvimento, ditando o que é necessário para a cidade e para as pessoas e em que ordem isso acontecerá, sem ouvir as populações e movimentos sociais. Isso só pode ser alterado pela apropriação cultural e social do espaço. Uma primordial mudança, que leve a essa apropriação, perpassa o entendimento do que é um bem público e do que é um bem comum. O autor (2014) distingue os primeiros (bens públicos) como equipamentos relacionados à provisão do poder de Estado e administração pública, como saneamento, saúde e educação e, por isso mesmo, determinantes para o desenvolvimento capitalista das cidades (Ibidem, 2014, p. 143). Já o comum se forma na tomada de consciência sobre a mutualidade, importância e necessidade de aprimoramento do que compõe a cidade e a vida social.

Na medida em que as cidades têm sido espaços para vigorosos conflitos e lutas de classes, a administração pública viu-se, muitas vezes, forçada a suprir os bens públicos (como habitação de interesse social acessível, sistema de saúde, educação, pavimentação das ruas, saneamento e água) a uma classe trabalhadora urbanizada. Embora esses espaços e bens públicos contribuam imensamente para as qualidades dos comuns, faz-se necessária uma ação política por parte dos cidadãos e das pessoas que pretendam apropriar-se deles ou concretizar essas qualidades. A educação pública se torna um comum quando as forças sociais se apropriam dela, protegendo-a e aprimorando-a em benefício mútuo. As praças Sintagma, em Atenas, Tahir, no Cairo, e da Catalunha, em Barcelona, eram espaços públicos que se tornaram comuns urbanos quando as pessoas ali se reuniram para expressar suas opiniões políticas e fazer suas reivindicações (HARVEY, 2014, p. 144).

Ainda sobre os comuns, o autor reforça que a compreensão destes está no campo das relações sociais. É nas atividades e lutas que grupos e indivíduos “criam o mundo social da cidade, ao mesmo tempo em que criam algo de comum que sirva de estrutura em que todos possam abrigar-se” (Ibidem, 2014, p.146). É por isso que os comuns não devem ser vistos como coisa ou ativo. Apesar de estar entremeado na coletividade, contudo, o comum é passível de também ser tomado pelas forças produtivas do Estado e da iniciativa privada em benefício próprio, quando cercado e transfigurado pelo capital, numa espécie de prostituição dos comuns. Assim, o paradoxo se estabelece. Exemplos disso são a mercantilização das ruas com cobrança por acesso em lugar da socialização desse espaço, a explosão de preços de imóveis ao redor de parques bem estruturados e seguros e a exploração da venda de destinos turísticos para comunidades com identidade local. Este é o retrato da reconstrução privada com finalidade comercial de uma criação coletiva. Reside aí um dos principais engodos políticos que se perpetuam na atualidade e repercutem diretamente sobre o descrédito atual do que é a construção social na cidade.

Grande parte da corrupção que assola a política urbana relaciona-se ao modo como os investimentos públicos são alocados para produzir algo que se assemelhe a comum, mas que promove ganhos em valores patrimoniais privados de proprietários privilegiados de bens imóveis. A distinção entre bens públicos urbanos e comuns urbanos é ao mesmo tempo fluida e perigosamente porosa. Com que frequência os projetos de desenvolvimento são subsidiados pelo Estado em nome do interesse comum quando, na verdade, os verdadeiros beneficiários são alguns proprietários de terra, financistas e empreiteiras. [...] A urbanização capitalista tende a perpetuamente destruir a cidade como um comum social, político e habitável (HARVEY, 2014, p. 153).

Apesar da tendência pessimista, é na organização das populações que repousa a esperança de virada nas posições de decisão sobre o que se faz da e na cidade. Está na percepção que o direito à cidade não é um direito de visita ou retorno às cidades antigas (Ibidem, 2013, p. 28), mas o direito de formular e reformular a vida urbana, no empoderamento de todos os atores que compõem o urbano. No centro desse poder está a assimilação da liberdade inerente à própria condição humana. Este livre exercício exige militância para que as populações, assim como os agrupamentos urbanos - como vem acontecendo repetidamente -, não sejam refeitos sem saber por que e para que. E o pior, achando que está indo rumo ao melhor, ao desenvolvido, ao contemporâneo.

Para Harvey (2013, p. 28), o caminho da urbanização de mãos dadas com o neoliberalismo aumentou os abismos sociais e reforçou o protagonismo das elites no centro de decisões sobre o urbano. Como resultados, mais desigualdades e um território fragmentado.

Fossos modernos, onde o medo de misturar-se (mixofobia) (BAUMAN, 2009, p.17) tem virado desculpa para a segregação dos cidadãos à época da globalização. E que pintam na paisagem muralhas e áreas vedadas que assinalam uma desintegração da vida comunitária e aumento das tensões. A cidade, neste recorte, é feita de cisões espaciais que contam por um lado com ilhas fortificadas, onde há toda sorte de serviços e benefícios, e, por outro lado, com ocupações desordenadas e frágeis onde subserviços preenchem superficialmente necessidades básicas.

Este contexto de disparidades e exclusão parece extrapolar a distribuição de “pedra e cal” das grandes obras da pólis moderna. Entremeia, mais recentemente, a organização digital pela oferta de internet. Este é um cenário novo, onde governos, a exemplo do Recife, tomam para si a obrigação da oferta de acesso à web como um bem público, somado a tantos outros, como abastecimento, pavimentação, iluminação, no qual governantes decidem quando e onde implantar essas tecnologias. Mas não há aqui, intrinsecamente, a dinâmica de um comum urbano (como já falamos isso requer ação política do cidadão) apenas com a disponibilização de áreas de acesso à web na Capital, através do programa municipal de wi-fi do Recife.

Para além, a chegada desse novo serviço - para atender demandas econômicas a princípio - sem participação da comunidade na sua construção e diante de outras necessidades que incidem diretamente na provisão das pessoas, como habitação e saneamento, evidencia mais uma vez quem dá as cartas na cidade. Sendo assim, também é difícil perceber o Conecta Recife como comum urbano, já que a rede é comandada e vigiada pela gestão municipal, dando pouca margem de liberdade da participação das comunidades ou de reivindicação para melhorias na rede. Outro fato que pode corroborar isso (a inviabilidade de ser classificado o Conecta como um comum) é que apenas 7,2 mil usuários/dia se conectam, quando, a cada duas horas, a capacidade completa da rede suportaria 34,2 mil pessoas. Numa situação ideal, 410,4 mil usuários/dia diferentes poderiam se conectar, mas o número atual é menor que 2%. A baixa procura por esta rede pode ser reflexo da rejeição do serviço classificado como insuficiente pela população ou ainda reação política do cidadão. Contudo, pode estar relacionada também com a falta de conhecimento do serviço ou a falta de condições de educação tecnológica da população.

Ainda sobre a Capital pernambucana, chama atenção que a disponibilização de web gratuita é um serviço ofertado graças a uma sobra da banda de internet da própria prefeitura. Isso volta a demonstrar a perspectiva capitalista de Harvey (2014) para o arranjo municipal

atual. Ao redistribuir a banda sem uso<sup>21</sup>, a gestão empacota o que não lhe serve ressignificando-a num bem público para a população de localidades que ganham pontos de acesso. O valor agregado desse investimento, ou reinvestimento, para a prefeitura tem várias faces. Ela recebe em troca um lucro revestido na possibilidade de aumento da popularidade e visibilidade da gestão. Há ainda os dividendos na geração de valor daquele espaço público digital pelo uso das comunidades locais ou como atrativo de turismo, e tende a estimular o comércio físico e virtual naquelas áreas. Além de promover ganhos numa esfera puramente administrativa, como a capacidade de ordenamento urbano da internet na cidade, a propaganda da modernização da urbe pela tecnologia e, por que não, o apagamento, mesmo que momentâneo, de outras necessidades básicas da qual o Recife tem urgência, como por exemplo, a precariedade das moradias para a população de baixa renda e do serviço de saneamento básico.

Com uma das 15 maiores densidades demográficas do Brasil (7.039,64 habitantes por quilômetro quadrado)<sup>22</sup>, o Recife fica bem na frente da média nacional, que é de 23,8 habitantes por quilômetro quadrado. Esse retrato é terreno fértil para uma das principais problemáticas da cidade: a explosão de aglomerados subnormais. Lugares onde toda uma gama de serviços, que precisam do financiamento do Estado para se desenvolver, ou não chegam ou funcionam na precariedade. Segundo o IBGE, são mais de 102 mil unidades habitacionais nessa categoria espalhadas por cerca de 110 favelas do Recife. A definição de aglomerado subnormal, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, é o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma dessas características: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes; e/ou carência de serviços públicos essenciais (como coleta de lixo, rede de esgoto, rede de água, energia elétrica e iluminação pública)<sup>23</sup>. A situação é apontada como reflexo da forte especulação imobiliária e fundiária e decorrente do espraiamento territorial do tecido urbano; à carência de infraestruturas as mais diversas, incluindo de transporte e, por fim, à periferização da população. Do total de unidades nestas condições, mais de 10 mil não têm abastecimento regular de água pela companhia estadual e outros sete mil imóveis conseguem água de poços, nascentes, coletam água de chuva ou

---

<sup>21</sup> Em entrevista concedida por Rogério Aguiar. [Abril de 2016]. Entrevistadora: Renata Coutinho. Recife, 2010. 1 arquivo de MP3 (60 minutos).

<sup>22</sup> Dados referentes ao Censo 2010 do IBGE. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=261160>>. Acessado em: 17 de julho de 2017.

<sup>23</sup> Definição disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000015164811202013480105748802.pdf>>. Acessado em: 5 de agosto de 2017.

compram carro-pipa. Quando os números são sobre o saneamento, 28.125 unidades habitacionais têm fossa rudimentar (que recebe todos os dejetos sem qualquer tratamento trazendo prejuízos para o solo e saúde pública) e 15.933 têm fossa séptica (fonte primária de tratamento do esgoto e que faz um preliminar tratamento químico-físico dos dejetos). Outros 41 mil imóveis têm dejetos correndo direto para a rede geral de esgoto ou pluvial, mais de 10 mil corriam diretos para rios, mar ou lagos, e quase cinco mil domicílios eliminavam em valas. De forma global, no Recife a taxa de saneamento é de menos de 40% do território<sup>24</sup>. No quesito moradia o déficit chega a cerca de 70 mil moradias<sup>25</sup>.

É nessa cidade, onde uma sorte de serviços incompletos no território – aqui usamos o exemplo da moradia e saneamento, mas as precariedades são diversas – entrecortam a urbe, que mais um serviço desponta: a internet pública gratuita. Assim como os demais, essa rede ganha ares de investimentos produtivos do Estado, como fomento ao desenvolvimento e mitigação de lacunas da inclusão digital. Mas há uma diferença. Enquanto os serviços de saneamento, abastecimento e iluminação pública não encontram concorrência de outros distribuidores, já que estão centrados nas empresas estatais ou concessionárias do Estado, a população acaba por aceitá-los por adestramento social ou a fórceps. No entanto, quando o assunto é conexão à internet, o raciocínio de resignação fica minado uma vez que para este serviço há rotas alternativas. É o que Bar e Galperim (2005, p. 295) assinalam serem tendências “de baixo para cima” do desenvolvimento de redes locais wi-fi, em que cooperativas wireless (chamados de geeks, pelos autores) e outros pequenos fornecedores de acesso sem fio (nomeados de cowboys) podem ser acionados e substituídos pela oferta municipal.

Vale pontuar que, deixando de fora da análise os aglomerados subnormais e considerando apenas os domicílios particulares permanentes (aproximadamente 471 mil unidades habitacionais), o Censo 2010 do IBGE afirma que menos da metade dos recifenses tinha em suas casas microcomputadores e só cerca de ¼ tinha microcomputador com à acesso a internet. Por outro lado, em quase 90% dos lares havia a presença de celulares. O IBGE não traz o recorte de telefones com conexão na Capital pernambucana. No nível nacional, a Pesquisa Brasileira de Mídia de 2016<sup>26</sup> demonstra a importância que a telefonia móvel aliada

---

<sup>24</sup> Informações do Instituto Trata Brasil. Disponível em <<http://www.tratabrasil.org.br/saneamento-ainda-e-precario-no-recife>>. Acessado em 15 de julho de 2017.

<sup>25</sup> Dados da ONG Habitat. Disponível em <<http://habitatbrasil.org.br/habitat-brasil-na-folhape-comunidade-vive-o-fantasma-de-cumprimento-de-ordem-de-reintegracao/>>. Acessado em 15 de julho de 2017.

<sup>26</sup> Pesquisa disponível em <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2016.pdf/view>>. Acessado em 16 de julho de 2017.

à internet vem galgando nos espaços e nas rotinas das cidades. A internet aparece como segundo meio mais citado pelos brasileiros como fonte de informação e os três principais locais de uso opção são a casa (79%), o trabalho (13%) e a rua (2%). E é nos celulares que, preferencialmente, esse uso se desenvolve (72%), ficando o computador relegado ao segundo lugar (25%), muito atrás. Já a média diária de uso chega perto das 5h.

Já a pesquisa Etnografia da Audiência em Recife<sup>27</sup> (DENKER, 2016) ao investigar os rumos da digitalização da TV no Recife, em 2015, mensurou aspectos relacionados aos usos dos celulares junto a nove famílias de três microáreas da cidade, onde há maior predominância de população de baixa renda. O estudo demonstrou que praticamente todas as famílias tinham acesso à internet via wi-fi, em redes compartilhadas com os familiares que moram no mesmo terreno ou com vizinhos com os quais dividem o valor, que era entre R\$ 3,00 e R\$ 5,00 por mês. O smartphone assume o protagonismo para o acesso à web, mas em metade dos lares analisados haviam ainda tabletes (doados nos programas estudantis do governo) e/ou computadores desktop. Estes outros dispositivos apareciam como segunda opção para a navegação.

O mesmo levantamento encontrou nos lares uma forte presença dos celulares e internet recortando a vida e consumo diário de informações das famílias. Para se inserir na vida conectada, as pessoas avaliadas pela Etnografia da Audiência em Recife têm como regra o compartilhamento para barateamento dos custos com redes wi-fi de preço popular. O smartphone atualmente exerce uma concorrência feroz diante dos aparelhos de TV, que, em alguns momentos, vira coadjuvante no consumo de informação e entretenimento. Já na descrição de usos, foi dito pela população que o tablet tinha uso primordial domiciliar e servia para pesquisas e trabalhos escolares dos jovens, mas também foi informado o uso para acesso ao Facebook. Quando o dispositivo foi o desktop, o uso informado também foi a realização de trabalhos e pesquisas escolares. Contudo, especialmente para os jovens, tem caráter de divertimento através dos jogos online e acesso ao Facebook pela família. A conexão com a internet se dá por meio do wi-fi compartilhado também. Outra observação do mesmo estudo aponta que o celular tem nos aplicativos WhatsApp e Facebook os principais usos e que, na maioria das vezes, acontece dentro de casa porque o pacote de dados das operadoras de telefonia não é favorável.

Pelo exposto a cima, fica claro que dia a dia é patente a absorção das novas tecnologias pela vida urbana e que impactam diretamente no bem estar humano. Com isso,

---

<sup>27</sup> Etnografia da Audiência em Recife. Pesquisa desenvolvida pela Denker Consultores Associados para a EAD - Seja Digital, 2016.

aparece como um novo ponto de reivindicação das populações. Ao direito à cidade é agregado o direito à conexão. E nesta luta, a internet como política pública no Recife vem demonstrando compatibilidades com outras políticas problemáticas, a exemplo do saneamento e habitação. Com quatro anos de implantação, o Conecta Recife não alcançou 80% da cobertura pretendida no seu projeto e é constantemente apontado como deficiente.

## 5.1 DA CIDADE À CIBERCIDADE

Como espaço vivo, configurado pelo homem e pela cultura, o espaço urbano vem sofrendo modificações atreladas à explosão tecnológica. Imbricada na cultura ciber, a cidade estabelece novas relações, agregando, agora, o ciberespaço. Lévy (2010) propõe quatro aspectos sobre essas relações, criticando três deles e vendo projeções positivas para um. O primeiro deles repensa a analogia entre as comunidades no território físico e as comunidades virtuais para concluir que os instrumentos digitais podem atenuar tendências de separação de papéis. Isso acontece diante da possibilidade de abertura e participação da sociedade, impulsionando ainda questionamentos das formas institucionais tradicionais da administração. A segunda é a substituição das funções da cidade clássica pelos serviços e recursos técnicos do ciberespaço, que incidem principalmente sobre a mobilidade, que tem seu principal aspecto na troca do transporte e presença pela telepresença e telecomunicação interativa. Para Lévy, há incongruência nessa substituição uma vez que quanto mais a sociedade se comunica, mais se desloca. “A mobilidade das atividades econômicas e das populações fazem parte da mesma forte tendência histórica à desterritorialização: elas não são mutuamente substituíveis” (LÉVY, 2010, p.194). O terceiro ponto da organização da cidade em comunhão com as novas tecnologias é a incorporação das redes às infraestruturas que já organizam e urbanizam o espaço, e que servem a interesses da tecnocracia político-administrativa. Para romper esse caráter meramente infraestrutural, em que distribuição e, conseqüente, lucro desenham o urbano, ao autor reforça que:

[...] O ciberespaço não é uma infraestrutura territorial e industrial clássica, mas um processo tecnossocial auto-organizador, finalizado a curto prazo por um imperativo categórico de conexão (a interconexão é um fim em si) visando de forma mais ou menos clara um ideal de inteligência coletiva que já está amplamente em prática. A relação entre o ciberespaço e a cidade, entre a inteligência coletiva e o território, atrai em primeiro lugar a imaginação política (LÉVY, 2010, p. 199).

É sobre a articulação entre o território físico e a inteligência coletiva que Lévy propõe pensar o presente e o futuro das cidades. Para tanto, é preciso enxergar além das propriedades físicas e topográficas, olhar com afincos os processos sociais que se desenvolvem em ambos e realizar experiências compensatórias entre eles. Enquanto os territórios têm organização hierárquica e rígida baseada na representação e delegação política, as práticas do ciber tendem a “privilegiar os modos transversais de relação e a fluidez das estruturas” (Ibidem, 2010, p. 199), rumo a formas inéditas de democracia. É no extravasamento entre eles que temas antes apagados ou engessados nas discussões da cidade tradicional ganham notoriedade e urgência quando passam também a circular na internet, por exemplo.

O atual projeto de cidade, ou melhor, de cibercidade repousa na fluidez da inteligência coletiva, enquanto ferramenta de comunidades conscientes daquilo que fazem em conjunto e que dá suporte para propor e resolver problemas dentro de uma lógica de proximidade e envolvimento. O processo de inteligência coletiva no urbano compila uma abertura de participação da população de forma a colaborar através de autocartografia dinâmica do real, de expressão das singularidades, de elaboração dos problemas, de confecção do laço social pela aprendizagem recíproca e de livre navegação dos saberes (Ibidem, 2010, p.200). Estas também são características que se assemelham às determinantes da esfera pública e molas que impulsionam reivindicar o pensar e agir na cidade, centro do conceito trabalhado aqui do direito à cidade.

Mas que nova cidade é essa? Assim como a cidade de Harvey é um local de constante atividade e mudança, de criação e recriação, a cibercidade também o é para Palácios (2006), em que experimentação, discussão e elaboração são constantes. O ciber na cidade é, assim, uma dessas recriações da cultura do homem na urbe. O autor direciona que a tecnologia entremeada nas dinâmicas do cotidiano urbano tem três funções. Ou, como ele mesmo atribui, funções midiáticas e digitais da cidade web. São enumeradas como: função de interação social entre os cidadãos e/ou turistas e autoridades, função de interface (mapas, gráficos, portas de entrada, navegação e “deslocamento” na cidade) e função de informação (disponibilização de arquivos digitais e dados urbanos em tempo real) (Ibidem, 2006, p.232). Características que apontam um caráter facilitador de processos democráticos, mas que não necessariamente podem se efetivar já que uma dimensão política pessoal e grupal precede e estabelece essas funções. Como conclui Palácios:

É nosso entendimento que uma caracterização da rede como mídia, como um “ponto de articulação” entre o ciberespaço e o espaço físico, necessita ser qualificada e ampliada para chegarmos a uma mais adequada teorização do lugar e da função das tecnologias telemáticas na constituição e no

funcionamento da sociedade contemporânea. Isso é essencial para podermos entender os encaixes entre as redes técnicas/telemáticas e as redes sociais mais tradicionais (redes de parentesco, de vizinhança, de solidariedade, de crença religiosa, etc) preexistente na sociedade, no espaço físico, onde se dá a construção do projeto de intervenção (PALACIOS, 2006, p. 233).

Mitchell (2005) ainda destaca outro ponto de vista a ser considerado neste acréscimo de processos urbanos entremeado pelas mídias digitais. Ele reforça que para além de microprocessadores e internet, o ambiente da sociedade em rede é maior. O contexto tecnológico e social em evolução entrelaça-se com a ampliação das capacidades reais humanas e as reais necessidades. Um dos impactos disso na paisagem urbana está na capacidade de acrescentar valor ao espaço arquitetônico, recriando dentro deles espaços de fusão. Nestes, pelo atravessamento das tecnologias digitais, são permitidas novas e socialmente valorizáveis combinações (Ibidem, 2005, p.338). Como exemplo, temos salas de cirurgias que, interligadas a apetrechos tecnológicos, desempenham papéis múltiplos e em tempo real: durante uma operação, o cirurgião pode consultar outros colegas para intervenções (treinamento), buscar exames anteriores nos bancos de dados do hospital (pesquisa) e todo o procedimento esta sendo transmitido por teleaula (ensino). Além disso, a mão do cirurgião pode estar amparada por um robô, que amplia a precisão de movimento. O autor dá outro modelo ao falar da migração do que se entendia como espaço de trabalho. Com a explosão de meios eletrônicos - principalmente os portáteis - aeroportos, cafés, quartos de hotel configuraram-se em espaços de fusão, abandonando um único objetivo. O hibridismo imperativo muda as práticas sociais e intelectuais do espaço, numa fragmentação e recombinação dos usos. Ainda segundo Mitchell, alguns dos principais efeitos espaciais imbricados nesse processo de transformação de áreas com objetivo único para objetivos múltiplos são a necessidade de convivência e proximidade entre atividades que trocam informações primárias; a permissão de outras necessidades de contiguidade e proximidade para que se tornem efetivas; e a reestruturação espacial através da fragmentação e recombinação quando o sistema é sujeito a pressões para crescer ou acomodar novas necessidades ou para se tornar mais competitivo.

Se olharmos para os tipos de edifícios tradicionais e padrões urbanos atuais, podemos verificar a existência de processos contínuos de fragmentação e recombinação [...] E, em alguns contextos, permite que casas, lares e locais de trabalho se recombinaem em novas aglomerações urbanas, com populações que as habitam 24 horas, compostas por combinações casa/trabalho. Em algumas cidades, o desenvolvimento de aglomerados electrónicos vida/trabalho tornaram-se uma opção atraente para a reabilitação de edifícios históricos abandonados (MITCHELL, 2005, p. 341).

O acréscimo de valor que as tecnologias digitais aportam sobre a cidade acontece, assim, por dois aspectos: direto e indireto. Diretamente, o digital no espaço urbano pode aumentar o conforto, eficiência ou versatilidade da área física, ou seja, a fusão dos espaços. Indiretamente, aumenta a conectividade e acessibilidade do espaço com objetivos variados, em outras palavras, inserindo o espaço num sistema em rede maior e múltiplo. (Ibidem, p.341).

Numa historicidade sobre a constituição das cidades, Lemos (2010) lembra que estas evoluíram pela constituição de fixação e de diversas formas de mobilidade por redes materiais e espirituais. Mobilidade esta delineada no passado apenas por redes de transporte, comunicação e fluxos financeiros. Na contemporaneidade, há uma complexificação e interligação dessas redes, numa convergência com o espaço urbano, propiciada pela tecnologia. As cibercidades são organismos-rede, formas emergentes do urbano na era da informação. O autor as define como “cidades onde as infraestruturas de comunicação e informação já são uma realidade e as práticas daí advindas formam uma nova urbanidade. Essa urbanidade chamamos em outro lugar de ciberurbe” (Ibidem, 2010, p.156). Esta não exclui antigas necessidades da vivência do espaço físico, muito menos as lutas que naturalmente e tradicionalmente se desenvolvem no território. Pelo contrário, acrescentam novas demandas para a democracia do século 21. Entre os desafios da cibercidade está a criação de maneiras efetivas de comunicação e de reapropriação do espaço físico, reaquickimento do espaço público e o favorecimento da apropriação social das novas tecnologias (Ibidem, p.156). A principal ferramenta das populações nesta atual tentativa de tomada de assento decisório nas dinâmicas de construção de sentido e modulação das relações na cidade está nas mídias locativas digitais, como refúgio da inteligência coletiva. Entretanto, no eterno paradoxo em que a cidade está inserida, nas disputas de poder para configurar e reconfigurar o cotidiano, estas (mídias locativas) também podem ser armas nas mãos de governos ou iniciativa privada.

## 5.2 TECNOLOGIAS MÓVEIS NA RECONFIGURAÇÃO DO URBANO

Lemos (2010) reitera que a comunicação e os seus artefatos, historicamente, transformaram os espaços sociais das cidades. Na atualidade, parcela dessa mudança de ritmo e compreensão das relações do dia a dia nas metrópoles está nas rotinas das mídias locativas.

Estas fazem ainda que, em paralelo ao território físico das cidades, tenhamos um território informacional<sup>28</sup>. O autor descreve assim mídia locativa:

[...] Conjunto de tecnologias e processos info-comunicacionais cujo conteúdo informacional vincula-se a um lugar específico. Locativo é uma categoria gramatical que exprime lugar, como “em”, “ao lado de”, indicando a localização final ou o momento de uma ação. As mídias locativas são dispositivos informacionais digitais cujo conteúdo da informação está diretamente ligado a uma localidade. Trata-se de processos de emissão e recepção de informação a partir de um determinado local. Isso implica uma relação entre lugares e dispositivos móveis digitais até então inédita. (LEMOS, 2010, p.1).

O autor prossegue enfatizando que o tripé: informação digital, localização e dispositivos móveis dialogam sustentando o conceito. Como funciona isso? Basta pensar em uma zona de wi-fi no espaço urbano e na relação lugar/objeto construída a partir dela. Nessa área de internet circulam pessoas com seus dispositivos de navegação (celulares, tablets, GPS, etc), que emitem informação digital a partir desses lugares e agregam conteúdo digital para essa localidade, que vão o desde anotações sobre o espaço até vigilância e monitoramento da área em questão. Lemos enumera quatro funções info-comunicacionais centrais das mídias locativas: realidade móvel aumentada, mapeamento e monitoramento, geotags e anotações urbanas. Na primeira classificação, há uma ampliação da realidade informacional do espaço. Um tipo de hiperlinkagem que mescla espaço físico e dados eletrônicos dos espaços. A função de mapeamento e monitoramento funciona como que traçando hábitos urbanos. Aqui o autor traz entre exemplos o projeto Realtime Roma, em que um sistema monitora pessoas em Roma mostrando percursos e densidades info-comunicacionais. Aplicativos de controle de tráfego do transporte público ou de carros também cabem neste ponto. Com relação às geotags (geolocalização por tags), o objetivo é multiplicar informações digitais em mapas através de acoplamento de dados a lugares. Por último, o autor descreve as anotações urbanas como “formas de apropriação do espaço urbano a partir de escritas eletrônicas” (LEMOS, 2010, p.8). Estes são uma forma high tech das pichações, grafites, outdoor espalhados pelas cidades e funcionam de forma a indexar mensagens aos lugares.

As atuais formas de criação colaborativa, que encontram nas mídias locativas gatilhos importantes de configuração da ciberurbe, também geram questões políticas e éticas. A reconfiguração do urbano, pela tecnologia digital, mais uma vez, sucinta novas formas de controle do espaço urbano e mobilidade social, como alerta o autor. Afinal, ao colaborarmos

---

<sup>28</sup> Segundo Lemos (2010, p.10), territórios comunicacionais são processos de criação, onde há controle eletrônico-informacional e físico em mobilidade no espaço urbano.

entre si ampliando essa nuvem de dados, construímos atalhos para a vivência cotidiana democrática, mas multiplicamos as formas de também agregar valor comercial e político às redes. Neste contexto, a nova cidadania digital merece, segundo Souza (2014), atenção, para que o fenômeno digital não leve ao apagamento da consciência e da crítica do que é proposto no cotidiano midiático. Para o autor, as reconfigurações do sentido de pertencimento e identidades cidadãs pela desespacialização das cidades, cada vez mais mediadas, podem conduzir a substituição do povo pelo público, o que tende a favorecer o consumo e, novamente, a engrenagem mercantilista do direito à cidade.

Lemos (2014) elenca 12 reconfigurações culturais da Web 2.0 a partir dos anos 2000. Em sua cronologia, o século 21 começou sob a égide do pós-PC - onde a vez é dos smartphones e tablets-, da produção colaborativa do saber, dos sites de redes sociais, das redes sociais locais e do financiamento e produção de conteúdos coletivos, dos mapas e do compartilhamento de fotos e vídeos, só para citar alguns. O ápice da cultura da convergência, transmidiática e crossmídia (Ibidem, 2014, p.418), do ativismo global e dos movimentos sociais que usam a web e as tecnologias móveis como ferramenta de contestação política. E, também, de serviços e tecnologias baseados em localização que funcionam para produzir, distribuir e consumir informações em contexto local e, que aliados a tecnologias móveis e redes sem fio, “colocam a questão da mobilidade e localização no cerne do processo social, político e comunicacional” (Ibidem, 2014, p.418). O mito da perda do sentido dos lugares com o advento da internet, dá lugar a virada espacial.

A discussão é, agora, menos especulativa e mais focada em estudos empíricos. Estudos sobre telefones celulares, sensores e objetos conectados à internet, redes e mídias sociais (Orkut, Facebook, Twitter, Foursquare) e seus impactos nos negócios, nas relações sociais, na privacidade, no uso político e na produção midiática em voga (LEMOS, 2014, p.418).

Impactos que criam na cibercidade zonas de controle de emissão e recepção digital do indivíduo potencializam, ainda de acordo com Lemos (2010), quatro novas práticas sociais. A primeira é a do contato pelo tempo real e o acesso informacional, por tempo fluído e compartilhamento de dados. A segunda é a banalização das conexões, em relações apenas empáticas e não solenes. A terceira são as formas novas de reforço identitário e social e, por fim, na quarta prática social estão novos tipos de auto-exposição. “As cibercidades contemporâneas tornaram-se ‘máquinas de comunicar’ a partir de novas ferramentas de apropriação do urbano- escrever e ler o espaço de forma eletrônica por funções ‘locativas’ [...] trazendo novas dimensões de uso e sentido” (LEMOS, 2010, p.160). É assim que ruas, cafés, restaurantes, pontos de ônibus, praças transmutaram-se, pelo acesso generalizado, em

territórios informacionais. Trampolins numa inédita mobilidade por fluxo de dados que altera e modifica as relações com os espaços físicos das cidades.

Por exemplo, o uso de celular e sistemas de geolocalização pode mudar a prática do uso do transporte público urbano. Com um telefone celular o usuário pode se informar, em tempo real sobre o horário da passagem de ônibus, podem alterar a forma de “espera”, e criar novas dinâmicas de movimento no espaço físico ao redor dessa atividade social. Assim, mobilidades informacionais criam gestões fluídas do tempo e, conseqüentemente, do espaço. Não há descolamento entre os espaços e as correlatas mobilidades, mas a intersecção entre espaço eletrônico e espaço físico, criando os territórios informacionais (LEMOS, 2010, p.161).

No entanto, o autor alerta para as novas possibilidades de monitorar e manipular o espaço urbano através desses territórios, onde o controle do fluxo de informação muitas vezes permanece nas mãos da mesma elite que modela e remodela o urbano ao longo dos tempos, como a classe política e econômica. Pelo exposto até aqui o Conecta Recife se encaixa neste pacote. Em todas as suas áreas de acesso sem fio, o projeto recifense cria um desses territórios, mesclando espaços de praças, parques, ruas, avenidas, unidades de saúde com o espaço eletrônico da internet. Gerenciando, vigiando e capturando dados dentro do seu perímetro de alcance. E, mais importante, maquiando o controle sob o véu de uma pseudo garantia de direitos de conexão para o cidadão da ciberurbe.

## 6 O CONECTA AOS OLHOS DA MÍDIA TRADICIONAL

“O conjunto de fatores que determina a noticiabilidade dos acontecimentos permite efetuar [...] a cobertura informativa, mas dificulta o aprofundamento e a compreensão de muitos aspectos significativos dos fatos apresentados como notícias” (WOLF, 2001, p. 193). Há, tradicionalmente, na construção das notícias da mídia tradicional um enviesamento, onde se misturam questões organizacionais, políticas e econômicas moldando os pontos de vista no noticiário. O reflexo disso, como aponta o próprio Wolf (2001) é a fragmentação da informação por uma justaposição de interesses organizados de forma hierarquizada, que tendem à homogeneização da cultura de massas.

O autor explicita que são nessas lacunas de informação de background ou de referências completas dos motivos subjacentes na construção da notícia, que as causas mais amplas dos acontecimentos passam despercebidas. Falta relevo e o que é, em geral, oferecido ao público são a localização dos acontecimentos, os indivíduos envolvidos, nomes de personagens públicos. Neste processo de visibilidade e invisibilidade das informações e contextos construídos e empacotados pela mídia é preciso considerar ainda falta de espaço nos noticiários, a exemplo dos jornais impressos. Mas também, observar a importância de acordos e cotas comerciais na modelagem das notícias. Habermas (2003) explicita que nessa comercialização da cultura, e aí se inscreve o jornalismo, está o principal fator para a ruína da mídia como locus democrático da esfera pública. Não são raras as vezes que esse caráter de dependência econômica/ política gera o agendamento e enquadramento do que será noticiado e como.

Numa alusão das camadas que recobrem o núcleo central do que é interesse da mídia em noticiar, McCombs (2004) identifica que os chefes do poder executivo são um dos pontos fortes de inclusão no agendamento. E essa posição retroalimenta-se. A mídia pauta o governo e vice e versa, mesmo que de forma pontual e, mesmo que estudos apontem que o Estado tem certas vantagens, afinal, a tomada de decisões do governo em assuntos sociais atrai o foco da mídia, “às vezes o presidente é capaz de atrair a atenção da mídia noticiosa a alguns temas e estabelecer a agenda da mídia e do público. Noutras oportunidades, ele segue a mídia e a opinião pública.” (MCCOMBS, 2004, p. 157). O autor ainda destaca que a agenda midiática tem a tendência a tornar mais relevantes eventos e situações imediatas, do que o valor social da deliberação. Para uma mudança neste cenário, que soa como unilateral, McCombs aponta uma saída: “Notícias sobre temas públicos podem ter também impacto político substancial, embora mais indireto, através de uma mudança no enquadramento de longo prazo de um

tópico, uma mudança que cria um clima que é favorável a novas abordagens políticas” (MCCOMBS, 2004, p. 158).

Rocha (2005), numa revisão das teorias do jornalismo, verifica uma ambiguidade estrutural no fazer noticioso, em que os diversos atores podem encontrar brechas para o exercício de poder. Ao mesmo tempo em que aventa promessas de libertação ou transformação social da realidade, o jornalismo contemporâneo também pode servir a reprodução da dominação. É por isso que as tentativas de controle do campo jornalístico e das rotinas de produção são tão caras para as elites, as classes dominantes. Ainda considerando esse jogo de interesses e de comando sob a mídia, o autor destrincha que entre os modelos que explicam as interferências na produção de notícias estão aqueles de atribuições a fatores externos e internos nos processos de construção do noticiário.

Os fatores internos à mídia noticiosa dizem respeito aos proprietários e às políticas editoriais das empresas jornalísticas, às motivações biográficas (simpatias pessoais, códigos de valores-notícia ou constrangimentos organizacionais) dos profissionais. As “pressões de fora para dentro exercidas pelos leitores, anunciantes ou fontes” caracterizam os fatores externos capazes de influenciar o discurso jornalístico (ROCHA, 2005, p.9).

Em um cenário onde os meios de comunicação flutuam segundo necessidades econômicas de mercado e que também se desdobra para dar conta de interesses políticos, a função ideológica da classe dominante dos meios se sobressai. Isso, segundo o autor, deve-se à “subordinação aos interesses do Estado capitalista e demais organizações poderosas na sociedade” (Ibidem, 2005, p. 10). Subordinação que mira na mídia como empresa, mas atinge toda a linha de trabalhadores de uma redação. A partir da Teoria da Ação Política de Esquerda (que aponta interesses ideológicos capitalistas na construção das notícias), Rocha enumera os condicionamentos que a mídia tem a esse sistema. Entre eles, o primeiro é a estrutura de propriedade das mídias, que via de regra está nas mãos de grandes empresários. O segundo condicionamento refere-se à própria natureza do lucro e a importância da publicidade. O terceiro ponto versa sobre a dependência dos jornalistas de fontes governamentais e fontes do mundo empresarial. Já o quarto condicionamento está nas ações punitivas dos poderosos.

Fatores políticos e econômicos na seleção de notícias também são avaliados por Ponte (2005) com importante força na tomada de decisão sobre o que noticiar e como noticiar. A dimensão industrial e empresarial da mídia, para a autora, funcionam como contrapeso que desnivela os processos de formatação na apresentação dos acontecimentos. “Daqui resulta que o desequilíbrio no acesso decorre não apenas do que é dito e das atitudes reportadas (questão

de conteúdo), mas também de como são apresentadas (questão de forma ou de estilo)” (PONTE, 2005, p. 155).

Depois dessa introdução sobre alguns pontos principais do que pode gerar influência na construção da notícia chegamos ao nosso objeto neste capítulo: analisar de que forma a mídia impressa do Recife noticiou a inauguração oficial do projeto Conecta Recife. A amostra avaliada é a dos três principais jornais recifenses: Folha de Pernambuco, Jornal do Commercio e Diário de Pernambuco. O recorte temporal é o dia 27 de novembro, data que marca o lançamento do projeto de wi-fi da Capital e em que os impressos trouxeram as matérias sobre o lançamento.

Para verificar as nuances das notícias, de como foram construídas e dispostas, dos ditos e não ditos será utilizado o método de análise de conteúdo que alia avaliações quantitativas e qualitativas e que é popular para, segundo Herscovitz (2010), detectar tendências e modelos na análise de critérios de noticiabilidade, enquadramentos e agendamento em pesquisas sobre o jornalismo.

A análise de conteúdo pode ser empregada em estudos exploratórios, descritivos ou explanatórios. Os pesquisadores que utilizam a análise de conteúdo são como detetives em busca de pistas que desvendem os significados aparentes e/ou implícito dos signos e das narrativas jornalísticas, expondo tendências, conflitos, interesses, ambiguidades ou ideologias presentes nos materiais examinados (HERSCOVITZ, 2010, p. 127).

Bardin (2004) descreve que o trabalho do analista de conteúdo é como o de um arqueólogo rumo ao conhecimento de condições de produção:

Trabalha com vestígios: os documentos que podem descobrir ou suscitar. Mas os vestígios são as manifestações de estados, de dados e fenômenos. Há qualquer coisa para descobrir por e graças a eles. [...] O analista tira partido do tratamento das mensagens que manipula para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo. Tal como um detetive, o analista trabalha com índices cuidadosamente postos em evidência por procedimentos mais ou menos complexos. Se a descrição (a enumeração das características do texto, resumida após o tratamento) é a primeira etapa necessária e se a interpretação (a significação concedida a essas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada, de uma à outra (BARDIN, 2004, p. 34).

Seguindo o rito de Bardin (2004) para a análise de conteúdo procedem-se as seguintes fases: organização da análise, codificação, categorização e inferência. Na primeira conheceremos os textos publicados pelos jornais Folha de Pernambuco (Folhape), Diário de Pernambuco (DP) e Jornal do Commercio (JC) para que sejam extraídos elementos/indícios preliminares que corroborem a hipótese da homogeneidade de discurso e pouca crítica com

que a mídia impressa tratou o lançamento do projeto municipal de internet. Na codificação serão levadas em conta as unidades de registro: editoria, página, título, subtítulo, lead, corpo da matéria e elementos visuais, categorizados pela presença/ausência dos temas: econômicos/políticos, técnicos, normativos, inclusão digital e crítico. Na inferência o foco é a mensagem, enquanto conteúdo e continente, para a interpretação.

## 6.1 O CORPUS

No destrinchamento dos principais elementos das publicações encontramos os primeiros indícios que levam ao conhecimento do tratamento dado ao tema da internet pública gratuita do Recife. Para tanto serão expostos individualmente os elementos textuais, gráficos e fotográficos que ajudam na apreensão individual, mas com vista global da percepção midiática do Conecta Recife.

### 6.1.1 Jornal do Commercio

O Conecta teve chamada de capa com foto na edição do dia. A manchete trouxe a informação: *“Recife Conectado - Cidade disponibiliza internet wi-fi gratuita com conexão em 74 pontos diferentes. Um dos chamados hotspots foi instalado no Marco Zero, Bairro do Recife”*.

**Figura 1-** Apresentação de capa do Jornal do Commercio para o Conecta Recife, no dia do lançamento oficial do programa, 27 de novembro de 2014.



Fonte: Arquivo Público do Estado.

O projeto teve direcionamento para o caderno de Economia. Localizado em topo de página ímpar, de número três. Mereceu meia página. Dispôs três fotos próprias, sendo duas fotos-personagens e uma ilustrativa da rede. Além disso, a matéria traz infográfico da disposição de todos os pontos onde é possível acessar a wi-fi municipal. O título apresenta-se: *“Recife oferece wi-fi de graça”*. E o subtítulo: *“SERVIÇO Entra em operação o Conecta Recife, que garante internet para moradores e turistas. Investimento foi de R\$ 10,6 milhões”*.

No lead o presente jornal traz o enunciado: *“A prefeitura do Recife – através da Empresa Municipal de Informática (Emprel) e da secretaria de Turismo e Lazer – lançou oficialmente o projeto Conecta Recife, que leva internet wi-fi gratuita a diversos pontos da cidade. Parte dos transmissores já vinha funcionando desde outubro, em caráter experimental”*. Com 45 palavras em apenas duas frases.

Já o corpo da matéria que tem 178 palavras e completa as informações com mais nove frases em três parágrafos:

*“Para acessar, o usuário precisa cadastra-se no site oficial do programa (conectarecife.recife.pe.gov.br). São 74 pontos espalhados por todas as regiões da cidade, com uma maior concentração no Centro (que inclui também o bairro do Recife e Santo Amaro) e na Zona Sul, especialmente ao longo da Avenida Boa Viagem.*

*Sobre a distribuição dos hotspots, o prefeito Geraldo Julio explica que “o projeto não é voltado somente para o turismo, mas sim para os moradores. Nossa filosofia é: o que é bom para o cidadão, é bom para o turista também”, completa. O investimento total de implantação e custeio do projeto é de R\$ 10,6 milhões.*

*Cada hotspot tem capacidade de conectar 100 usuários ao mesmo tempo, com tempo limite de uma hora para cada acesso. Ao final do tempo determinado, a internet pode reconectar-se, desde que o ponto wi-fi não esteja 100% ocupado. A velocidade de cada conexão é de 640 kps. “Teremos um monitoramento 24 horas sobre cada hotspot, e uma equipe de reparo para se algum deles apresentar defeitos”, garante o presidente da Emprel, Eugênio Antunes”.*

**Figura 2-** Apresentação de página de matéria do Jornal do Commercio para o Conecta Recife, no dia do lançamento oficial do programa, 27 de novembro de 2014.



Fonte: Arquivo Público do Estado.

### 6.1.2 Diário de Pernambuco

O DP publicou chamada na capa sem foto, mas foi a principal manchete da edição com o título: *“O mapa da internet grátis no Recife”*. E o subtítulo: *“O projeto #Conectarecife, promovido pela prefeitura, foi inaugurado ontem. Agora, a população poderá acessar gratuitamente a internet em 74 pontos da capital pernambucana. O sinal funciona 24h por dia, mas antes de utilizar é preciso fazer um cadastro e confirmá-lo por email. Confira os locais onde eles estão instalados”*.

**Figura 3-** Apresentação de capa do Diário de Pernambuco para o Conecta Recife, no dia do lançamento oficial do programa, no dia 27 de novembro de 2014.



Fonte: Biblioteca Pública do Estado.

A matéria foi a notícia de abertura do caderno Local, que trata de temas do cotidiano da cidade, e saiu na página 2 do citado caderno. Tomou quase toda a página, dividindo espaço com três pequenas notícias. Dispôs de duas fotos, sendo uma foto personagem e uma ilustrativa dos *hotspots*, ambas próprias. A matéria ainda trouxe dois infográficos. Um trata de como funciona a rede e o outro da localização dela. O título apresenta-se: “*Wi-fi de graça em 74 pontos do Recife*”. E o subtítulo: “*Projeto Conecta Recife, criado pela Prefeitura, cobre vias de cinco regiões com internet de banda larga. Veja onde encontrar os hotspots*”.

O lead foi construído da seguinte forma: “*Acessar a internet de graça na rua já é possível em 74 pontos do Recife. Desde ontem, essas áreas estão conectadas por uma rede sem fio gratuita, através do projeto Conecta Recife, promovido pela prefeitura, que começou a ser instalado em 14 de outubro*”. Foram 44 palavras em duas frases.

Já o corpo da matéria é composto de 363 palavras em 20 frases distribuídas em cinco parágrafos:

*“O sinal funciona 24 horas por dia, mas antes de utilizar, o usuário precisa fazer um cadastro e confirmá-lo por e-mail. Até ontem, 24,5 mil cadastros foram efetuados. Cada ponto tem raio de até 100 metros de alcance. O acesso é monitorado por um software que impede sites pornográficos e de apologia ao crime.*

*O projeto, promovido por meio da Empresa Municipal de Informática (Emprel) e da Secretaria de Turismo e Lazer, busca incluir digitalmente os recifenses e dar acesso a informações de turismo e lazer aos visitantes. “Cada hotspot aguenta até 100 usuários logados. Se passar desse número, enviamos uma mensagem pedindo para o usuário aguardar”, explicou o presidente da Emprel, Eugênio Antunes. Nos pontos que há aglomeração de pessoas, há mais de um hotspot.*

*Na orla de Boa Viagem, onde alguns pontos terminavam de ser instalados na manhã de ontem, a novidade foi vista com entusiasmo por Hilcias Alencar, 27, turista de Fortaleza (CE). “O sistema 3G oferecido pelas operadoras de telefonia móvel deixa muito a desejar. Esse wi-fi público pode facilitar para encontrar pontos turísticos, já que atualmente eu tenho (de) voltar para o hotel para utilizar a internet de lá”, comentou o cearense.*

#### CONEXÕES

*Ontem pela manhã, houve algum problema em dois dos três locais que onde o Diário testou o sistema. Na Rua da Moeda, a página de cadastro não carregou. No Parque 13 de Maio, o celular não encontrou a rede, que estava instável. Na Praça dos Arsenal, o sinal funcionou bem, mas com o celular que opera o sistema Android. Em um iPhone, que roda com iOS, não houve sucesso.*

*Por nota, a Emprel informou que pode haver falha se o usuário estiver distante do lugar sinalizado. A Emprel acrescentou que só na tarde de ontem 224 conexões foram feitas em toda a região do Recife Antigo, incluindo a Rua da Moeda. Sobre o 13 de Maio, a empresa disse que ontem houve 14 acessos no local. Em relação aos telefones da Apple, a Emprel afirmou que na tarde de ontem um problema na conexão entre o sistema iOS 8 e o Conecta Recife foi identificado e que a falha deveria estar resolvida até hoje.”*

**Figura 4-** Apresentação de página de matéria do Diário de Pernambuco para o Conecta Recife, no dia do lançamento oficial do programa, 27 de novembro de 2014.



**Fonte:** Biblioteca Pública do Estado.

### 6.1.3 Folha de Pernambuco

Na Folha de Pernambuco, o projeto também foi o destaque da capa. Com foto ilustrativa. A chamada apontou: *“Internet grátis em 74 pontos”*. Seguida do subtítulo: *“Projeto Conecta Recife, iniciativa da PCR, oferece rede WI-FI gratuita em vários locais da cidade. Para ter acesso, é preciso se cadastrar. Saiba como proceder”*.

**Figura 5-** Apresentação de capa da Folha de Pernambuco para o Conecta Recife, no dia do lançamento oficial do programa, 27 de novembro de 2014.



**Fonte:** Biblioteca Pública do Estado.

A matéria sobre o Conecta Recife foi a principal do caderno de Cotidiano e saiu na página 1. Teve disposição de página inteira, dividindo espaço com um anúncio de cultura. Dispôs de quatro fotos, sendo três ilustrativas acopladas dentro de infográfico e uma foto personagem. Todas são próprias. No infográfico instruções de onde a rede está ativa. A publicação é a única que tem ante título. Nele a chamada é: “*O serviço é gratuito e já tem 24.791 usuários cadastrados*”. O título se apresenta: “*Para conectar os recifenses*”. E o subtítulo traz: “*Projeto da Prefeitura do Recife instalou rede Wi-Fi em 74 pontos da cidade. Foram investidos mais de R\$ 10,6 milhões*”.

O lead elencou as primeiras informações desta forma:

*“Morador do Morro da Conceição, na Zona Norte do Recife, o estudante Anderson Antônio dos Santos, 17 anos, sempre teve dificuldade em usar a internet do celular. Levava 20 minutos para carregar um vídeo no canal YouTube, por exemplo. Agora, com o projeto Conecta Recife, uma iniciativa da Prefeitura do Recife, que permite a qualquer pessoa acessar a rede Wi-Fi em 74 pontos residenciais e turísticos da cidade gratuitamente, o estudante não terá motivos para reclamar da lentidão da rede. Além disso, vai economizar os R\$ 20 que gastava para colocar crédito no aparelho. ‘Moro a apenas 10 m da antena onde há o ponto. Será útil para mim’, disse o estudante. A gestão municipal investiu R\$ 10,6 milhões no projeto e instalação dos pontos”.* Foram 125 palavras em sete frases.

Já o corpo da matéria é composto de 484 palavras em 27 frases distribuídas em cinco parágrafos:

*“E desde que começou a funcionar, no dia 14 deste mês, ainda como teste-piloto e sem qualquer divulgação, o Conecta Recife teve 12,5 mil acessos apenas no Recife Antigo. Em todos os 74 pontos foram 46,5 mil pessoas conectadas. Já há mais de 24.791 mil usuários cadastrados. E a meta é ampliar os pontos para que o restante da população também seja beneficiado com o serviço. Em cada área que possui pelo menos um ponto de Wi-Fi, há cobertura em até 60 metros, sem obstáculos, do local sinalizado com a placa do projeto. A Empresa Municipal de Informática (Emprel) alerta que pode haver falha no sinal se o usuário estiver distante do lugar sinalizado. Para ter acesso à rede é preciso se cadastrar no site [www.recife.pe.gov.br/conectarecife](http://www.recife.pe.gov.br/conectarecife) ou no formulário que abre automaticamente após a solicitação de conexão no celular. ‘É preciso buscar o sinal ‘CONNECTARECIFE’, colocar o e-mail e senha que já foram que já foram cadastrados anteriormente’, explicou o presidente da Emprel, Eugênio Antunes.*

*Cada usuário, detalhou Antunes, terá disponível uma hora de acesso contínuo, com velocidade mínima de 640 kbs. Após esse período, a conexão é desligada automaticamente. E aí é preciso se conectar novamente. ‘A velocidade é suficiente para assistir e compartilhar vídeos, utilizar aplicativos e baixar arquivos’, comentou Antunes, acrescentando que cada hotspot (ponto) suporta aproximadamente 100 usuários simultaneamente. ‘A limitação foi feita para evitar depreciação da rede’, afirmou.*

#### **LOCAIS**

*A escolha dos pontos selecionados para a população ter acesso à internet foi visando regiões que possuem maior circulação de pessoas, como objetivo de atingir localidades turísticas. Sendo assim, foram contempladas locais como a Rua da Moeda, Praça da República e Pracinha de Boa Viagem, além de locais centrais do Recife. ‘O projeto foi uma estratégia de desenvolvimento econômico importante, que abrange diferentes localidades, que contemplam um serviço gratuito de qualidade. A iniciativa também dá oportunidade àquelas pessoas que tinham internet limitada e, agora, poderão ter, em seu dispositivo móvel, um acesso rápido e confiável para a população’, destacou o prefeito do Recife, Geraldo Julio.*

*Na Zona Sul, por exemplo, há pontos no Parque Dona Lindu e em 15 quiosques na Avenida Boa Viagem. A recepcionista Mariana Nunes, 26 anos, que trabalha em um hotel no bairro, aprovou a iniciativa e considerou o projeto interessante. “É um serviço útil. Hoje em dia, a conexão 3G só tem dado dor de cabeça. E aqui, em Boa Viagem, será utilizado por muita gente”, opinou.*

## FALHAS

*A Emprel alerta que pode haver falha no sinal se o usuário estiver distante do ponto. Também informou que o sinal sempre está direcionado para as calçadas, já que o serviço visa atender principalmente o pedestre. Ontem à tarde, houve dificuldade de acesso por meio de dispositivos móveis da Apple. Segundo a Emprel, isso foi causado por um problema na conexão entre os sistemas operacionais da IOS 8 e o Conecta Recife. A falha deve ser solucionada até hoje”.*

**Figura 6-** Apresentação de página de matéria do Diário de Pernambuco para o Conecta Recife, no dia do lançamento oficial do programa, em 27 de novembro de 2014.



**Fonte:** Biblioteca Pública do Estado.

## 6.2 A ANÁLISE

O primeiro achado na avaliação do material coletado foi o tratamento gráfico dado pelos três jornais ao tema. As mídias deram, em todos os casos, relevância ao tema tratando do assunto em campos importantes das suas edições. White (2006) atesta que as notícias em chamadas de capa funcionam como uma primeira isca para levar os leitores ao que o jornal quer que seja lido em primeiro plano, já que na avaliação editorial (imbricada por contextos sócio-econômico-político) essas são as mais relevantes. Nos três periódicos observamos as primeiras pistas do Conecta Recife já na capa. Em todos aparece sempre com afirmações positivas. Seguindo a mesma lógica de importância de cobertura, as manchetes estão sempre distribuídas de canto a canto das páginas ou do meio para a borda direita, no canto superior, área nobre para leitura.

Na mesma ordem de destaque, as matérias propriamente ditas encontram-se em páginas ímpares - tidas editorialmente como de mais rápida atenção - na Folha e JC, abrindo os cadernos das editorias de Cotidiano e Economia. Essa paginação também obedece a critérios de prioridade e facilitação de campo de interesse de leitura segundo White (2006). No caso do DP a página da matéria em questão foi par, no entanto é o texto de abertura do caderno de Local. Ainda no quesito layout, o corpo das matérias está distribuído ou em página inteira, 2/3 da página ou em meia página, mas em todas as ocasiões no topo das folhas.

Antes de partir para a verificação do conteúdo das publicações cabe aqui conceituar os elementos editoriais onde se desenrolam a articulação do discurso da mídia impressa. Os itens ajudaram na dissecação do material a ser avaliado neste capítulo. Para tanto os conceitos considerados são os de White (2006). Começamos pelos títulos, que na definição do autor são o primeiro sinal de informação a que os leitores procuram e que orientam para o restante do texto. “Os títulos são bons para convencer” (Ibidem, 2006, p. 109). O subtítulo complementa a ideia do título, destacando o seu significado. O lead traz o esqueleto básico da matéria e é onde “se personaliza o conteúdo, e com isso se convence o leitor a entrar no texto” (Ibidem, 2006, p. 121). Os entretítulos são estruturas que dividem o texto e podem dar significado a narrativa, significando, simplificando ou categorizando. As citações entre aspas são avaliadas pelo autor como chamariz para o despertar de interesse e trazer o público para dentro da história. “[...] elas deixam mais óbvio o valor-para-o-leitor: tornam a informação visível no nível da varredura rápida e conseqüentemente aumentam a velocidade da comunicação” (Ibidem, 2006, p. 129). As legendas devem destacar os fatos mais importantes (considerados importantes pela edição) naquela matéria e casar com as imagens mais impactantes. Sobre as imagens, White discorre que no planejamento gráfico elas são as primeiras coisas vistas numa página, despertam a curiosidade e introduzem o observador na informação. De acordo com ele são classificadas em: emocional (para impactar, seduzir e intrigar), informativas (são documentais e factuais) e circunstanciais (imagens pequenas, sem grande significados). Por último estão os gráficos - ou como chamamos neste capítulo os infográficos - que são uma alternativa de apresentação de fatos em dados. “Eles aumentam a legibilidade e agregam um valor percebido. Enriquecem o produto e acrescentam-lhe estatura” (Ibidem, 2006, p. 157).

Aqui o objetivo é a avaliação conjunta de como a mídia impressa retratou o Conecta Recife. Contudo para um esclarecimento prévio de achados individualizados em cada periódico foram feitas tabulações ilustrativas de cada um deles. Cada quadro traz a identificação dos temas/categorias propostos pelo estudo (econômicos/políticos, técnicos,

normativos, inclusão digital e crítico), a recorrência de componentes ligados às temáticas, alguns exemplos textuais deles e a frequência com que aparecem nos elementos que compõem e constroem a matéria.

**Quadro 1** – Frequência de temas econômicos/políticos, técnicos, normativos, inclusão digital e crítico, segundo componentes textuais, no Jornal do Commercio, Pernambuco, 2014.

TEMAS	COMPONENTES	EXEMPLOS	FREQUÊNCIA	
Econômicos/políticos	Investimento; turismo; prefeitura.	economia; gratuidade;	“Recife oferece wi-fi de graça”; “O investimento total de implantação e custeio do projeto é de R\$10,6 milhões”; “Entra em operação o Conecta Recife, que garante internet para moradores e turistas”; “A prefeitura do Recife – através da Empresa Municipal de Informática (Emprel) e da secretaria de Turismo e Lazer – lançou oficialmente o projeto Conecta Recife, que leva internet wi-fi gratuita a diversos pontos da cidade”.	O tema está na escolha da editoria, no título da matéria, no subtítulo, no lead, e no corpo da matéria.
Técnicos	Wi-fi; internet; capacidade; distribuição.	pontos; velocidade;	“São 74 pontos espalhados por todas as regiões da cidade”; “Cada <i>hotspot</i> tem capacidade de conectar 100 usuários ao mesmo tempo, com tempo limite de uma hora para cada acesso”; “A velocidade de cada conexão é de 640 kps”.	Título, lead, subtítulo, corpo do texto e infográfico.
Normativo	Cadastramento; regras;		“Para acessar, o usuário precisa cadastrar-se no site oficial do programa”; “Ao final do tempo determinado, o internet pode reconectar-se, desde que o ponto wi-fi não esteja 100% ocupado”.	Presente no corpo da matéria.
Inclusão digital	Não identificados.		Não identificados.	Não identificados.
Crítico	Não identificados.		Não identificados.	Não identificados.

Fonte: Própria

**Quadro 2** - Frequência de temas econômicos/políticos, técnicos, normativos, inclusão digital e crítico, segundo componentes textuais, na Folha de Pernambuco, 2014.

TEMAS	COMPONENTES	EXEMPLOS	FREQUÊNCIA
Econômicos/políticos	Investimento; economia; turismo; gratuidade; prefeitura.	“O serviço é gratuito e já tem 24.791 usuários cadastrados”; “Foram investidos mais de R\$ 10,6 milhões”; “O projeto foi uma estratégia de desenvolvimento econômico importante, que abrange diferentes localidades, que contemplam um serviço gratuito de qualidade”; “como objetivo de atingir localidades turísticas”;	Presente no lead, antetítulo, sutiã e corpo da matéria.
Técnicos	Wi-fi; internet; pontos; capacidade; velocidade; distribuição.	“Cada usuário, detalhou Antunes, terá disponível uma hora de acesso contínuo, com velocidade mínima de 640 kbs”; “Em cada área que possui pelo menos um ponto de Wi-Fi, há cobertura em até 60 metros”.	Presente no lead, sutiã, corpo do texto e infográfico.
Normativo	Cadastramento; regras.	“Em todos os 74 pontos foram 46,5 mil pessoas conectadas. Já há mais de 24.791 mil usuários cadastrados”; “Para ter acesso a rede é preciso se cadastrar no site ou no formulário que abre automaticamente após a solicitação de conexão no celular”.	Esta no antetítulo e corpo da matéria.
Inclusão digital	Não identificados.	Não identificados.	Não identificamos.
Crítico	Falhas.	“A Empresa Municipal de Informática (Emprel) alerta que pode haver falha no sinal se o usuário estiver distante do lugar sinalizado”; “houve dificuldade de acesso por meio de dispositivos moveis da Apple”.	Corpo da matéria.

Fonte: Própria

**Quadro 3** - Frequência de temas econômicos/políticos, técnicos, normativos, inclusão digital e crítico, segundo componentes textuais, no Diário de Pernambuco, Pernambuco, 2014.

TEMAS	COMPONENTES	EXEMPLOS	FREQUÊNCIA
Econômicos/políticos	Investimento; economia; turismo; gratuidade; prefeitura.	“Desde ontem, essas áreas estão conectadas por uma rede em fio gratuita, através do projeto Conecta Recife, promovido pela prefeitura, que começou a ser instalado em 14 de outubro”.	Presente no título, lead, sutiã e corpo da matéria.
Técnicos	Wi-fi; internet; pontos; capacidade; velocidade; distribuição.	“Cada ponto tem raio de até 100 metros de alcance”.	Presente no sutiã, corpo do texto e infográfico.
Normativo	Cadastramento; regras.	“O sinal funciona 24 horas por dia, mas antes de utilizar, o usuário precisa fazer um cadastro e confirmá-lo por e-mail”; “O acesso é monitorado por um software que impede sites pornográficos e de apologia ao crime”.	Esta no lead, corpo da matéria e infográfico.
Inclusão digital	Inclusão digital.	“Busca incluir digitalmente os recifenses e dar acesso a informações de turismo e lazer aos visitantes”.	Corpo da matéria.
Crítico	Falhas.	“Houve algum problema em dois dos três locais que onde o Diário testou o sistema”; “Na Rua da Moeda, a página de cadastro não carregou. No Parque 13 de Maio, o celular não encontrou a rede, que estava instável[...]	Corpo da matéria.

Fonte: Própria

Ao avaliar conjuntamente os jornais, verificamos algumas tendências. O tema econômico/político figura como elemento importante na apresentação de todas as notícias relacionadas ao Conecta Recife. De forma recorrente, ele aparece no título, sutiã, lead e corpo da matéria. O escopo técnico do projeto aparece também nos diversos elementos textuais, mas está explicado em 100% dos corpos de texto das matérias citadas. Dois dos jornais apostaram em infográficos para falar disso. Também é forte o caráter de explicação, de como o wi-fi

pode ser acessado, porque e quando, ou seja, a informação normativa. Chama atenção à baixa incidência de temas de inclusão social e crítica, como desdobramento. De forma muito semelhantes JC, DP e Folhape preocupam-se em anunciar o programa como um projeto governamental novo e benéfico de wi-fi para os recifenses e turistas que circulam por algumas áreas estratégicas do Recife e que contou com investimento milionário. Fora isso, vários questionamentos são respondidos de forma rasa ou simplesmente são silenciados. Para citar algumas, há a falta de investigação em desenterrar possíveis interesses comerciais, acertos, motivações da gestão na promoção da wi-fi, e principalmente ouvir personagens discordantes da iniciativa.

São essas algumas das interrogações gerais e recorrentes em todos os jornais analisados que reforçam uma relação de aparente comercialização midiática e constrangimentos organizacionais. Vínculos que levam as empresas de mídia a construções noticiosas no mínimo insossas, para não falar “chapa brancas” (jargão jornalístico quando uma matéria tem uma tônica oficiosa do Estado). Ao que parece, pelas similaridades de enquadramentos e lacunas dos periódicos, fica patente a hipótese da homogeneidade de discurso e pouca crítica com que os jornais pernambucanos trataram o projeto. E, além disso, reforçam que em certos assuntos é a voz dos governantes que prevalece, não só pelo protagonismo “natural” das ações públicas do prefeito, mas também pela influência econômica da administração pública nas cotas comerciais dos jornais. Em resumo, a agenda dos governantes mostra sua assimetria diante da agenda da mídia e da agenda pública, pela valorização de um tipo de acesso privilegiado dos promotores primários da influência midiática (ROCHA, 2005, p. 2-3).

Para reforçar esses achados do conteúdo, algumas pormenorizações. No JC, essa evidência de que o periódico avalia o Conecta Recife como econômico está, primeiramente, na editoria escolhida para a veiculação da matéria: o caderno de Economia. E se apresenta, na manchete e sutiã, destacando que o serviço garante internet de graça no Recife para moradores e turistas, com um investimento de R\$ 10,6 milhões. O lead, que só tem duas frases, inicia-se por quem promove o Conecta, no caso a prefeitura, a empresa de tecnologia municipal e Secretaria de Turismo e Lazer. No corpo do texto repete-se o valor de investimento e há apenas personagens governamentais que apenas enaltecem o programa e prometem sua efetividade. Enquanto o prefeito Geraldo Julio diz que “o projeto não é voltado somente para o turismo, mas sim para os moradores. Nossa filosofia é: o que é bom para o cidadão, é bom para o turista também”, o presidente da Emprel, Eugênio Antunes, garante que haverá “um monitoramento 24 horas sobre cada *hotspot*, e uma equipe de reparo para se

algum deles apresentar defeitos”. Duas fotos-personagens reforçam os pontos positivos do projeto, ao pôr na avaliação da população os ganhos que a web grátis trará. O conteúdo é explicativo e descritivo para ensinar como o usuário pode ter acesso ao serviço, sem espaço para crítica, muito menos projeção sobre o impacto de inclusão digital da população.

O Folhape usa um personagem da população para exemplificar os pontos positivos do programa e elencar os benefícios que o Conecta traz para a comunidade. Ainda no lead, um forte apelo econômico fala direto ao bolso do usuário que tem na internet municipal chances reais de redução de gastos com pacotes de internet de empresas de telefonia. E tudo isso graças ao milionário investimento de R\$ 10,6 milhões. O Folhape, único jornal analisado que tem antetítulo na sua editoração, traz o tema econômico/político neste elemento, mas também no lead, sutiã e corpo da matéria. Para atestar a grandiosidade do projeto são exaltados os milhares de usuários já cadastrados e que já usaram a rede no período experimental, além de ensinar como fazer parte desse novo serviço. Mais uma vez a fala do prefeito Geraldo Julio vangloria o “presente” dado à cidade. “O projeto foi uma estratégia de desenvolvimento econômico importante, que abrange diferentes localidades, que contempla um serviço gratuito de qualidade. A iniciativa também dá oportunidade àquelas pessoas que tinham internet limitada e, agora, poderão ter, em seu dispositivo móvel, um acesso rápido e confiável para a população”, disse ele. O presidente da Emprel, Eugênio Antunes, também é personagem na função de ensinar o bê-á-bá de como funciona o Conecta. O jornal abre pequenos espaços para a crítica num esquema de testagem do sinal que tem problemas em algumas ocasiões e lugares. Falhas que são rapidamente minimizadas pela promessa do executivo de que tudo já está sanado.

Sem parecer ter realizado uma apuração prévia no campo, o DP começa a notícia generalizando e afirmando que já é possível acessar internet grátis nos 74 pontos, graças à prefeitura. Prefeitura que fez investimento grandioso e se prepara para beneficiar milhares de pessoas com um serviço gratuito, rápido e seguro. Além do que, a prefeitura está preocupada com o uso que se fará da sua wi-fi e, por isso, está vigilante para sites pornográficos e de apologia ao crime que possam ser acessados em sua rede. Esta é uma informação presente apenas no DP, mas que se resume a uma frase sem qualquer desdobramento, nem explicação. O presidente da Emprel, Eugênio Antunes, aparece como “professor” do Conecta dando o ritmo normativo que a matéria também traz, mas muito breve. Aqui o prefeito Geraldo Júlio não falou diretamente, nem foi citado diretamente. Mesmo assim não houve prejuízo para a tônica oficiosa da notícia. Maior espaço para falar teve um turista, peça chave da wi-fi municipal, que critica a telefonia móvel e fala de forma futurista de benefícios de uma rede de

internet aberta na cidade. Se no lead o DP afirma que o sistema já funciona de forma completa, no fechamento da notícia cai em contradição apontando problemas em dois de três pontos visitados. Contudo, falhas que já teriam sido solucionadas. Outro diferencial da cobertura do DP foi ele ser o único que indica o Conecta como uma busca de inclusão digital para os recifenses. Entretanto, essa foi mais uma informação solta, descontextualizada e utilizada com caráter propagandista, o que reforça o engodo de que a mera tecnologia e distribuição de wi-fi garantem esta inclusão. Ao que percebido, os jornais pernambucanos replicaram na cobertura do Conecta Recife a estratégia de pão e circo em favor de simpatia dos leitores para a causa da gestão municipal. Corroboram ainda para o esvaziamento das discussões críticas em torno do tema digital-urbano, afastam-se de papéis mediadores da esfera pública e promotores de visibilidade social no agendamento das necessidades da cidade e do cidadão.

## 7 ANÁLISE DE CAMPO 1: QUESTIONÁRIOS

A partir dos critérios demonstrados na metodologia do presente estudo foi montando um modelo de questionário (**ver anexo A**), que norteou as entrevistas nos territórios sorteados, para a compreensão do Conecta Recife nas localidades onde o projeto está instalado. Como anteriormente elencado, as áreas delimitadas para esta pesquisa foram a Praça de Jardim São Paulo, a Biblioteca Pública de Casa Amarela, a Rua da Moeda, a Policlínica Waldemar de Oliveira, o Mercado da Madalena, o Forte do Brum, o Compaz Ariano Suassuna, a Comunidade Ilha de Deus e a parada de ônibus em frente ao Empresarial Nassau, que fica na avenida Agamenon Magalhaes, no Centro da cidade. A aplicação das entrevistas aconteceu entre os dias 1 de novembro de 2017 e 2 de dezembro do mesmo ano. Não foram estabelecidos horários específicos para a abordagem da população avaliada, uma vez que os gestores da rede não forneceram um mapeamento sobre o fluxo de usuários por localidade no qual fosse possível aferir em que período do dia ou da noite haveria picos ou decréscimos de uso. No entanto, essa questão não gera qualquer prejuízo à investigação já que o fator de avaliação principal, que é tempo de permanência no território avaliado, foi respeitado. Primeiramente, seguir-se-á individualmente achados de cada território analisado. Ao final, haverá a aferição global dos impactos e percepções do Conecta Recife diante da população analisada.

### 7.1 PRAÇA DE JARDIM SÃO PAULO

Localizada no bairro de mesmo nome, a praça teve a instalação do *hotspot* do Conecta Recife em agosto de 2014 sendo um dos primeiros pontos do projeto no pacote inicial do programa. Está localizada na Região Político Administrativa 5 (RPA5) da cidade. De acordo com a gestão pública, o bairro onde está o equipamento tem área territorial total de 259 hectares e uma população de quase 31,7 mil moradores, em 15 mil imóveis aproximadamente<sup>29</sup>. A maior parcela da população tem entre 25 e 59 anos (49,51%). O bairro como um todo só possui um ponto do Conecta, que é o exposto na praça citada. No dia da aplicação do questionário chamou a atenção o número de idosos que recreavam em jogo de dominó ou em conversas. Alguns também se exercitavam em caminhadas. De forma geral, populares comentaram que a praça era um espaço muito mais frequentado pelos mais velhos,

<sup>29</sup> Dados estão disponíveis em < <http://www2.recife.pe.gov.br/servico/jardim-sao-paulo>>. Acessado em 10 de dezembro de 2017. As informações consideram estatísticas do Censo 2010 do IBGE.

e que, prioritariamente, preferiam interações face a face, longe de apetrechos tecnológicos, a exemplo dos celulares. Situada num entorno prioritariamente de moradia, abraça ainda pequenos pontos comerciais nas redondezas, o serviço da Academia das Cidades e é zona de passagem para quem cruza Jardim São Paulo. Chama atenção que o pico de uso da rede Conecta na praça é de apenas 13,6% da capacidade total do *hotspot* instalado. Funcionando no limite, o ponto deveria suportar até 250 pessoas conectadas – como propaga a prefeitura sobre limites de conexão da rede –, mas o pico diário é de apenas 34.

No território foi entrevistada J.M, 24 anos, porteira, com Ensino Médio completo, renda mensal de cerca de R\$ 1 mil e presença no território de cinco vezes na semana. Na praça, o acesso dela à internet se dá por celular e ela faz uso combinado da wi-fi pública da prefeitura e do pacote de dados ofertado pela sua operadora de telefonia móvel que tem custo semanal de R\$ 10. A porteira reclamou da instabilidade da rede como principal entrave ao uso. *“De vez enquanto quando ela está de bom humor e uso. Se não, tem que usar os dados móveis ou ficar sem internet”*, contou. Apesar de a gestão afirmar que melhorou a tecnologia para a oferta em áreas abertas (*outdoor*), a exemplo da praça, e a velocidade e capacidade da rede, a reclamação na área era de que o sistema muitas vezes não funcionava. A solução para muitos é ficar bem embaixo da antena. Apesar dos problemas, a J.M. avalia como boa a oferta de internet grátis. *“É bom. Ajuda muito. Mas, às vezes, quando fica com problema o povo fica estressado. Se ela pegasse melhor, seria bem melhor porque, às vezes, a pessoa está precisando se comunicar com alguém, mas ai não dá”*. A jovem comentou que não sabe para quem reclamar e nem como. Ela demonstrou ainda certo conformismo com as deficiências.

Sobre sua percepção de mudança da praça pela instalação da wi-fi Conecta, a porteira aponta que a possibilidade de se comunicar com qualquer pessoa a partir dali tira o usuário de um isolacionismo do resto do mundo e permite a pessoa saber o que acontece em casa ou na rua. Os principais usos da web da jovem são o aplicativo de conversa instantânea WhatsApp - para falar com a mãe e fazer ligações-, o Facebook e o Youtube. *“Passa o tempo mais rápido”*. Mas na hora de voltar para casa, a web na praça também vira ferramenta para estimar como será seu percurso. *“Eu uso para ver o trânsito. Se o trânsito está lento ou parado”*.

Apesar de considerar a internet essencial nos dias atuais, em que estar conectado é quase uma exigência, a porteira disse que não sabia o que era inclusão digital e não soube explicar se, de alguma forma, sentia-se incluída digitalmente. Demonstrou preocupação com a

possibilidade de estar sendo vigiada/monitorada ao usar a rede pública de wi-fi, mas o medo estava relacionado a ter as contas de WhatsApp ou Facebook hackeadas. A entrevistada também afirmou ter certos cuidados ao usar o celular para navegar nos espaços públicos e confessou que o medo da violência freia em alguns momentos a conexão na praça e outros espaços públicos abertos.

## 7.2 BIBLIOTECA PÚBLICA DE CASA AMARELA

O *hotspot* da Biblioteca de Casa Amarela começou a funcionar em junho de 2016. A implantação da wi-fi pública fez parte de um pacote de requalificação da unidade que foi concluído em maio daquele mesmo ano. As obras incluíram ainda a climatização do prédio e a disponibilização de sete desktops para os usuários da biblioteca que não têm dispositivo de acesso à web. O investimento total na unidade, com todas as melhorias, girou em torno de R\$ 600 mil. Havia a promessa de que, remodelado, o espaço pudesse promover uma dinâmica de conhecimento e cidadania, além de dar apoio à grade pedagógica, no quesito informação e pesquisa, às escolas municipais e estaduais no entorno<sup>30</sup>. Situada na rua Major Afonso Leal, o equipamento público – que está cravado em uma área residencial/moradia em sua essência – tem horário de funcionamento de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h, e exige a identificação prévia dos usuários na entrada do prédio. Ou seja, é um espaço público, mas de acesso controlado. A administração informou que não desliga o *hotspot* à noite e nem nos finais de semana. Populares nas redondezas relataram ainda que a calçada da biblioteca vira ponto de encontro de pessoas que querem utilizar a rede sem entrar no prédio ou fora do horário de funcionamento do equipamento público. O bairro de Casa Amarela está na RPA 3 e tem área de 188 hectares. Nos dados demográficos oficiais são 29.180 habitantes, 9.296 domicílios e 52% da comunidade com idades entre 25 e 59 anos<sup>31</sup>. O bairro ainda conta com outros três pontos do Conecta Recife, sendo dois no Mercado de Casa Amarela e um na Praça do Trabalho.

J.L., autônomo, 35 anos, de Ensino Superior e com faixa salarial de R\$ 3 mil, é um desses usuários cadastrados do espaço. Morador das imediações, ele vai caminhando de quatro a cinco vezes por semana para o prédio, onde passa de três a quatro horas por dia estudando para concursos. O homem possui pacote de dados da sua operadora e gasta

---

<sup>30</sup> Informações disponíveis em < <http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/05/04/2016/casa-amarela-recebe-biblioteca-popular-totalmente-requalificada>>. Acessada em: 8 de dezembro de 2017.

<sup>31</sup> Dados demográficos retirados do perfil dos bairros. Disponível em <<http://www2.recife.pe.gov.br/servico/casa-amarela?op=NzQ0MQ==>>. Acessado em: 8 de dezembro de 2017.

mensalmente R\$ 50 para ter acesso aos dados móveis. Na biblioteca, ele usa a wi-fi Conecta Recife conjuntamente com a internet do próprio telefone. J.L foi o único dos nove entrevistados que acessa a wi-fi da prefeitura de notebook e também no smartphone. Isso se deve, aparentemente, a estrutura montada no local que oferta mesas, cadeiras, energia e climatização.

Na sua avaliação, a oferta de web na biblioteca é interessante. *“Porque a gente precisa estudar, pesquisar, baixar aula. Esse tipo de atividade tem que ter internet. Às vezes, ela fica um pouco cambaleando, mas na maioria das vezes atende as expectativas”*. Na opinião dele, a instabilidade nas conexões está relacionada à oscilação da rede e não a sobrecarga, uma vez que o público no prédio nunca é muito grande. De fato, a capacidade máxima do ponto que seria de 250 pessoas conectadas, simultaneamente, não é alcançada. O pico de acessos no espaço tem no dia 31 pessoas logadas na rede, ou seja, apenas 12,4% do limite. J.L. ainda aponta como sua principal queixa sobre a wi-fi Conecta Recife a questão da velocidade. *“Eu, geralmente, tenho que trazer já as aulas baixadas, porque se eu for baixar aqui demora muito. Só essa questão mesmo de velocidade para download. Para você pesquisar, entrar em site, coisa desse tipo atende, mas para download demora”*.

Mesmo comentando que, no mundo globalizado, a internet é essencial e que a oferta gratuita traz benefícios para aumentar as chances de estar conectado, o autônomo disse que o Conecta agrega baixo valor para sua vida diária. *“Eu já chego aqui com minhas aulas baixadas. Só quando estou assistindo uma aula e preciso pesquisar alguma nomenclatura, alguma coisa, é que eu utilizo. Mas aqui na biblioteca não faz muita diferença para mim não”*. Para ele, faria mais diferença na sua rotina se a web livre estivesse disponível no meio das ruas, pulverizada pelo bairro. Também não acredita que a instalação da antena de wi-fi tenha, por si só, mudado as rotinas do prédio ou modificado a biblioteca. *“Acho que essa questão de ‘agregamento’ é natural da modernidade. Tem que ter. A biblioteca que não tiver hoje internet, ela não é mais biblioteca vamos dizer assim”*. O entrevistado destacou que quando navega pela rede Conecta Recife se atém a pesquisas e que só acessa redes sociais utilizando o pacote de dados da operadora paga. *“Acessar uma rede pública você fica receoso do povo invadir e fazer alguma coisa”*. O temor dele é da vulnerabilidade em relação à invasão de contas em redes sociais e roubo de informações pessoais. No quesito insegurança, o autônomo ainda demonstrou que a criminalidade faz com que ele evite navegar em alguns lugares. Isso vale para a própria biblioteca, mesmo contando com um guarda patrimonial.

Questionado sobre o que seria inclusão digital e se se sentia incluído, o entrevistado partiu para um discurso associativo entre inclusão e disponibilização de acesso gratuito. *“Eu acho que o poder público ainda está muito aquém do que seria necessário. Por exemplo, era para você andar no ônibus e ter internet dentro do ônibus ou no metrô. Como tem em outros países, em que você anda no metrô, na rua, e a internet é livre para todo mundo usar. Aqui não. Você vai, por exemplo, no centro comercial de Casa Amarela. Você tem lá a rede, mas você se conecta e não atualiza. Muito provavelmente a gente, cidadão que paga os impostos, está pagando por esse serviço, mas não está sendo oferecido da forma que deveria”*.

### 7.3 RUA DA MOEDA

A rua da Moeda fica bem no coração do bairro do Recife, na 1ª RPA, sendo uma área híbrida de comércio, lazer/turismo e passagem. Conhecida pela boêmia e vida noturna, viveu um grande momento de efervescência cultural na década de 1990, quando palco do movimento Manguêbeat, e permanece como lugar de encontro do público underground<sup>32</sup>. O lançamento do Conecta Recife na área aconteceu, em agosto de 2014. A via, a priori, tem um *hotspot*, mas diante da confluência com o ponto da avenida Alfredo Lisboa e da rua Mariz e Barros, que ficam a menos de 80 metros, poderia ter uma capacidade de conexão ampliada por esse cinturão, o que não acontece segundo o entrevistado J.F., comerciante, com Ensino Médio completo e 49 anos. Na Moeda, o pico de acesso diário é de 34 pessoas conectadas simultaneamente, o que representa 13,6% da capacidade do seu *hotspot*.

Morador do bairro do Arruda, o comerciante tem um fiteiro há 18 anos na rua e acompanhou de perto a chegada da wi-fi da prefeitura. *“É bom. Tem muitos clientes aqui que gostam desse serviço. Eu acho bom também. Ajuda”*, opinou sobre a rede. Segundo ele, a principal mudança na rotina com a chegada da internet grátis é o número de pessoas que o abordam atrás de informações sobre como acessar a rede Conecta. *“A maioria é jovem à procura de internet de madrugada e não tem. E pergunta o que faz e aí eu dou a dica: tem o Conecta Recife. [...] Antes eles pediam um formulário para preencher, e-mail, mas hoje não precisa. Já entra direto”*, explicou. Apesar do aparente atrativo, ele disse que não percebe um aumento de público no espaço atraído exclusivamente pela web gratuita naquele espaço.

<sup>32</sup> Para conhecer mais sobre as transformações socioespaciais da Moeda indicamos uma consulta ao trabalho “RUA BOM JESUS X RUA DA MOEDA: TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS, USOS E APROPRIAÇÕES DIFERENCIADAS”. Disponível em <<http://www.ppgau.ufba.br/urbicentros/2012/ST146.pdf>>. Acessado em: 8 de dezembro de 2017.

O problema, para ele, é que nem sempre o serviço funciona e o comerciante precisa migrar para os dados móveis da sua empresa de telefonia, na qual precisa desembolsar R\$ 10 por semana para navegar. O dia do questionário foi um desses complicados para se logar. *“Hoje mesmo, de 13h até umas 17h e pouca, estava ruim. Ontem também ,por causa de uma queda de energia. Um transformador tinha estourado ali e caiu a energia”*. Outro motivo que dificulta o acesso, segundo ele, é quando a Moeda está muito cheia de gente. Para a vida diária, o valor agregado que o Conecta trouxe para ele foi a facilidade e a economia. *“Teve momentos em que eu estava sem crédito e não tinha condições de colocar. Ai ajudou bastante. Foi um grande valor”*. Quando o assunto foram as preferências da navegação, J.F. enumerou o WhatsApp, o aplicativo de banco, o e-mail e o site de compra e venda OLX. Na sua rotina, a internet é essencial de modo que sem ela é a *“mesma coisa de ficar sem as pernas”*.

O comerciante já ouviu falar de inclusão digital, mas disse que não saberia explicar o que era e ainda contou que não se sente incluído 100% digitalmente. Sobre vigilância ao usar a Conecta Recife, o entrevistado demonstrou preocupação e desconfiança. *“Eu achei um serviço muito...como posso dizer...muito fácil de se conectar. Eu acho que deve ter algo ai. Não sei se tem”*. Já a violência não o assusta e nem inibe a navegação na Moeda.

#### 7.4 POLICLÍNICA WALDEMAR DE OLIVEIRA

Conhecida como “unidade 01” ou “Bem-Estar”, a Policlínica Waldemar de Oliveira, situada no bairro de Santo Amaro, é a primeira unidade de saúde inaugurada no Recife, bem antes de 1960<sup>33</sup>. O espaço passou por duas grandes reformas em 1999 e 2004. Atualmente, realiza, em média, 320 consultas diárias (ambulatoriais), além de cerca de 60 atendimentos odontológicos no CEO (Centro de Especialidades Odontológicas). Ainda são ofertados: coleta de sangue (diária), curativos de baixa complexidade, testes rápidos para HIV e sífilis com agendamento prévio, vacinação e pequenas cirurgias, entre outras atividades. Considerando o serviço de agendamento médico, recepção, dispensação de medicação e todos os atendimentos realizados, a Secretaria Municipal de Saúde estima que 700 pessoas circulem na policlínica diariamente (com exceção dos meses de janeiro onde boa parte dos profissionais opta por tirar férias). Apesar do volume de gente, o horário de pico de acesso da rede Conecta na Policlínica é de 40 usuários, o que representa 16% da capacidade

<sup>33</sup> Informações repassadas Secretaria de Saúde do Recife. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <renatajorn@hotmail.com> em: 5 de dezembro de 2017.

total do *hotspot*. O horário de funcionamento do espaço é de segunda até sexta-feira das 8h às 17h. O acesso à unidade se mostra controlado, a começar por um vigilante que aborda com perguntas as pessoas que apresentam alguma situação suspeita na entrada do posto e tenta descobrir porque motivo se esta ali. As imediações da Policlínica são compostas por regiões de moradia, passagem e serviços.

O ponto do Conecta Recife foi instalado no serviço de saúde em julho de 2016. Na mesma época, a prefeitura da cidade fez uma grande expansão da rede web incluindo, a partir de então, os equipamentos de saúde da Capital na estratégia de wi-fi. O bairro de Santo Amaro, onde se localiza a Policlínica, faz parte da RPA1 e tem 380 hectares. A população residente na área é de aproximadamente 28 mil habitantes, composta em sua maioria por pessoas entre 25 e 59 anos (47,45%) e com 8.474 domicílios<sup>34</sup>. Uma dessas residências é a de J.L., 57 anos. A mulher, que tem Ensino Técnico e faixa salarial mensal de R\$ 3 mil, mudou suas rotinas desde que a rede Conecta chegou à Policlínica. Sem wi-fi residencial e tentando economizar no pacote de dados móveis do celular, ela passou a frequentar diariamente o posto de saúde para navegar. A esteticista contou gastar com a operadora de telefonia pelo menos dois pacotes de internet de R\$ 39,90 por mês. *“Todo dia venho para cá. Como moro aqui perto toda vez e tenho que passar pela Conde da Boa Vista (para atender uma cliente), então eu passo pelo menos uma hora aqui e faço todo meu trabalho”*, disse. Para ela, a rede é ótima, principalmente, por estar implantada em uma unidade de saúde. *“Eu acho ótimo. Tanta gente precisa, às vezes, de comunicação rápida. Eu estava aqui - eu estou com gordura no fígado - e eu estava sem dados móveis [...] eu tive que ligar para minha irmã, mas não tinha telefone, se não fossem os dados daqui, ela não tinha vindo me buscar [...]. Eu acho superbom. Em hospitais eu acho supernecessário”*. A esteticista frequenta o espaço mesmo que não tenha consultas ou exames marcados no local e já se tornou conhecida de alguns funcionários, que até disponibilizam tomadas ou carregador para que ela esteja com o telefone com bateria para navegação. Esse comportamento cria, de certo modo, uma solidariedade entre o grupo.

J.L. ainda aponta que, assim como ela, outras pessoas têm procurado a Policlínica para usar a web grátis mudando as rotinas do espaço. *“Eu acho que as pessoas vêm mais aqui.*

---

<sup>34</sup> Dados demográficos retirados do perfil dos bairros. Disponível em <<http://www2.recife.pe.gov.br/servico/santo-amaro?op=NzQ0MQ==/>>. Acessado em: 10 de dezembro de 2017.

*Está com mais frequência sabendo que daqui elas podem se comunicar com outras pessoas e não procuram um local que não tem acesso a nada, a rede nenhuma. Então, eu acho que mudou muito*". De fato, no dia do questionário foi observado que a calçada da unidade ficou cheia de pessoas que tiravam o descanso do almoço para navegar gratuitamente, sem necessariamente acessar o serviço de saúde. A essencialidade da internet narrada pela entrevistada é extrema. *"Eu digo a minha irmã que não quero comer, não quero nada, mas eu quero ter internet"*. É tanto que a esteticista ao sair de casa busca fazer caminhos onde possa se conectar a rede pública da prefeitura ou outra rede aberta para que consiga se comunicar online, principalmente, utilizando o WhatsApp, Facebook e Google.

No quesito inclusão digital, ela já ouviu falar no termo e se acha incluída digitalmente porque utiliza as ferramentas em várias práticas diárias. Por outro lado, a entrevistada mostra-se alheia a capacidade de vigilância do Conecta Recife e disse não ligar se está sendo monitorada no que faz nesta rede. Muito menos se mostrou temerosa de utilizar a wi-fi na Policlínica devido a algum medo de assalto ou furto. Para justificar a confiança contou que era evangélica.

## 7.5 MERCADO DA MADALENA

A estrutura do Conecta Recife no Mercado da Madalena foi inaugurada em agosto de 2014, também sendo um dos locais pilotos do projeto de wi-fi gratuito em sua primeira fase. No mapa da rede (**anexo B**), a Emprel aponta que há duas antenas disponíveis, mas a comunidade frequentadora do espaço só se refere a uma. Esta funciona bem no centro do mercado, numa torre onde está a administração do prédio. O equipamento, segundo os populares, é velho e não vem atendendo as necessidades de comerciantes e frequentadores do local no dia a dia. Situado numa área mista de residências, comércio, passagem e serviços, o mercado tem uma importância histórica para a cidade, o que também o inclui como equipamento de turismo e lazer. Inaugurada na década de 1920, a edificação reunia os feirantes à noite o que lhe rendeu o apelido de Mercado do Bacurau<sup>35</sup>. O horário de funcionamento dos primórdios acabava agregando ainda os boêmios. Esta tradição do mercado permanece nos tempos atuais e o espaço ainda é ponto de encontro dos notívagos em uma área de alimentação disposta no espaço mais externo do edifício. Contudo, as atividades noturnas dos feirantes mudaram para o dia. Hoje, o horário regular de funcionamento é de

---

<sup>35</sup> O histórico resumido do mercado. Disponível em <<http://www2.recife.pe.gov.br/servico/mercado-da-madalena>>. Acessado em: 9 de dezembro de 2017.

segunda a sábado, das 6h às 18h, e no domingo, das 6h às 13h. O prédio está cravado na RPA4, que tem área territorial de 183 hectares e população de 23 mil moradores em cerca de 15 mil domicílios<sup>36</sup>.

O entrevistado no local foi o porteiro E.S., 49 anos. O homem tem Ensino Médio completo, renda mensal de R\$ 2,5 mil e esta no território em questão entre três e quatro vezes por semana. O porteiro tem pacote de dados móveis da sua operadora e paga R\$ 30 mensais pelo serviço. No mercado faz uso combinado dos dados móveis e da wi-fi Conecta, mas reclamou que a rede pública está muito aquém do que promete. *“Pelo menos a pessoa que sai da sua casa e está sem condições de colocar os dados móveis, usufrui da internet. Então, foi uma iniciativa muito boa, mas, no entanto, que venha pegar, que nem todos os lugares ela pega”*, reclamou. Segundo ele, do local onde está instalada a antena há apenas uma cobertura parcial e deficiente do mercado. O melhor local para acessar a wi-fi é a rua bem em frente do *hostspot*. Esta zona, no entanto, é para ele é um trecho esvaziado de atividades. *“A internet (tem que) ser mais rápida, que, às vezes, é um pouco lenta. Já aqui nessa área que pega bem é muito rápida. Você baixa filme, baixa show. Tudo é rápido. Mas se for para outra área não pega e quando pega é lenta”*. Na opinião dele, para melhorar, o Conecta Recife precisa ter o sinal melhor espalhado pelo local, permitindo assim que seja possível acessar o serviço de qualquer lugar na área.

É por essas deficiências que o porteiro afirma que o Conecta não agrega valor para sua vida diária e nem modificou o dia a dia do mercado. *“Modificou não. Até porque o pessoal aqui dentro, a maioria, tem internet própria. Se tem um amigo, ele pega o wi-fi (privado) e passa para o amigo ou para o cliente. Porque essa área aqui, especificamente, pega melhor (área embaixo da antena). Na praça de alimentação pega um pouco melhor, mas também cai. Então, para abranger o povo, que lá a frequência é maior, tinha que ficar bem mais rápida”*. Segundo a Emprel, no horário de pico local, 69 pessoas ficam conectadas simultaneamente. Numa razão aos dois *hotspots* atribuídos ao mercado, o percentual de navegação na rede é de apenas 13,8% da capacidade máxima.

E.S. contou que sua preferência ao acessar a web é ver vídeos do Youtube e que o WhatsApp é coisa já corriqueira. Diferente de outros entrevistados, ele afirmou que a internet não tão essencial e que os exageros fazem com que as pessoas deixem de viver plenamente

<sup>36</sup> Dados demográficos retirados do perfil dos bairros. Disponível em < <http://www2.recife.pe.gov.br/servico/madalena?op=NzQ0MQ==> >. Acessado em: 9 de dezembro de 2017.

alguns momentos. “[...] às vezes, a internet atrapalha um pouco de você viver o seu eu. No caso, ir para um barzinho conversar, saber como o amigo está, e sempre está com a cabeça baixa vendo o WhatsApp, vendo mensagem que chega. Então, às vezes, o povo exagera”. O entrevistado ainda disse não saber o que é inclusão digital, confessou que não se sente muito a vontade com as tecnologias de comunicação e que foi forçado pelas circunstâncias a aderir à vida online. “[...] no grupo que eu toco todo mundo tinha internet e eu, até então, não tinha WhatsApp. Ai todo mundo se comunicando, eu disse tenho que sair da idade da pedra e ir para o mundo moderno”. Sobre vigilância ao usar a Conecta Recife, o porteiro demonstrou desconhecimento sobre essa possibilidade, mas afirmou que não gosta de dar referências pessoais e prefere ser um anônimo. Quando questionado sobre medo da violência inibindo o uso do celular para navegar no mercado, contou que sempre está atento a pessoas e movimentação estranhas e tenta regradar o uso já que tem medo da criminalidade.

## 7.6 FORTE DO BRUM

Um dos diferenciais importantes desse ponto do Conecta é o fato dele está inserido dentro de uma área militar, onde as atividades essencialmente são administrativas e de turismo/lazer e onde o acesso é extremamente controlado. A edificação é museu militar e tutelado pelas Forças Armadas. O horário de funcionamento é de terça a sexta-feira, das 9h30 às 16h30, e nos sábados, domingos e feriados, das 14h às 17h. O Forte é o único dos espaços estudados por esta pesquisa que tem cobrança de acesso ao território. O valor é de R\$ 5 para adultos e crianças a partir dos 10 anos de idade. Também é exigido que os visitantes registrem a presença em um livro.

O Forte está inserido no Bairro do Recife, que fica na RPA1, e têm a menor população residente (602) e o menor número de domicílios (198) entre os bairros onde se localizam os nove espaços públicos abrangidos por esta pesquisa<sup>37</sup>. Estes números reforçam a tendência pontual e instantânea do uso do Conecta no Forte e apaga apropriações comunitárias que a rede poderia, hipoteticamente, agregar. Reforçam ainda um perfil geral regular de um usuário militar e usuários esporádicos de grupos de turistas e estudantes que visitam o museu. Outro fato que chama atenção é a falta de sinalização sobre a existência da zona wi-fi livre ali, o que tende a dificultar o conhecimento do público sobre a existência da rede gratuita. O *hotspot* no

<sup>37</sup> Dados demográficos retirados do perfil dos bairros. Disponível em <<http://www2.recife.pe.gov.br/servico/bairro-do-recife?op=NzQ0MQ==>>. Acessado em 9 de dezembro de 2017.

local começou a funcionar em agosto de 2014, mas o percentual atual de usuários conectados simultaneamente, em hora de pico, é apenas de 10% da capacidade total, ou 25 pessoas.

Com Ensino Médio completo, o militar E.S, 21 anos, foi o entrevistado triado pelo uso frequente da rede Conecta Recife na fortificação. Ele esta diariamente no espaço. Sua faixa salarial é de R\$ 1,8 mil. O rapaz informou ter pacote de dados da operadora de telefonia móvel e pagar R\$ 50 por mês pelo serviço. No Forte, utiliza os dados móveis só em último caso, já que tem a rede Conecta disponível e a rede corporativa militar, que é aberta apenas para os funcionários. Ele classificou como excelente a oferta de wi-fi grátis no espaço uma vez que facilita as comunicações via WhatsApp do serviço militar (como escalas de trabalho e ordens) e, também, as interações com a família que mora longe. *“Quando não estou no wi-fi do Forte, estou na Conecta Recife”*. O militar narrou que a wi-fi da prefeitura fica problemática com frequência e não conecta. *“Dependendo do local do Forte pega bem. [...] Em algumas áreas não pega. O melhor lugar é ai onde você esta sentada e na recepção”*, indicou. Além da área, a qualidade da conexão depende do dia também, mas ele não soube explicar por quê. O entrevistado não soube dizer que valor o Conecta Recife traz para sua vida diária, mas indicou pouca relevância ao afirmar que se ela fosse cortada não faria muita diferença para ele por ainda tinha a opção da wi-fi militar e seus dados móveis.

Sobre a reconfiguração do Forte pela internet pública, ele elegeu o conforto como benefício propiciado. Isso porque, a web evita deslocamentos para saber da escala de trabalho no quartel, por exemplo. A importância da internet para ele é grande, assim como para a grande maioria dos entrevistados. E.S. já ouviu falar de inclusão digital, mas disse que não lembrava o que era. Prosseguiu dizendo que se sentia incluído pelo fato de estar sempre online. O entrevistado foi enfático ao afirmar que não se preocupa em ser monitorado ao usar a rede Conecta Recife, mas demonstrou, assim como outras pessoas avaliadas, temor de invadirem contas de rede social. *“Sempre estou de cabeça limpa sobre o que eu acesso. A não ser que tenha como alguém entrar no meu WhatsApp, mas ai é pessoal. Acho que isso ai não teria como. Talvez tenha e eu não sei. Hoje em dia eu não duvido de nada”*. Descartado mesmo é o medo da violência como impedimento para navegar na área do Forte. *“Aqui é área militar. Se a pessoa quiser tentar (roubar, assaltar), boa sorte”*.

## 7.7 CENTRO COMUNITÁRIO DA PAZ (COMPAZ) ARIANO SUASSUNA

Este equipamento público é o mais recente na oferta de internet grátis da prefeitura entre os analisados por este estudo. O funcionamento do Conecta nele iniciou em março de

2017, junto com a entrega das obras do centro. O Compaz também reúne a maior quantidade de antenas entre os espaços investigados: 17. No entanto, até agora, tem o pior percentual de usuários em relação a capacidade máxima da sua zona. No conjunto, os seus *hotspots* poderiam ter 4.250 usuários simultâneos. Só que no pico diário da rede, em novembro de 2017, 224 internautas estavam conectados, ou seja, 5,27% da capacidade absoluta. O espaço é mais um de acesso controlado, já que apesar da amplitude do terreno é cercado, tem dezenas de guardas municipais e horários predeterminados para a exploração da área e participação das atividades. O edifício está de portas abertas apenas de terça a sexta-feira, das 7h às 21h30, e sábado e domingo, das 9h às 13h. A entrada fora desses horários é barrada.

Chama a atenção a proposta geral do Compaz e a grandiosidade da edificação. Planejado para trabalhos assistenciais diversos para a população de 28 bairros da zona Oeste (Cordeiro, Ilha do Retiro, Iputinga, Madalena, Prado, Torre, Zumbi, Engenho do Meio, Torrões, Caxangá, Cidade Universitária, Várzea, Afogados, Areias, Barro, Bongui, Caçote, Coqueiral, Curado, Estância, Jardim São Paulo, Jiquiá, Mangueira, Mustardinha, San Martin, Sancho, Tejipió e Totó), o centro teve nos primeiros seis meses de funcionamento mais de 9,6 mil pessoas inscritas para as atividades ofertadas<sup>38</sup>. Já o número total de atendimentos gerais no local chegou a 54,2 mil. Formulado pela Secretaria de Segurança Urbana do Recife, o projeto do Centro Comunitário da Paz tem gestão direta dessa pasta e que tem como ideia central programações voltadas para o combate à violência por meio de ações preventivas, com a oferta em um só lugar de área de lazer, esporte, educação e serviços, mitigando vulnerabilidades sociais dessa região da cidade.

A entrevistada S.R., 31 anos, faz parte de uma dessas áreas de alta vulnerabilidade social e violência. Dona de casa, sem renda própria e moradora da comunidade de Roda de Fogo, ela leva a filha de terça a sexta-feira para o Compaz, onde a menina faz atividades esportivas das 9h às 11h. Durante todo esse período, a dona de casa dispõe do Conecta Recife. Em casa tem uma rede wi-fi que custa R\$ 35 por mês e o celular também conta com um pacote de dados para navegação ao custo de R\$ 40 mensais. Para ela, a rede pública da prefeitura permite que não gaste do seu pacote enquanto acompanha a filha no centro, deixando-a sempre conectada para fazer inscrições em vagas de emprego e atualizando redes

---

<sup>38</sup> Balanço disponível em <[HTTP://WWW2.RECIFE.PE.GOV.BR/NOTICIAS/27/09/2017/COMPAZ-ARIANO-SUASSUNA-CELEBRA-SEIS-MESES-DE-FUNCIONAMENTO-COM-MAIS-DE-54-MIL](http://www2.recife.pe.gov.br/noticias/27/09/2017/compaz-ariano-suassuna-celebra-seis-meses-de-funcionamento-com-mais-de-54-mil)>. Acessado em: 10 de dezembro de 2017.

sociais. *“Atende tudo que eu preciso. Ela não cai. Ela quando eu conecto, pega de imediato. Eu gosto da rede Conecta. [...] Para mim está suprimindo minhas necessidades quando venho para cá”*.

O maior valor agregado, para ela, é a possibilidade de ficar o maior tempo possível online e, assim, atenta as vagas de emprego. Outro ponto é a facilidade de substituir as chamadas tradicionais no telefone pelas conversas via aplicativo WhatsApp. Além desse App, Youtube e Instagram são os principais endereços acessados por ela. No quesito reconfiguração do espaço físico do Compaz pela internet, a mulher aponta a web grátis e rápida como atrativo de pessoas diversas para o equipamento público, o que na opinião dela pode trazer problemas no futuro para a qualidade da rede que hoje é ótima. *“Tem, muitas vezes, gente que vem não é para utilizar o que ele (Compaz) está oferecendo e, sim, utilizar a internet. Ai pode ser que, futuramente, prejudique pela sobrecarga de gente que está utilizando sem estar utilizando do serviço do Compaz. Poderia fazer o que: ter uma senha ou até um login para os alunos ou as mães. Porque realmente quando todo o pessoal descobrir vai ficar usando sem está fazendo atividade física ou trazer o filho para o Compaz”*.

Na avaliação dela sobre a importância da internet na vida, a dona de casa confirmou que é essencial e confessou que houve uma transferência de consumo de informações da televisão para o celular e o computador. A entrevistada afirmou já ter ouvido falar de inclusão digital, mas não explicou o que era. Por outro lado se disse incluída digitalmente. *“Porque hoje ninguém mais vive sem internet. E assim, para onde você vai serve de GPS, pra você descobrir o nome de uma rua, fazer uma pesquisa de trabalho. Eu acho que hoje em dia fundamental. Fora os livros, né. Depois a internet. É como uma ferramenta de pesquisa”*.

Assim como a maioria dos entrevistados, S.R. mostrou-se alheia a capacidade de vigilância e controle do Conecta Recife sobre os usuários, mas destacou que teme a ocorrência de alguma invasão em que seja implantado algum vírus. A resposta foi positiva sobre o impacto da violência no medo de navegar livre e despreocupadamente pelo Compaz. *“Geralmente, só pego meu celular quando tem uma grande movimentação de gente. Quando está sozinha, a gente não usa não. Até por conta de assalto. Se uma pessoa chegar aqui e pedir o celular a gente não pode nem dizer que roubou. Apesar de que tem segurança, mas a gente ainda se sente insegura”*.

## 7.8 ILHA DE DEUS

A comunidade em questão está localizada no bairro da Imbiribeira, na zona Sul da Capital, e faz parte da RPA6, que tem área territorial de 666 hectares e a população total residente é de 48,5 mil habitantes<sup>39</sup>. Desses, 1,2 mil pessoas são moradores da comunidade pesquisada que é uma Zona Especial de Interesse Social (Zeis) e, dessa forma, tem investimentos específicos do poder público<sup>40</sup>. Nos últimos dez anos, a Ilha vem somando investimentos sociais tanto no nível municipal, estadual e federal pra mitigar déficits diversos que a colocavam como uma das áreas mais pobres e violentas do Recife. O destaque foi o programa de construção de habitações populares, saneamento e abastecimento de água.

Cortada pela maré, a área é de difícil acesso, o que por si só já gera um isolamento do próprio bairro e da cidade. Na comunidade, onde predominantemente vive-se do extrativismo de peixe e marisco, a prefeitura se faz presente com uma escola de ensino fundamental, um posto de saúde e, desde março de 2017, com o Conecta Recife. O *hotspot* até dezembro do mesmo ano de 2017 não havia sido inaugurado oficialmente pela prefeitura. Curiosamente, a antena está localizada em um pátio que serve para o desembarque de turistas que visitam a Ilha em Catamarãs. Nas imediações da antena também está a escola de remo. No entanto, o *hotspot* fica de costas para as residências da Ilha. O ponto, como os demais do Conecta, tem capacidade para 250 usuários conectados simultaneamente, mas no seu pico diário de conexões apenas 26 pessoas estão logadas, o que representa 10,4% da capacidade máxima da rede.

Para alguns moradores o projeto foi frustrante uma vez que a promessa era de que o *hotspot* iria cobrir a comunidade de ponta a ponta. Quem também fez essa reclamação foi entrevistada R.S., 19 anos, marisqueira, assim como boa parte das mulheres habitantes da localidade. *“Disse que pega a não sei quantos metros de distância, mas é mentira, só pega ali de frente ao remo”*, lamentou. A jovem, que tem o Ensino Fundamental e renda mensal de R\$ 800, contou ainda que coloca R\$ 20 por semana em créditos no celular para acessar os dados móveis. Sem wi-fi em casa, a rede Conecta era seu principal meio de conexão diária. *“Oxe é muito bom. Porque têm vezes que a pessoa não tem nem dinheiro para colocar crédito no celular, vai para ali, se conecta e mexe de graça. Vou todo dia de noite e só venho para casa quando não tem mais ninguém na rua. Quando os cachorros estão latindo”*, contou.

<sup>39</sup> Dados demográficos sobre o bairro da Imbiribeira disponível em <  
<http://www2.recife.pe.gov.br/servico/imiribeira?op=NzQOMQ==>>. Acessado em : 10 de dezembro de 2017.

<sup>40</sup> Informação verbal repassada pela liderança local conhecida como dona Ana Mirtes.

Apesar de elogiar a oferta, ela pontuou dificuldades ocasionadas pela velocidade. “[...] eu acho que os megabits dela é muito fraco. Para baixar as coisas demora. Só é bom para se comunicar pelo WhatsApp, pelo Facebook. Mas para baixar coisa é muito lenta. Aplicativo para baixar música é muito difícil. Pegar até pega, mas só se eu passar o dia todinho lá sentada”. São essas duas redes sociais as mais vistas por ela. Sobre o valor do Conecta Recife para sua vida, a jovem mensurou que foi enorme e relacionou esta wi-fi pública a economia nos créditos para os dados móveis. De forma geral, a reconfiguração observada por ela no espaço foi a presença de mais gente ao redor do equipamento. A área da antena, antes da instalação do wi-fi, era pouco frequentada. “[...] muito pirralhinha lá brincando e mexendo no celular agora”. Para a marisqueira, ficar sem internet, nem pensar. É impossível.

Inclusão digital é um termo que nunca ouviu falar. Mas se considera uma pessoa apta digitalmente porque fez um curso básico de informática. Também ela se soma aos demais entrevistados que desconhecem o potencial de vigilância da rede e relaciona o tema a captura de dados pessoais que gerem invasão de contas em redes sociais. Já em relação ao impacto da violência inibindo a navegação na comunidade ela confirmou o medo. “[...] quando eu vejo uma moto, eu escondo logo meu celular. Ou senão quando eu vejo alguém que eu não conheço, eu escondo”.

## 7.9 PARADA DE ÔNIBUS AGAMENON MAGALHÃES

Dentre todos os espaços avaliados para esta pesquisa, a parada de ônibus da via central do Recife mostrou-se a de mais difícil contextualização de lugar e de disponibilização de entrevistados. Essencialmente espaço de passagem, a estrutura recebe pessoas que estão no vai e vem da urbe, tem uma passagem rápida pela área e que, muitas vezes, sequer sabem que ali há a oferta de internet gratuita. A parada fica no bairro da Ilha do Leite, na RPA 1, que ocupa um território de 26 hectares (o menor dentre os bairros verificados) e uma população residente de 1 mil habitantes em apenas 361 domicílios<sup>41</sup>. Inserida na avenida Agamenon Magalhães é a primeira parada no sentido Boa Viagem – Boa vista. A via é a mais movimentada da Capital. Segundo estimativas da Companhia de Trânsito de Transporte Urbano do Recife (CTTU)<sup>42</sup>, o fluxo diário de veículos nos dois sentidos da pista é de 90 mil

<sup>41</sup> Dados demográficos sobre o bairro da Ilha do Leite. Disponível em <<http://www2.recife.pe.gov.br/servico/ilha-do-leite?op=NzQ0MQ==>> Acessado em: 10 de dezembro de 2017.

<sup>42</sup> Informações repassadas pela CTTU. [Mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <renatajorn@hotmail.com> em: 5 de dezembro de 2017.

veículos. Já os dados da Emprel apontam que no pico de conexões, o *hotspot* instalado na parada de coletivos tem 41 pessoas conectadas, o que representam 16,4% da capacidade completa. A antena está instalada no local desde julho de 2016.

Durante o tempo para a entrevista no território não foi visualizado nenhum passageiro do transporte público que estava no local utilizando o telefone para acesso à web. Abordados, alguns disseram que não sabiam que havia ali um *hotspot* do Conecta. Dois pipoqueiros (trabalhadores ambulantes abundantes na área) também mostraram desconhecimento sobre a rede. Apenas uma comerciante de salada de fruta apresentou os critérios necessários para a inclusão na pesquisa que era presença no território ao menos duas vezes na semana e ser usuária regular da rede Conecta naquele espaço. A vendedora G.L., 20 anos, tem o Ensino Médio Completo e está no território pelo menos cinco vezes por semana. A sua renda mensal é de R\$ 350. Ela só usa os dados móveis da operadora quando o telefone está com crédito e o custo pela navegação é de R\$ 2 por dia. Na área, apesar da rede Conecta Recife aparecer entre as opções de wi-fi no seu aparelho de celular, raras são as ocasiões em que ela consegue navegar. *“Todo dia quando eu chego aqui tento conectar, mas não pega. Aparece a rede normal, mas não pega. [...] Eu acho que esse negócio de Conecta Recife é só fachada porque não pega”*, reclamou. A frustração de não conseguir acessar a rede reflete-se na opinião negativa sobre o valor agregado a vida diária por esta wi-fi e possíveis mudanças no território graças à internet gratuita. *“[...] no momento, como eu disse, não está servindo de nada”*, o que para a entrevistada é lamentável já que a web é essencial hoje. Guardas de trânsito que estavam no local no dia da visita ao território comentaram que o sinal é melhor quando se fica em cima de uma ponte que corta o canal da Agamemon do lado oposto ao da antena.

A vendedora negou já ter ouvido falar do que seria inclusão digital. Afirmou que sabe usar a maioria das tecnologias relacionadas à internet e, por isso, se sente incluída digitalmente. Sobre a possibilidade de vigilância relacionada à rede, ela se mostrou indiferente e despreocupada sobre o assunto. Questionada se o medo da criminalidade inibe o acesso à web na parada ela foi segura no sim. *“Faz. Porque assim como tem muita gente que tenta usar e não pega, tem muita gente que já fica de olho por isso para aproveitar e assaltar”*, concluiu.

## 7.10 RESULTADOS DA ANÁLISE

Seguindo o rito de Bardin (2004) para a metodologia de Análise de Conteúdo, que vem ancorando esta pesquisa, foram estabelecidos temas-chave para a interpretação e compilação de resultados dos questionários aplicados nos territórios objetos do presente estudo. Também foram compilados aspectos observáveis desses lugares que ajudam a definir e conhecer melhor esses espaços e que trazem elementos não-verbais importantes da avaliação de contexto. A escolha das temáticas foi definida com base em questões suscitadas ao longo da revisão bibliográfica realizada nos primeiros capítulos deste trabalho e que nortearam a confecção do questionário aplicado em campo. Primeiro serão dispostos os achados de presença x ausência dos quesitos: indivíduo com pacote de dados móveis, algum conhecimento sobre inclusão digital, sentimento de inclusão digital, preocupação sobre vigilância e medo da violência como fator inibidor do uso de internet no local. Posteriormente, serão dispostos os dados compilados sobre o perfil de uso social do espaço (serviço, moradia, passagem e lazer/turismo), o tipo acesso ao espaço (controlado ou aberto), os principais entraves de conexão ao Conecta, valores agregados pelo Conecta a vida diária (baixo, alto ou mediano), percepções de reconfiguração espacial pelo Conecta (muitas, algumas ou nenhuma) e quais os usos mais frequentes da rede.

**Quadro 4** - Presença x ausência de indivíduo com pacote de dados móveis, algum conhecimento sobre inclusão digital, sentimento de inclusão digital, preocupação sobre vigilância e medo da violência como fator inibidor do uso de internet no local, Recife, 2017. (continua)

<b>LOCAIS DO CONECTA</b>	<b>ENTREVISTADO COM PACOTE DE DADOS PRÓPRIO</b>	<b>ALGUM CONHECIMENTO SOBRE INCLUSÃO DIGITAL</b>	<b>SENTIMENTO DE INCLUSÃO DIGITAL</b>	<b>PREOCUPAÇÃO COM VIGILÂNCIA</b>	<b>VIOLÊNCIA COMO FATOR INIBIDOR DE USO</b>
Praça de Jardim São Paulo	Presente	Ausente	Não soube responder	Presente	Presente
Biblioteca de Casa Amarela	Presente	Presente	Ausente	Presente	Presente
Rua da Moeda Policlínica	Presente	Presente	Ausente	Presente	Ausente
Waldemar de Oliveira	Presente	Presente	Presente	Ausente	Ausente
Mercado da Madalena	Presente	Ausente	Ausente	Presente	Presente

LOCAIS DO CONECTA	ENTREVISTADO COM PACOTE DE DADOS PRÓPRIO	ALGUM CONHECIMENTO SOBRE INCLUSÃO DIGITAL	SENTIMENTO DE INCLUSÃO DIGITAL	PREOCUPAÇÃO COM VIGILÂNCIA	VIOLÊNCIA COMO FATOR INIBIDOR DE USO
Forte do Brum	Presente	Presente	Presente	Presente	Ausente
Compaz Ariano Suassuna	Presente	Presente	Presente	Presente	Presente
Comunidade Ilha de Deus	Presente	Ausente	Presente	Presente	Presente
Parada de ônibus na Agamenon	Presente	Ausente	Presente	Ausente	Presente
<b>Resultados:</b>	<b>100% da amostra utiliza além do Conecta dados móveis de operadoras de telefonia</b>	<b>55,5% já ouviram falar de inclusão digital e 44,5% não</b>	<b>55,5% se declararam incluídos e 33,3% não.</b>	<b>77,7% se preocupam e com possivelmente estaremos sendo vigiados. 22,2% não se importam com isso</b>	<b>66,6% apontam que têm medo de navegar no espaço e 33,3% não.</b>

Fonte: própria

Universalização de pacotes de dados – Em todos os lugares percorridos, os entrevistados afirmaram que pagam valores específicos da franquia ou créditos dos celulares para acessar a internet de qualquer lugar e a qualquer hora. O custo mais alto informado foi o pacote de R\$ 50 fixo mensal e o menor o de R\$ 2 diários – neste caso a cobrança só ocorre quando solicitados os dados. O comportamento plural dos entrevistados na aquisição dos dados móveis das empresas de telefonia demonstra uma popularização dos preços nos serviços de internet - muito disso reflexo de uma concorrência saudável entre as próprias empresas e também das gratuidades de acesso salteadas pela cidade, a exemplo do Conecta - que tende a ser benéfica para o cidadão, como já afirmava Silveira (2009). Na corrida por conquistar usuários, houve diminuição dos preços nas Telecoms e oferta de serviços grátis para navegação em redes sociais (WhatsApp e Facebook) por algumas operadoras na estratégia de atrair clientes e aumentar receitas. As companhias privadas também ampliaram nos últimos anos a penetração em vários bairros da cidade, minorando sombras em áreas antigamente excluídas de suas antenas. Este cenário, inicialmente, demonstra um empoderamento do indivíduo internauta sobre a escolha de que rede utilizar para a navegação, ampliando um leque de possibilidades que antes era reduzido e que era responsável por um

dos obstáculos da inclusão digital: a barreira de acesso. A maior prevalência de entrevistados com contratação de pacotes de dados móveis significa mais uma segurança e certeza de acesso, em contrapartida as incertezas operacionais oferecidas por uma wi-fi pública, como a da prefeitura. Tanto é assim que a maioria dos entrevistados narrou a corrida para a internet privada quando a pública não atende as necessidades ou não funciona. Outros ainda preferem navegar pelo próprio pacote quando usam sites em que temem alguma invasão.

Inclusão digital e as múltiplas incógnitas – A maioria dos entrevistados afirmou já ter ouvido falar em inclusão digital, mas nenhum se arriscou a dizer o que seria o termo. As principais correlações com inclusão foram o fato de estar sempre online ou saber mexer nas funcionalidades do próprio telefone. Comportamentos que, também para a maioria, indicava um sentimento de pertença/inclusão digital. Uma das entrevistadas – a marisqueira da Ilha de Deus – direcionou a sua inclusão ao fato de ter feito um curso de microinformática básica. Os achados demonstram o pouco engajamento e conhecimento sobre a questão que permanece no imaginário popular como um tema meramente técnico e não da esfera de direitos e deveres, da esfera democrática. Dessa forma, os obstáculos elencados por Palacios (2008) para o desenvolvimento social através desta nova faceta de inclusão da sociedade contemporânea replicam-se. Inclusão digital permanece como um apelo do fim dos embaraços técnicos de acesso, deixando de lado os embaraços socioculturais que garantiriam a inclusão consciente. Obstáculos como educação, politização e capacidade de filtrar e ressignificar as informações não foram sequer citados pelos entrevistados na amostra. O desconhecimento sobre o tema tende a multiplicar exclusões ou corroer a capacidade crítica dos indivíduos colaborando para déficits democráticos da sociedade em rede, como o interesse e disponibilidade de participar da coisa pública e das dinâmicas sócio-política-econômica da ciberurbe.

Vigilância: muitos se preocupam, poucos sabem como funciona – É gritante o desconhecimento dos nove entrevistados sobre as possibilidades de monitoramento da rede Conecta. Quase 80% deles demonstraram preocupação em estar sendo vigiados ao acessar a wi-fi da prefeitura, mas o temor central estava relacionado ao fato de alguém conseguir capturar senhas ou invadir as contas de redes sociais. Um dos entrevistados chegou a ensaiar uma teoria de que por trás da oferta de internet grátis poderia haver algum interesse de controle, mas não chegou a conclusões objetivas sobre. A observação, classificação, estratificação e disponibilização de informações sociodemográficas a partir da captura de dados fisgados, quase imediatamente, ao aceite da wi-fi não foram cogitados. Esta incompreensão dos potenciais de vigilância e controle tende a corroborar uma tecnologia de

poder onde poucos sabem de muitos e onde a manipulação encontra terreno fértil na cidade entremeadada de interesses políticos e econômicos. Um dos entrevistados chegou a elogiar o fim da exigência de CPF e e-mail como forma de garantir o anonimato de quem navega no Conecta, mas não sabe ele que isso não impede sua identificação e monitoramento de suas práticas na rede, o que já é feito pela gestão mesmo que superficialmente.

A amostra avaliada neste estudo apresentou um comportamento em contramão com tendências nacionais e internacionais quando o assunto é privacidade e segurança de dados pessoais que podem ser utilizados por agentes da administração pública e ai inclui-se a capacidade de captura de informações das wi-fi de prefeituras, como o Conecta. A campanha “Sua Cidade, Seus Dados”<sup>43</sup>, da Rede Latino Americana de Estudos em Vigilância, Tecnologia e Sociedade (Lavits), abraça mundialmente uma legislação que discipline a responsabilidade dos municípios em relação à coleta, tratamento, armazenamento e uso das informações produzidas pelos cidadãos em posse da administração pública direta e indireta. Incluem-se ai números identificativos, dados locais e identificadores eletrônicos. A discussão coloca em xeque pontos sensíveis da sociedade em rede, seja devido à possibilidade de controle socioespacial das cidades, seja pela apropriação de dados como moeda do modelo capitalista informacional (Castells, 2004), onde a geração de conhecimento e o processamento da informação são fontes de valor e poder.

Criminalidade e rotinas para o uso da internet nos espaços – Em mais de 65% dos questionários o medo da violência, prioritariamente de assaltos e furtos, nas áreas em estudo faz com que a população redobre a atenção ao usar o celular para se conectar na rede da prefeitura ou faça acessos mais curtos. A presença de pessoas estranhas ou suspeitas no território são fatores que inibem o uso. Se a intenção inicial da prefeitura era levar uma cultura de paz para as localidades e expandir o uso aberto e livre de dispositivos nesses espaços, a maior parte da população ouvida demonstrou que isso ainda é utópico. O sentimento de insegurança esteve presente mesmo em espaços que tinham a presença regular de guardas municipais como o Compaz Ariano Suassuna e a Biblioteca de Casa Amarela. A sensação de vulnerabilidade ao crime quando no uso do telefone celular foi corroborada por alguns relatos de roubos de aparelhos na distração do usuário ou quando era flagrado na navegação.

---

<sup>43</sup> Para conhecer toda a campanha basta acessar a campanha. Disponível em <dadospessoais.lavits.org>. Acessado em: 1 de dezembro de 2017.

**Quadro 5** - Perfil de uso social do espaço (serviço, moradia, passagem e lazer/turismo), o tipo acesso ao espaço (controlado ou aberto), os principais entraves de conexão ao Conecta, valores agregados pelo Conecta a vida diária (baixo, alto ou mediano), percepções de reconfiguração espacial pelo Conecta (muitas, alguma ou nenhuma) e quais os usos mais frequentes da rede, Recife, 2017. (continua).

<b>LOCAIS DO CONECTA</b>	<b>PERFIL DO USO SOCIAL DO ESPAÇO</b>	<b>TIPO DE ACESSO AO ESPAÇO</b>	<b>ENTRAVES DE CONEXÃO</b>	<b>VALORES AGREGADOS AO DIA</b>	<b>PERCEPÇÕES DE RECONFIGURAÇÃO URBANA</b>	<b>USO FREQUENTE DA REDE</b>
Praça de Jardim São Paulo	Lazer; Serviço	Aberto	Instabilidade da rede	Baixo	Alguma	WhatsApp; Facebook; Youtube; app de monitoramento do trânsito.
Biblioteca de Casa Amarela	Serviço	Controlado	Baixa velocidade	Baixo	Nenhuma	Sites de pesquisa (Google) e vídeo aulas.
Rua da Moeda	Serviço; lazer/turismo	Aberto	Não funcionamento da wi-fi	Médio	Alguma	WhatsApp; aplicativo de banco; email e o site de compra e venda OLX.
Policlínica Waldemar de Oliveira	Serviço	Controlado	Não foi relatado entrave	Alto	Muitas	WhatsApp; Facebook; Google.
Mercado da Madalena	Serviço; passagem; turismo/ lazer	Controlado	Má cobertura em todos na área em questão	Médio	Nenhuma	WhatsApp; Youtube.
Forte do Brum	Turismo/ Lazer	Controlado	Má cobertura no território e baixa velocidade.	Baixo	Nenhuma	WhatsApp.
Compaz Ariano Suassuna	Serviço	Controlado	Não foi relatado entrave.	Alto	Muitas	WhatsApp; Instagram; sites de empregos.
Comunidade Ilha de Deus	Moradia	Aberto	Má distribuição do sinal no território e velocidade de conexão a desejar.	Alto	Alguma	WhatsApp; Facebook; Instagram
Parada de ônibus na Agamenon	Passagem	Aberto	Não funcionamento da rede	Baixo	Nenhuma	WhatsApp (quando a rede pega).

<b>LOCAIS DO CONECTA</b>	<b>PERFIL DO USO SOCIAL DO ESPAÇO</b>	<b>TIPO DE ACESSO AO ESPAÇO</b>	<b>ENTRAVES DE CONEXÃO</b>	<b>VALORES AGREGADOS AO DIA A DIA</b>	<b>PERCEPÇÕES DE RECONFIGURAÇÃO URBANA</b>	<b>USO FREQUENTE DA REDE</b>
<b>Resultados</b>	5 dos espaços têm características de serviço; 4 apresentam-se como lazer/turismo; 2 são passagem; e apenas 1 é de moradia estritamente.	44,5% são espaços públicos abertos e 55,5% são espaços públicos de acesso controlado	Não funcionam: 2 queixas; má distribuição do sinal: 3 queixas; baixa velocidade: 3 queixas; instabilidade da rede: 1 queixa; 2 pessoas não apontam problemas.	44,5% baixo; 22,2% médio; 33,3 alto.	33,3% alguma; 44,5% nenhuma; e 22,2% muitas.	WhatsApp citado por 8 entrevistados; 2 falaram do Facebook; 2 apontaram Instagram; 2 Youtube; 2 Google; OLX, email, app de trânsito, de bancos e vídeo aulas 1 cada.

Fonte: própria

Conecta: oferta acoplada a infraestruturas pré-estabelecidas da administração - Mesmo com hibridismo dos usos em alguns casos, os espaços que recebem o Conecta Recife indicam uma prevalência de áreas economicamente mais ativas e onde o poder público pode agir mais diretamente, ou seja, os espaços com uma infraestrutura organizada e nos quais a chancela da prefeitura é facilitada no território em que ela já está instalada. Isso fica patente quando se observa que a maior parte dos *hotspots* está instalada em áreas de serviços e turismo/lazer, espaços vitrines da cidade na gestão do prefeito Geraldo Julio. Também são nesses espaços característicos (serviços e turismo/lazer) onde há o maior investimento no número de antenas, a começar pelo Compaz, que agrega 17 delas, e onde está, por exemplo, a melhor avaliação da rede, justificada pela potência ofertada. Nesses lugares triados pela pesquisa, a prefeitura reforça uma tendência de cidade-empresa (Harvey, 2014), uma vez que a geração de negócios e propaganda, mesmo que de forma sutil, podem ser acopladas na disponibilização grátis de internet nestas áreas. É também dentro da lógica da cidade capitalista que essas zonas de wi-fi no Recife estão inseridas em equipamentos públicos com perfil de serviço. A implantação neles requer investimento praticamente nulo, uma vez que esses prédios já teriam por si só a rede corporativa da administração, em alguns casos. Um fato curioso é que dentre os espaços de serviço escolhidos pela prefeitura a maioria é unidade de saúde, onde muitas das atividades precisam de conexão à web.

Internet pública em espaços de acesso controlado – Apesar de ventilado como um projeto de conexão gratuita, livre e 24 horas, a realidade na prática não é bem assim. Neste recorte, dos nove lugares onde há *hotspots* do Conecta Recife cinco apresentaram a entrada no território mediada, seja por dia, hora e cadastro prévio dos visitantes. Esta é a realidade da Biblioteca de Casa Amarela, da Policlínica Waldemar de Oliveira, do Forte do Brum, do Compaz e do Mercado da Madalena. Este aspecto reforça quem dá as cartas para a entrada naquele local e as regras para tanto, além de ainda gerar constrangimentos para quem busca a rede de wi-fi grátis. Um dos constrangimentos flagrados foi o “usuário de calçada”. Neste achado, o indivíduo que não quer ou não se sente a vontade de entrar no prédio público apenas para usar a internet ou buscar por web fora do horário de funcionamento do edifício se aloja nas calçadas em busca de sinal de wi-fi da prefeitura, o que demonstra uma marginalização de alguns usuários. A cena foi flagrada, por exemplo, na Policlínica Waldemar de Oliveira, mas também informada na calçada da Biblioteca de Casa Amarela e no Compaz. Em outra situação, desta vez no Forte do Brum, salta aos olhos a quantidade de itens para a entrada na edificação: pagamento de R\$5 por pessoa a partir dos 10 anos de idade, respeito ao horário de funcionamento (de terça a sexta-feira, das 9h30 às 16h30, e nos sábados, domingos e feriados, das 14h às 17h) e o registro dos visitantes em um livro.

**Figura 7** – Uso de “calçada” Conecta Recife foi verificado na Policlínica Waldemar de Oliveira, espaço definido por essa pesquisa como público, mas de acesso controlado.



Fonte: própria

**Figura 8** – Lista recorde de exigências para entrada foi encontrada no Forte do Brum.



Fonte: própria

Uma conexão de incertezas – Foi quase regra chegar a um das localidades com oferta do Conecta Recife e encontrar pessoas com queixas que travam a experiência com essa rede. Esses embaraços, segundo alguns entrevistados, minam a motivação e o engajamento nesta wi-fi e podem explicar, em parte, o baixo número de usuários do Conecta, que não tem sua demanda atendida. Josgrilberg (2009) elenca que o quesito infraestrutura é um dos quatro pilares – somado a comunidade, governança e modelo de negócio – que articulados dão condições de sustentabilidade as redes locais. Quando um deles apresenta problemas os demais também ficam ameaçados, assim como a experiência completa da rede. Durante os questionários a queixa mais frequente sobre o Conecta Recife foi o não funcionamento da wi-fi. Mesmo aparecendo como ativa e disponível no celular, o wi-fi não conecta. A frustração provocada pelas tentativas malsucedidas de ingressar na rede foi determinante para a avaliação da rede como ruim. Outros entraves à experiência foram a má distribuição do sinal no território mesmo dentro do perímetro que a prefeitura propaga alcançar por antena, a baixa velocidade e a instabilidade da rede. Situação inusitada aconteceu durante a entrevista com S.R, no Compaz, que foi uma das duas áreas onde não foram relatados entraves. O oásis de conexão rápida e acessível em todos os recantos do Compaz poderia estar com os dias contados, segundo a dona de casa S.R, a partir do momento que mais pessoas tivessem conhecimento de que ali era oferecida internet grátis. A entrevistada chegou a sugerir que a rede fizesse restrições como criação de login e senha apenas para pessoas cadastradas em

atividades do centro. A sugestão era de resguardar para poucos o privilégio de uma conexão de ponta.

Valores diários agregados e a reconfiguração do urbano – Foi a partir da repetição de situações que provocam entraves de acesso, como os descritos no item acima, que a maioria dos entrevistados informou que o valor agregado a vida diária pelo Conecta Recife era baixo (44,5%). Quando informado, os ganhos foram relacionados à facilidade de comunicação e economia na utilização dos pacotes de dados das operadoras de telefonia. A percepção de reconfiguração do espaço com a oferta de web também não foi verificada. Quando questionados se aquele local foi modificado de alguma forma com a chegada da tecnologia wi-fi, 44,5% responderam negativamente. Quando foi apontada alguma ou muitas mudanças, as respostas estiveram relacionadas a possibilidade de se sentir onipresente e multitarefa mesmo fixado naquele território do *hotspot*, uma maior presença de pessoas no espaço em busca de sinal e conforto para evitar deslocamentos desnecessários. Ficou evidenciada assim, novamente, desconhecimentos da população sobre as capacidades de modificações sociais e espaciais dos territórios pela mescla de espaço e ciberespaço, ainda persistindo a percepção de espaços apartados. Isso demonstra uma certa imaturidade educacional-digital e pode estar atrelada a falta de apropriação, já demonstrada pelos entrevistados, do que é inclusão digital. É assim que a dona de casa do Compaz não percebe que ao procurar emprego na internet pelo telefone enquanto acompanha a filha no centro é uma modificação de rotina na busca por ocupação. Se antes essa peregrinação era entregando currículos de porta em porta ou nas filas de agências de trabalho, o caminho foi facilitado. Outro exemplo é o da porteira da praça de Jardim São Paulo que pode dinamizar a espera pela condução para casa graças a internet grátis no local. Com a ajuda do aplicativo de monitoramento do trânsito, ela pode dimensionar quanto tempo vai demorar na parada para que o ônibus chegue e prever que horas chegará a casa, conseguindo assim gerenciar melhor seu deslocamento pela urbe. Tendemos a acreditar que, nestes dois exemplos, as mudanças proporcionadas pela autonomia digital acabam passando despercebidas pelos sujeitos.

## 8 ANÁLISE DE CAMPO 2: ENTREVISTAS COM GESTORES

Como foi proposta nesta pesquisa, a compreensão de possíveis fenômenos de reconfiguração urbana e de apropriações democráticas da wi-fi pública da Capital também fez necessário ouvir os discursos daqueles que gerenciam o projeto da rede na cidade e, assim, examinar os conteúdos. No sentido de clarificar o cerne do Conecta Recife, seus objetivos iniciais, seus investimentos e a forma como ele vem evoluindo nos primeiros quatro anos de funcionamento, foram feitos contatos pontuais com responsáveis pela wi-fi pública na Emprel no intuito de coletar informações (boa parte por e-mail). Houve ainda dois momentos de entrevistas com dois gestores da empresa entre 2016 e 2017. A sugestão sobre quem poderia falar em nome do projeto partiu da assessoria de comunicação da Emprel. No primeiro momento, a indicação foi a do diretor de Infraestrutura de Informática da Emprel, Rogério Aguiar, em conversa realizada em abril de 2016. Parte das informações iniciais coletadas com esse gestor já atravessa alguns dos capítulos anteriores ao da análise dando algumas pistas sobre o trato que o programa teve e tem da administração pública, assim como a visão sobre reconfiguração dos espaços onde os *hotspots* foram instalados. Na segunda entrevista, já em outubro de 2017, a indicação para nova avaliação da gestão da rede foi a do chefe de Departamento de Operações e Suporte à Produção da Emprel, Jorge Pinto. Cabe ainda explicar que o presidente da empresa, Eugênio Antunes, não foi sugerido como fonte pela assessoria para este trabalho apesar de ser o porta-voz oficial do programa, como visto no capítulo sobre como a mídia tratou o Conecta a época do seu lançamento oficial. O estudo pretendia também ouvir o prefeito Geraldo Julio (PSB) sobre o Conecta Recife e sobre o planejamento da gestão em ofertar wi-fi para a cidade, já que esta estratégia digital constava no programa de governo 2013-2016. Depois contatos com o secretário de Comunicação e de Governo não obtivemos nenhuma resposta sobre um horário disponível para a entrevista até a conclusão da pesquisa em dezembro de 2017.

O roteiro base das entrevistas realizadas com Rogério Aguiar e Jorge Pinto foram à história, a infraestrutura, o investimento, as dificuldades e as projeções da rede para o futuro. A partir dessas questões, outras como engajamento, vigilância, gerenciamento de dados e planejamento urbano acabaram surgindo e, na maior parte das vezes, reforçaram teorias sobre insucessos e/ou retrocessos de redes telemáticas, da organização da pólis e do exercício da cidadania levantadas na revisão bibliográfica deste trabalho. Ambos os diretores trouxeram contribuições importantes para a análise de vários aspectos sobre a experiência de oferta de wi-fi no Recife. Nas entrevistas com os gestores daremos destaque ao longo da Análise de

Conteúdo - já especificada na metodologia - aos pontos: comunidade, governança, infraestrutura e modelo de negócio, descritos por Josgrilberg (2009) como as quatro condições de sustentabilidade de redes locais sem fio. Achados em cada um desses pilares serão compilados para a interpretação dos resultados da análise conjunta dos entrevistados, uma vez que há uma linearidade e complementaridade das afirmações dos dois gestores. Reforçando que o critério de comunidade está relacionado ao envolvimento da população na organização e desenvolvimento da iniciativa; a governança versa sobre os princípios da rede, as normas de participação e tomada de decisão; a infraestrutura deve ser acessível a qualquer hora e lugar, ser fácil de usar, abraçar vários formatos e ser em banda larga; e o modelo de negócios deve ser claro sobre o formato privado, público, franquia, empresa-âncora ou comunitário. Serão parâmetros para a análise a verificação de ausência x presença de comunidade inserida no processo, clareza x obscuridade na governança, acessibilidade x não acessibilidade da infraestrutura e coerência x incoerência do modelo de negócios. Para melhor examinar o material foi preferido separar os conteúdos de cada um dos gestores e ao final compilar os dois em uma análise de resultados única.

## 8.1 CONECTA RECIFE POR ROGÉRIO AGUIAR

O diretor de Infraestrutura de Informática da Emprtel começou a conversa destacando o pioneirismo da cidade na oferta de internet gratuita entre as capitais do Nordeste do Brasil. Segundo ele, a experiência Jampa Digital (lançada em João Pessoa, capital da Paraíba) acabou não funcionando como o prometido e naufragou. Sobre o Conecta, Aguiar explicou que o projeto começou a ser delineado a partir do programa de governo 2013-2016, do então candidato a prefeito da cidade Geraldo Julio. O pacote de promessas de campanha incluía oferta de conexão à sociedade e previa a instalação de wi-fi em 80% do território, cobertura que ainda não se fazia presente na época da entrevista. *“A gente não tem isso porque a gente está muito espalhado [...]. Para você cobrir uma área de Recife com 220 km<sup>2</sup> é muito grande. Não sei se precisar exatamente que percentual a gente atingiu agora porque na verdade a gente teve uma redução orçamentária do próprio projeto, que era um projeto previsto para R\$ 40 milhões. Ele, originalmente, tinha sido contratado para R\$ 40 milhões, fez alguns cortes, mas o projeto e licitação foi feito em cima de 40 milhões . Só que a execução inicial que seria a 1ª fase se orçou em R\$ 10,6 milhões. Esse valor foi o que foi possível para o governo na época disponibilizar. Isso foi em 2014”*, justificou.

Rogério Aguiar prosseguiu destacando que o grande foco do projeto é a inclusão sociodigital das pessoas, contudo essas pessoas, pelo menos na primeira fase do Conecta, não foram os cidadãos recifenses. *“Como ele foi iniciado em abril de 2014 e tínhamos a Copa (do Mundo) em julho, a gente acabou, em conjunto com a Secretaria de Turismo, dando um foco mais no turismo que na inclusão social. [...] não é que a gente também não atendeu a parte social. Então, inicialmente, o que a gente fez: proveu toda a orla de Boa Viagem”*. Sem tempo hábil para inaugurar a rede completa com os primeiros 74 pontos antes do início da competição mundial de futebol, a wi-fi funcionava de forma pontual, e até experimental, em alguns locais – o que já provocava críticas de possíveis usuários. Só no jogo final realizado no Recife é que efetivamente tudo estava funcionando. Embarços aduaneiros também foram citados por Aguiar como complicadores da instalação dos pontos de acesso, já que parte dos equipamentos foi importada. O gestor destacou que o Conecta Recife foi a primeira experiência da Emprel na oferta de um serviço direto ao cidadão, uma vez que a sua expertise era trabalhar diretamente para a prefeitura realizando o processamento eletrônico da gestão e suas secretarias.

Passada a competição de futebol, o gestor informou que o prefeito determinou que a função para o turismo deveria ser estendida a outras abordagens. *“O turismo era bom porque tinha as pessoas que viriam aqui para Recife e poderiam usufruir da internet. E eu disse que também queria dar um foco social de inclusão digital, porque entendo e é meta do governo que as pessoas se fossem para as praças utilizar a internet de boa qualidade deixariam, em tese, de estar exercendo alguma função no crime ou drogas”*. E neste filão – de inclusão sociodigital - o melhor exemplo para a proposta inclusiva da população estaria nas praças. *“[...] esse é o local [...] que a gente entende que seja o de maior concentração das pessoas no seu momento de lazer. Nós que fazemos parte de uma camada social diferenciada já, muitas vezes, não vê muita graça em uma praça, a não ser que seja uma Jaqueira que você vai lá para correr ou caminhar. Mas as pessoas de nível diferenciado se concentram na praça. [...] Porque praças e parques? Porque é o local onde as pessoas com menor capacidade financeira têm condições de realmente estarem lá no seu lazer, se concentrando, conversando, jovens principalmente. No início, algo interessante é que o pessoal queria porque queria ter internet em casa. O projeto é internet em logradouros públicos. Não é internet para casa”*. A oferta domiciliar de internet também gerou conflitos e dúvidas da população. De acordo com Aguiar, as pessoas reclamavam que mesmo morando perto das praças ou parques onde estavam o *hotspots* não conseguiam pegar o sinal nas suas residências.

A explicação da Emprel tem sido de que o projeto está focado nas áreas públicas para a expansão de uma cultura de paz. *“Para que isso? Para tirar as pessoas de suas casas, concentrar as pessoas nas praças e daí diminuir o índice de violência daquelas comunidades. Eles vão para a praça se conectar a internet, melhorar a sinergia. Foi essa proposta do prefeito”*, justificou. Ele prosseguiu afirmando que a infraestrutura para dispor de wi-fi com alcance nas casas era economicamente inviável e desinteressante para a prefeitura. Ainda teria sido pensada uma forma de dividir parte desses custos com a comunidade, transferindo uma parcela do investimento da wi-fi domiciliar para os moradores da área interessados em internet residencial. Contudo, a ideia não foi levada adiante. O gestor não explicitou se esta proposta chegou a ser discutida com a comunidade. Além da questão financeira, Aguiar também comentou sobre um freio político para a disponibilização de wi-fi pública nas residências. *“Outro problema na época [...], que talvez não quiséssemos enfrentar e não fosse bom enfrentar, é que as próprias comunidades têm pessoas que fornecem o gatonet, que seriam pessoas que contratam uma banda grande da GVT ou Oi, Vivo, e elas próprias provêm acesso à internet as pessoas. Geralmente é a liderança comunitária que faz isso. Então teríamos aí uma briga política”*, revelou.

Voltando a falar da aplicação social do Conecta Recife, o diretor de informática da Emprel apontou que ao longo do tempo o projeto ficou híbrido em relação ao perfil de seu usuário, abarcando não só conforto ao turista, mas atendendo aos cidadãos das classes média, alta e baixa. Para ilustrar esse caráter agregador, ele contou sobre um episódio na praça do Trabalho, em Casa Amarela, onde a verificação de picos de conexão às quartas-feiras, por volta das 22h, chamou a atenção. *“Eu com minha curiosidade fui lá. Será que era algum ponto de droga? Cheguei lá por volta das 21h30 e vi que tinha uma pelada. Tem um campo e fiquei por ali. Quando dava 22h, o pessoal terminava a pelada e ficava por lá jogando dominó, tomando cervejinha e começava a utilizar o Conecta para o WhatsApp, para Facebook. É algo que realmente fez com que as pessoas tivessem atividade além, simplesmente, a pelada. Isso foi curioso para a gente e começamos a ver que o projeto realmente estava agregando valor a sociedade”*, explicou. Dessa forma, para ele, a wi-fi da prefeitura estava aumentando o tempo de permanência naquele espaço e criando novas atividades (se conectar à internet). O exemplo utilizado, no entanto, não indica o Conecta com atrativo principal da praça, mas secundário a pelada. Nem a wi-fi como principal fenômeno aglutinador no espaço, mas sim o jogo desenvolvido e organizado por aquela comunidade naquele dia e hora específicos. Merece curiosidade ainda o comentário de suspeição de

atividade criminosa relacionada ao pico de acessos na praça do Trabalho, que fica localizada em área de vulnerabilidade social, na zona Norte da Capital.

Ainda quando o assunto foi a presença de *hotspots* nas praças, o entrevistado disse que a escolha por número de antenas em cada uma delas depende da extensão do passeio público e, por isso, cada uma recebeu tratamento diferente. A mesma regra vale para os parques. Desafios técnicos apresentaram-se nesses espaços como árvores e espelhos de água que interferem no sinal e precisaram ser contornados. Já a maresia foi, por exemplo, o fator que impediu a permanência do Conecta Recife no Parque das Esculturas, no Marco Zero da Cidade, pois a oxidação da estrutura da rede diminuía a vida útil dos equipamentos e geraria maior custo de manutenção.

As regras de monitoramento e vigilância da rede sempre fizeram parte do projeto. Em 2014, um portal de entrada (*captive portal*) para a utilização da wi-fi exigia do usuário dados pessoais, a exemplo de nome, e-mail, login do Facebook e Cadastro de Pessoa Física (CPF), ou seja, informações que facilitavam a identificação de quem se logava na rede. O CPF chegou a ser ventilado como possível curinga da administração em localizar e cobrar dos donos de imóveis cadastrados na cidade os débitos do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), mas a proposta ficou apenas na intenção, de acordo com Aguiar. Falando sobre o rito de entrada na wi-fi da prefeitura, o usuário deveria fazer o cadastro, receber a confirmação por e-mail do aceite do cadastro para daí conseguir navegar pelo período limite na época (1h ininterrupta). Até a conclusão desse passo a passo, a pessoa só tinha 15 minutos de navegação como um tipo de “amostra grátis”. Mas este modelo sofreu críticas e aparente desinteresse da população uma vez que o número de usuários ficou estagnando. “[...] a gente chegou no momento em que tínhamos por média 12 mil pessoas acessando por mês o Conecta e isso não crescia [...] estava em torno de 120 mil internautas cadastrados. A sua grande maioria com CPFs inválidos. [...] e quando o cara soube que poderia colocar qualquer número ali deixou de ser (interessante). Teve um problema também. Como a gente fez o processo inicial onde você fazia o cadastro e ai você recebia um e-mail para que você clicasse no link e confirmasse seu cadastro, enquanto isso não ocorresse se tinha o acesso liberado apenas de 15 minutos no hotspot e caia. Ai começamos a ter um conjunto de reclamações que a rede era muito picotada, que só funcionava 15 minutos. O que a gente acabou deduzindo é que a maioria das pessoas tem Facebook - para cadastrar o Face tem que ter e-mail-, mas, às vezes nunca usou (o e-mail) e pede para alguém cadastrar o e-mail para ela, mas nunca lê”, comentou sobre um dos problemas iniciais de governança da rede, tida como complicada pelo

usuário. Para aparar esta aresta a decisão foi o abandono do *captive portal*, a partir de janeiro de 2016. A iniciativa fez os acessos saltarem de 12 mil por mês para cinco mil por dia. Na visão dele, a negativa de apresentar tantos dados pessoais seria uma questão de que o usuário “*não quer ter trabalho*”, e não uma reação de desconfiança do usuário.

A aparente segurança de dados do usuário, que deixara de ser obrigado a informar tantas informações pessoais à prefeitura, continua só sendo aparente mesmo. “*Na hora que você vai iniciar a navegação e você clica eu peguei o MAC address do seu equipamento e com o MAC do seu equipamento eu lhe acho. Eu não, mas operadora que você comprou o chip. E na hora. O juiz pode solicitar à operadora. Eles acham você. Eu abri metade de porta. Não sei se seria bom abrir geral*”. Rogério Aguiar reforçou que o objetivo da rede não é monitorar o cidadão, mas que este tipo de vigilância garante uma segurança para a rede e para a prefeitura, uma vez que pode haver alguma notificação judicial do uso da wi-fi. Em março de 2016, quando realizada esta entrevista, o diretor afirmou que se monitorava da rede Conecta a banda consumida, o funcionamento e não funcionamento dos pontos, a quantidade de pessoas conectadas por localidade e o sistema operacional do dispositivo utilizado para a conexão, mas sem resumos de forma histórica, somente registros pontuais. Outras estratificações do público como sexo e idade ainda não eram feitas. Também não é rotina a segmentação sobre os usuários que têm a web derrubada por usos inapropriados, segundo os termos de uso da wi-fi - como sexo, apologia às drogas, crimes e pedofilia. Esses usuários têm interrompida a navegação quando entram em páginas elencadas nos filtros do *firewall* do Conecta, mas permanecem, segundo Aguiar, anônimos, a não ser que a Emprel seja obrigada judicialmente a fornecer alguma informação. “*A gente não tem nenhum tipo de estatística de ficar atrás do cara. A gente não tem porque no que isso iria me ajudar? Isso serviria para quê? Que decisão poderia tomar? O que eu vou fazer com esse cara? Vou tentar achar quem é o cara e dizer não faça isso? A rede não é uma rede que eu identifique você como você, mas seu Mac Address*”, completou.

Mesmo, repetidas vezes, destacando que o foco do Conecta é a prestação de serviço à população e a inclusão digital da sociedade, ele contou que a ferramenta (rede) vem trazendo outras informações que podem ser viáveis de estratificação, sem descartar fins políticos diversos. Para tanto, o Conecta Recife dependia, na época da entrevista, da liberação de recursos financeiros para refinar seu monitoramento de rede. Para futuro, Rogério Aguiar demonstrou acreditar que assim como a inclusão digital e a oferta de internet grátis na cidade tiveram destaque na gestão 2013-2016 estariam também num plano novo de governo. No

entanto, a previsão dele parece não ter sido levada para frente, pelo menos oficialmente. Reeleito em 2016, o prefeito Geraldo Julio deixou de fora de sua plataforma de conquistas na administração do quadriênio anterior qualquer referência ao Conecta Recife, idealizado por ele para os primeiros quatro anos de mandato<sup>44</sup>. Com mais de um ano de sua recondução ao executivo municipal, o programa de governo até 2020 ainda não havia sido disponibilizado para a consulta popular até dezembro de 2017<sup>45</sup>.

Um novo contato em 2017 foi tentado para uma nova entrevista de acompanhamento com Rogério Aguiar, mas o próprio sugeriu que outro porta-voz da empresa fosse inquirido.

## 8.2 CONECTA RECIFE POR JORGE PINTO

O chefe de Departamento de Operações e Suporte à Produção da Emprtel trouxe as contribuições mais recentes sobre a rede Conecta Recife, na entrevista concedida em outubro de 2017. Pinto repetiu a ligação da inauguração da rede com a iminência da Copa do Mundo de futebol. *“Quem puxou, na verdade, todo o processo foi a Copa do Mundo [...] E era necessário a gente ter infraestrutura para receber as pessoas que viriam prestigiar a Copa do Mundo aqui em Recife”*. E foi devido a essa demanda que os *hotspots* foram primeiramente instalados na orla de Boa Viagem e pontos turísticos do Recife Antigo, como o Marco Zero. Parques e praças entraram no pacote inicial por que se estimava que esses espaços receberiam grande fluxo de pessoas. Além do caráter turístico, o gestor também apontou que o escopo do projeto é fazer com que as pessoas fiquem cada vez mais informadas e sejam incluídas. *“O objetivo dele é esse: informação, divertimento também, porque a internet é divertimento, e comunicação. Estamos dando tudo isso para a cidade do Recife”*. Para o entrevistado, a oferta de internet grátis na cidade segue uma tendência nacional. *“Há uma determinação não só do governo municipal, mais do governo federal que o cidadão devido esse momento que a gente vive e que eu chamo de sociedade da informação. O acesso a informação é fundamental. Claro que nós podemos, por exemplo, ter nosso pacote de dados, navegar a vontade, mas a grande massa precisa também está inserida nesse processo. E uma forma dessa inserção é a gente disponibilizar na cidade do Recife condições do cidadão, do recifense, navegar na internet gratuita e de qualidade”*, disse.

---

<sup>44</sup> Informação disponível em < [www.geraldojulio40.com.br](http://www.geraldojulio40.com.br)> Acessado em: 13 de dezembro de 2017.

<sup>45</sup> Disponível em < [www.geraldojulio40.com.br](http://www.geraldojulio40.com.br)>. Acessado em: 13 de dezembro de 2017. O espaço para a disponibilização do planejamento de governo ainda não havia sido atualizado.

Jorge Pinto informou que a iniciativa de ofertar a wi-fi pública ao cidadão custava ao cofre municipal, no final de 2017, R\$ 43 mil mensais. Desse total, R\$ 17 mil seria o pagamento pelo link e R\$ 35 mil relativos à manutenção da rede, que a partir de 2017 passou para a batuta da Emprel. Anteriormente um consórcio geria o wi-fi Conecta Recife com um custo de R\$ 195 mil mensais. Este consórcio, segundo ele, ganhou uma licitação e cuidava tanto da parte de monitoramento quanto da manutenção de infraestrutura. Para a transição da gerência do programa, equipes da Emprel foram capacitadas para englobar as rotinas do Conecta à infraestrutura da empresa e, assim, ajudar a diminuir as despesas da prefeitura no projeto. O entrevistado não entrou em detalhes sobre o antigo e o novo valor de custeio, que tem uma diferença atual quase cinco vezes menor que o praticado há três anos. *“Sempre a gente procura ver custo e benefício. O custo é muito inferior ao benefício que este projeto está tendo para o cidadão recifense. A gente dá uma qualidade a esse cidadão de fazer pesquisas, se divertir, se comunicar com velocidade adequada e com toda segurança também. A gente tem toda uma segurança específica para o Conecta Recife”*, disse.

No quesito segurança, novos e repetidos pontos foram apresentados por Jorge Pinto. Entre os repetidos estão a captura do *MAC Address* dos dispositivos que pode ser solicitado pela Justiça e que já havia sido mencionado por Rogério Aguiar, além dos filtros do *firewall* para sites de pedofilia, violência e drogas. *“Há uma preocupação sempre nossa de estar verificando e analisando esses filtros para evitar, ou mitigar, que é o termo que a gente mais usa em TI, o acesso a esses sites não indicados”*. Já os novos quesitos de segurança incluem um recente software de monitoramento da rede em parceria com a empresa Network Securite e um convênio com o Itaú que permite a interligação da wi-fi Conecta com câmaras de segurança “doadas” pela instituição financeira para videomonitorar e transmitir em tempo real as imagens das ruas onde as câmeras e as antenas estão instaladas. Em ambos os casos, houve vantagem financeira para a prefeitura. A transição do velho sistema para o novo da Network Securite ocorreu porque o primeiro ficou inviável financeiramente, segundo Pinto. Na avaliação dele, a manutenção e o investimento em vigilância na rede é uma forma de salvaguardar o projeto contra comportamentos que não condizem com a ideia do Conecta Recife. *“Você sabe que hoje, com o evento do smartphone, as pessoas acessam de qualquer lugar, qualquer coisa, sem os olhos dos responsáveis [...] Por isso, a gente acredita que seja interessante manter o cerceamento desses sites que não são objetivos da rede Conecta”*.

O entrevistado ainda apontou que a adesão ao programa “Câmara Cidadã”, do Itaú, partiu da premissa de que o investimento da gestão seria praticamente zero diante dos benefícios. *“[...]”*

*o Itaú através do projeto Câmara Cidadã, instalou em algumas agências da cidade do Recife, 10 para ser mais exato, câmeras de monitoramento da rua. Da área urbana. E para viabilizar esse projeto, em contrapartida, a prefeitura só teria que fazer com que essas imagens chegassem na sua infraestrutura (prédio sede da prefeitura). Em alguns pontos, a gente conseguiu chegar na nossa infraestrutura através de enlaces de rádio.[...] Nessas agências onde tinha conexão de rádio eu fiz a chegada na minha 'infra' por esse rádio. Mas em algumas agências afastadas da PCR (Prefeitura da Cidade do Recife) como Boa Viagem, por exemplo, que não tinha como chegar através de enlace de rádio, tínhamos duas soluções: ou lançamento de estrutura de fibra para atender ou utilizar o Conecta Recife para fazer isso. E a gente optou, por a ideia incisiva do governo de fazer mais com menos. A gente conseguiu fazer com que essas imagens chegassem no setor de segurança municipal através do Conecta Recife. Vem por ai mais 50 agências do Itaú”, explicou.*

De acordo com Jorge Pinto, apesar de em muitos dos espaços a rede Conecta chegar junto com a rede corporativa da prefeitura os tráfegos das duas são separados. Em alguns dos espaços que descrevemos nesse trabalho como público de acesso controlado, a exemplo das unidades de saúde e Compaz, o link chega pelo “mesmo cano” e depois é dividido entre rede Conecta e rede corporativa, assumindo características próprias, inclusive de *firewall* (a rede corporativa tem um número maior de filtros). A separação atual das duas redes não inviabiliza que estas deem suporte uma à outra. Esta é inclusive uma das propostas futuras da Emprel. *“Existe na verdade uma ideia [...] e estamos trabalhando nesse projeto. De nós trazeremos também a saída de internet do Conecta para dentro da corporativa, claro com toda segurança. E por quê? Porque em momentos que a gente não tem a corporativa sendo utilizada como, por exemplo, sábados, domingo e feriados, toda a essa banda disponível poderia ser dada ao internauta para usar toda a banda da prefeitura. Isso é só um projeto, é uma junção. Faria uma intersecção de todos os links. Fazendo na semana normal e dividindo esse link para o Conecta e para a corporativa, e aí no fim de semana ou dia que a gente não tem a rede corporativa da PCR sendo utilizada a gente poderia utilizar toda para o Conecta Recife”.*

Sobre engajamento e demanda da população na wi-fi pública, o gestor disse que não saberia informar se a comunidade foi chamada para participar da construção do projeto, nem da escolha dos locais de implantação das antenas. Pinto comentou que a disponibilização de web nos espaços públicos da cidade, inclusive, já havia sido proposta por outro governo anterior ao de Geraldo Julio, mas a iniciativa ficou travada pelo Ministério Público e liberada

em 2013 para suprir demandas da Copa do Mundo. Quando foi questionado sobre o baixo número diário de usuários conectados por dia em relação à capacidade total da rede, ele avaliou que dois fatores devem ser considerados para entender essa questão. O primeiro é que seria pouco provável reunir de uma vez só 250 usuários por cada *hotspot* (esse é o limite de conexões que o ponto suporta simultaneamente). Essa diferença entre capacidade total e uso diário da rede permite a fluidez da wi-fi e a qualidade de navegação, que não sofre estrangulamentos por operar no limite. *“Nós estamos preparados. Entenda assim: a nossa infraestrutura esta preparada para atender por hotspot, nesse segundo, 250 pessoas simultâneas. O meu equipamento é robusto ao ponto de suportar essa capacidade de usuários conectados”*. Ainda para justificar que existe engajamento na rede, apesar do baixo número absoluto de usuários por *hotspot*, o gestor disse que o uso de banda de internet saltou de 18 mega em 2015 para 100 mega em 2017. O segundo fator levantado por ele para a aparente baixa procura pela rede pública é a insegurança urbana para a navegação em alguns ambientes. *“Eu entendo que políticas públicas que garantam a segurança do cidadão já são e vão ser intensificadas. [...] Que garantam que você consiga usufruir de uma tecnologia, consiga usufruir de uma internet gratuita onde você quiser. Porque a ideia da mobilidade é você ter acesso onde você estiver. Um projeto assim específico não seria inviabilizado, não deveria ser inviabilizado, por conta de uma ação pública de segurança. Os dois têm que estar juntos. O que a gente dá para a população é a forma dela se comunicar, da importância de inclusão digital, a possibilidade de ter acesso à informação, a comunicação. E o Estado vem com a mão forte garantindo a segurança disso”*.

Quando da sua chegada efetiva no Conecta, em 2015, Pinto informou que teve o desafio de reformular a rede para que ela funcionasse melhor, além de expandir o projeto, mas sem onerar para isso os cofres públicos. *“Nessa reformulação eu retirei alguns rádios colocados para atender aquela outra estrutura feita antes da minha chegada. Então, eu deixei onde tinha dois rádios um só. E que funcionava melhor que os dois. Esse que eu tirei foi para o estoque. Para que se trocasse ou falhasse eu tivesse como trocar. Mas aí eu fiquei com estoque grande de rádio. O presidente resolveu fazer o seguinte: a gente pode expandir o Conecta sem ter um custo de infraestrutura, porque na verdade entendia que o rádio estava em casa. Então não investi em nada. Peguei o rádio, fui no posto de saúde e liguei ele. E tinha o Conecta Recife no posto sem nenhum custo adicional para a gente. Tirando os Compaz, que foram investimentos feitos com compra de rádios e tudo mais, todos os crescimentos que nós tivemos a gente fez esse crescimento utilizando rádios que nós tínhamos*

*já. Então, não representou custo nenhum para a PCR. A gente só otimizou o uso do que a gente tinha. Mais com menos é o nosso lema”.*

A grande parte dessa expansão de baixo custo acabou sendo direcionada aos espaços públicos de acesso regulado - como propomos neste estudo - e que no entendimento do trabalho gera cerceamentos do uso da rede. O entrevistado, no entanto, percebe que mesmo em lugares que não estão abertos *full time* para a população, ainda assim, existe a possibilidade de conexão nos arredores (que nomeamos de “usuário de calçada”, um fenômeno observado pela população para um tipo de utilização periférica da rede nos espaços de acesso controlado). Jorge Pinto observa ainda que em espaços onde há multiplicidade de serviços ofertados pela PCR, usando como exemplo o Compaz, a potência democrática da wi-fi aumenta e fomenta a propagada cultura de paz e reativação dos espaços concebida no cerne do projeto. *“Eu acredito que nesses locais, onde você não só tem a internet, mas têm serviços da PCR, você consegue, sim, fazer um clima muito mais amistoso, muito mais pacífico para a convivência”.*

### 8.3 RESULTADOS DA ANÁLISE

Diante da complementaridade dos discursos dos dois diretores e como aqui a intenção é formar um conhecimento geral da visão da gestão municipal sobre a rede Conecta Recife, a análise partirá da compilação de achados gerais embutidos nas falas de ambos os entrevistados. Para a leitura dos resultados sobre a wi-fi foram escolhidos os parâmetros de Josgrilberg (2009) para medição e interpretação das informações dadas pelos entrevistados. Os critérios de governança, comunidade, infraestrutura e modelo de negócios ajudam num balizamento sobre o sucesso ou insucesso da rede, visto que os relatos vindos da administração tendem a demonstrar apenas o caráter utópico, progressista e positivista da experiência da wi-fi pública. Além das falas oficiais, foram nas pistas deixadas por eles que formamos o perfil do projeto Conecta Recife e do tratamento dado à iniciativa pela Emprtel. Na abertura deste capítulo elencamos os termômetros para cada um dos critérios e que resultaram, neste ponto, numa soma de fatores que rumam o projeto de wi-fi pública da Capital para o insucesso prático da iniciativa.

**Quadro 6-** Critérios de sustentabilidade da rede Conecta Recife, segundo comunidade (ausência x presença), governança (clareza x obscuridade), infraestrutura (acessível x não acessível) e modelo de negócios (coerente x incoerente), Recife, 2017.

<b>INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE</b>	<b>INFERÊNCIA DOS ACHADOS</b>	<b>CRITÉRIOS OBSERVÁVEIS</b>
Comunidade	Ausente	Gestores não informaram ou não souberam informar que papel as comunidades tiveram na formulação do projeto e se a população participou de algum passo do desenvolvimento do programa, assim como a escolha dos locais de colocação dos <i>hotspots</i> .
Governança	Obscura	Gestores não demonstraram clareza em aspectos como princípios da rede, normas de participação e tomada de decisões.
Infraestrutura	Não acessível	Gestores exaltam a infraestrutura, mas afirmaram que a rede não alcança todo território proposto (80%), além de haver uma distribuição desigual dos totens e o consumo “marginal” da rede quando o espaço público é de acesso controlado. Também houve incongruência sobre a utilização do link que hora é sobra de rede da PCR e hora é link próprio.
Modelo de negócios	Incoerente	Não há qualquer evidência oficial sobre qual é o plano de negócios do Conecta Recife. Foi propagado como público pela gestão, mas iniciou sob a batuta de um consórcio que venceu uma licitação, segundo os gestores. Depois, ao final deste contrato, migrou para a Emprtel, que é órgão vinculado à prefeitura. No entanto, vem sendo cercado pela iniciativa privada seja no quesito de monitoramento dos usos da rede com a empresa Network Securite, seja no quesito vigilância urbana quando a rede firma convênio com o banco Itaú.

Fonte: própria

População: sem papel no roteiro do Conecta – Chama atenção a exclusão da comunidade na construção do projeto municipal da wi-fi. Desde a concepção da ideia, ainda no plano de governo 2013-2016, não há uma mensuração da importância que a população atribui a essa disponibilização, mas o entendimento geral da administração de que as pessoas querem e precisam de uma rede pública. E ainda de que essa rede aberta seria o oásis para a

inclusão sociodigital ancorada numa infraestrutura de inovação e tecnologia. Quando de sua implantação também não há qualquer registro de participação popular na escolha dos locais para a instalação das antenas, muito menos opiniões sobre necessidades de velocidade e tempo de uso. No seu cerne, o Conecta está atrelado às necessidades de quem vem de fora, dos turistas e dos estrangeiros, e não da população recifense para quem a wi-fi seria um dispositivo cotidiano. É assim que, sozinha, a prefeitura e sua autarquia Emprel desenham uma rede para a população e não com a população, escanteando demandas, interesses e contribuições que poderiam ajudar a melhorar a iniciativa no nível local. A falta de interlocução entre as comunidades e a gestão na construção do projeto wi-fi do Recife pode ser considerado fator para o baixo número de experiências na rede, levando em conta que o usuário-cidadão é cerceado da participação do desenho da rede. O cenário de exclusão dos recifenses no debate sobre o projeto digital da cidade corrompe ainda preceitos de uma possível aproximação do Conecta como possibilidade democrática de criação de uma esfera pública digital. E o protagonismo absoluto da gestão na confecção e disponibilização da rede no território corrobora um desenho urbano no qual os mapas da internet são confeccionados pela lógica dos chefes do poder político e econômico.

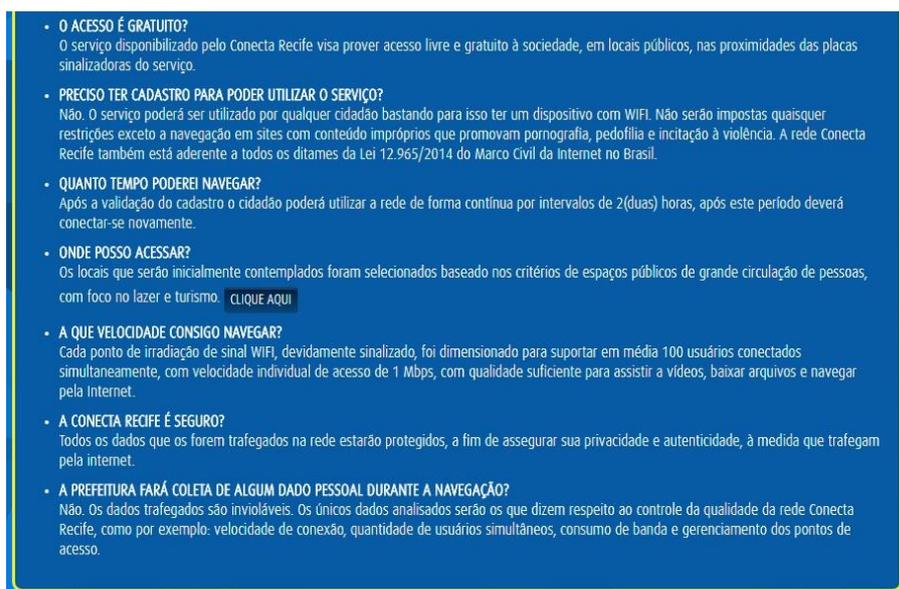
Prefeitura no protagonismo da governança – Atrelada diretamente as dimensões de infraestrutura, comunidade e modelo de negócios, a governança compreende o conjunto de princípios, normas e papéis que cercam as tomadas de decisões na rede (JOSGIRLBERG, 2009. p.28). Na avaliação desta pesquisa, este critério foi tomado por obscuro por alguns achados. Entre os princípios da wi-fi Conecta, o diretor Jorge Pinto destaca os objetivos de informação, divertimento e comunicação. Já o portal oficial do projeto<sup>46</sup> fala que a rede visa tornar a internet acessível ao cidadão, em locais públicos, por intermédio de sinal wi-fi, objetivando o engajamento social, cultural e político para os cidadãos da cidade do Recife e seus respectivos turistas, não se prestando a finalidades comerciais e/ou negociais. É nesta página que se encontram os princípios e as normas declaradas pela administração pública para a wi-fi, como local, tempo e velocidade de navegação, assim como segurança e coleta de dados. Uma espécie de “bula” unidirecional e superficial que contribui para uma gestão antidemocrática ou opaca da rede. Não constam, no entanto, quaisquer referências sobre uma possível interlocução com a Emprel ou prefeitura onde o cidadão possa demandar novas regras para ela. Alguns pontos merecem destaque. O primeiro é a imprecisão de informações

---

<sup>46</sup> Disponível em <<http://portalconecta.recife.pe.gov.br/faq.php>>. Acessado em: 20 de dezembro de 2017.

sobre a capacidade completa de usuários por *hotspot*. O portal do Conecta fala de 100 usuários por vez, mas materiais de divulgação do projeto para a imprensa informam a capacidade de 250 ordinariamente. Esta capacidade, contudo, pode ser impulsionada, a exemplo do período do Carnaval, para 300 usuários por *hotspot*. Para os fins dessa pesquisa consideramos a capacidade limite de 250 usuários por antena.

**Figura 9-** Regras de uso do Conecta Recife e limite de usuário por *hotspot*, segundo o portal <http://portalconecta.recife.pe.gov.br/faq.php>, 20 de dezembro de 2017.



- **O ACESSO É GRATUITO?**  
O serviço disponibilizado pelo Conecta Recife visa prover acesso livre e gratuito à sociedade, em locais públicos, nas proximidades das placas sinalizadoras do serviço.
- **PRECISO TER CADASTRO PARA PODER UTILIZAR O SERVIÇO?**  
Não. O serviço poderá ser utilizado por qualquer cidadão bastando para isso ter um dispositivo com WIFI. Não serão impostas quaisquer restrições exceto a navegação em sites com conteúdo impróprios que promovam pornografia, pedofilia e incitação à violência. A rede Conecta Recife também está aderente a todos os ditames da Lei 12.965/2014 do Marco Civil da Internet no Brasil.
- **QUANTO TEMPO PODEREI NAVEGAR?**  
Após a validação do cadastro o cidadão poderá utilizar a rede de forma contínua por intervalos de 2(duas) horas, após este período deverá conectar-se novamente.
- **ONDE POSSO ACESSAR?**  
Os locais que serão inicialmente contemplados foram selecionados baseado nos critérios de espaços públicos de grande circulação de pessoas, com foco no lazer e turismo. [CLIQUE AQUI](#)
- **A QUE VELOCIDADE CONSIGO NAVEGAR?**  
Cada ponto de irradiação de sinal WIFI, devidamente sinalizado, foi dimensionado para suportar em média 100 usuários conectados simultaneamente, com velocidade individual de acesso de 1 Mbps, com qualidade suficiente para assistir a vídeos, baixar arquivos e navegar pela Internet.
- **A CONECTA RECIFE É SEGURO?**  
Todos os dados que os forem trafegados na rede estarão protegidos, a fim de assegurar sua privacidade e autenticidade, à medida que trafegam pela internet.
- **A PREFEITURA FARÁ COLETA DE ALGUM DADO PESSOAL DURANTE A NAVEGAÇÃO?**  
Não. Os dados trafegados são invioláveis. Os únicos dados analisados serão os que dizem respeito ao controle da qualidade da rede Conecta Recife, como por exemplo: velocidade de conexão, quantidade de usuários simultâneos, consumo de banda e gerenciamento dos pontos de acesso.

Fonte: Prefeitura do Recife

**Figura 10-** Regras de uso do Conecta Recife e limite de usuários por *hotspot*, segundo release repassado à imprensa, 20 de dezembro de 2017.



**Conecta Recife ganha mais dezessete pontos de acesso à internet gratuita**

O serviço foi disponibilizado no Compaz Ariano Suassuna e tem como objetivo promover a inclusão digital da comunidade

O **Conecta Recife**, serviço de internet wifi gratuita, expandiu mais uma vez. Dezessete pontos de acesso foram instalados no Compaz Ariano Suassuna, no bairro do Cordeiro, com o objetivo de promover a inclusão digital da comunidade e o engajamento sociopolítico e cultural dos **recifenses**. Ao todo, já são 137 hot spots espalhados em todas as Regiões Políticas Administrativas (RPA's) da cidade. O **Conecta** é uma ação da Prefeitura do **Recife**, por meio da Empresa Municipal de Informática (Emprei).

Cada equipamento **conectado** atende simultaneamente 250 pessoas. A rede é disponibilizada através do sinal wifi (sem fio), próximo aos pontos sinalizados com a placa do projeto. Para utilizar, é preciso ativar a função wifi no dispositivo móvel e solicitar a conexão. Não é necessário realizar inscrição ou login. A internet pode ser utilizada em tablets, computadores e smartphones.

Fonte: Prefeitura do Recife

Um segundo ponto é a falta de transparência sobre a gestão da wi-fi. Não há qualquer canal para que o cidadão tenha acesso a informações técnicas da rede como, por exemplo, número de usuários por ano, mês ou dia, informações relacionadas ao volume de tráfego e sobre investimentos para a criação e manutenção do sistema<sup>47</sup>. A fonte de recursos do Conecta Recife e gestão financeira do projeto não estão explicitadas. Os arranjos que levaram a queda de gastos em 78% do projeto entre 2016 e 2017 também não, já que o Conecta passou apenas das mãos do consórcio para a da Emprel, mas quase duplicou o número de *hotspots* nessa mudança. Todos esses dados ficam centralizados na gestão municipal.

O ponto três observado refere-se à obscuridade sobre vigilância. Oficialmente, a PCR se posiciona, no site e através dos porta-vozes aqui entrevistados, contra monitoramento dos usuários. Contudo, expressa de forma escrita no portal que há restrições de navegação em sites com conteúdo impróprios que promovam pornografia, pedofilia e incitação à violência. Utilizando-se de vigilância, faz com que o usuário ao acessar um desses endereços tenha a conexão seja bloqueada. Não é informado ainda a população que é capturado o *Mac Address* do aparelho, com o qual é possível a identificação do proprietário, e, a partir daí, vários dados digitais e físicos do sujeito caso haja demanda judicial. Esses são alguns dos fatores observáveis que distanciam o Conecta de uma clareza na governança e de uma cogestão da internet pública.

Um modelo de negócios flutuante – Também falta clareza sobre o modelo de negócio para a rede. Mesmo se propagando público, o projeto começou gerido por um consórcio com valores R\$ 195 mil mensais, ou seja, quase R\$ 2 milhões e 350 mil por ano. Depois passou para o comando direto da Emprel, como narrou Jorge Pinto. Contudo, vem estabelecendo parcerias com a iniciativa privada no intuito de ampliar atividades da rede. Foram informadas pelo entrevistado Jorge Pinto dois desses acordos, sendo um celebrado com a Network Securite e outro com o banco Itaú. A falta de visibilidade e transparência da interligação do projeto Conecta Recife com tais instituições podem caminhar para uma interpretação comercial da rede no futuro. Por esses achados subentende-se que a wi-fi municipal do Recife flutua entre um modelo público e privado ao longo de sua história. Josgrilberg (2009, p. 30-31) aponta que o modelo público acontece quando o mercado não consegue garantir a universalização de um serviço a custo baixo e os governos assumem essa tarefa de instalação

---

<sup>47</sup> As consultas foram realizadas até o dia 20 de dezembro de 2017. Disponível em <<http://dados.recife.pe.gov.br/dataset/conecta-recife>>. Acessado em 20 de dezembro de 2017.

e operação da rede. Já no molde privado, de acordo com o autor, a provisão de internet é mantida por empresas com fins lucrativos e que, eventualmente, podem se beneficiar do uso de equipamentos públicos para instalação de antenas gerando contrapartidas com as instituições governamentais. Pelo que foi coletado ao longo deste trabalho verifica-se que a prefeitura chegou com o projeto de wi-fi municipal em espaços públicos urbanos quando este tipo de serviço não era interessante para a iniciativa privada (como as empresas de Telecom). No entanto, para sobrevivência e capilaridade da rede vem estabelecendo parcerias, além do convênio inicial, para que a wi-fi prossiga. Os custos e os lucros dessa flutuação de modelo ainda não são muito claros, seja para a cidade seja para os cidadãos. “Seja como for, as escolhas feitas (parcerias, fornecedores, contratos, etc.) sobre ‘quem paga a conta’ podem ter um impacto direto em princípios democráticos importantes, especialmente no que diz respeito à universalização dos serviços” (JOSGRILBERG, 2009, p. 30). Dentro do Conecta, um dos ônus prováveis, quando se olha para a parceria de videomonitoramento urbano com o Itaú, é o excesso de vigilância e monitoramento da pólis ancorada por uma parceria público-privada muito mais preocupada em proteger o bem patrimonial que o bem estar social.

Uma infraestrutura ainda em construção - Os gestores entrevistados afirmam que a infraestrutura da rede Conecta vem se aperfeiçoando. Para facilitar o acesso, entraves como exigências de informações pessoais foram derrubados. O tempo de navegação, velocidade e a capacidade de usuários por *hotspot* ampliados, além de ser mantida a gratuidade original do projeto. Mas os desafios para garantir ao usuário o acesso a qualquer hora e lugar, de qualquer terminal, com banda larga e flexibilidade de uso permanecem. Apesar de pregar uma ubiquidade nos territórios das antenas, o projeto de internet municipal ainda não chegou nesse patamar. São sintomas disso, os relatos frustrados de internautas que não conseguem conexão mesmo dentro do perímetro de abrangência da antena. Houve ainda aqueles que disseram não conseguir se conectar mesmo não havendo número exagerado de pessoas logadas no espaço, o que poderia gerar o bloqueio de novas entradas. Pelo contrário, o número de usuários nos horários de pico fica bem aquém da capacidade instalada da rede entre as localidades selecionadas para a avaliação deste estudo.

**Figura 11** – Pontos de acesso, data de instalação e navegação por horário de pico na rede Conecta Recife. Recife, 2017.

Pontos de Acesso	Data Instalação	Uusários Navegação Picos
1 -Mercado da Madalena -	Ago/14	69
2 -Biblioteca de Casa Amarela	jun/16	31
3 - Rua da Moeda -	ago/14	34
4 - Políclínica Waldemar de Oliveira	jul/216	40
5 - Compaz Cordeiro -	mar/17	224
6 - Forte do Brum -	ago/14	25
7 - Praça de Jardim São Paulo -	ago/14	34
8 - Parada de ônibus da Agamenon Magalhães	jul/16	41
9 - Comunidade da Ilha de Deus	mar/17	26
Rotativamente, em média, temos estes números.		

Fonte: Emprel

No capítulo anterior de avaliação do Conecta pela população, os sujeitos já apontavam os indícios de uma infraestrutura problemática. Em alguns relatos, os usuários afirmavam que não conseguiam conexão com a wif-fi municipal mesmo dentro o perímetro da antena. Outros reclamavam da instabilidade para a navegação, principalmente para usos mais pesados como baixar arquivos de áudio e vídeo. Nenhum deles sabia como recorrer à prefeitura para solucionar os problemas. E não foram apresentadas estatísticas oficiais sobre embaraços técnicos e/ou necessidades de reparos na rede nos últimos anos. Chamou a atenção que alguns de populares entrevistados apontaram uma má conservação da antena como problema do não funcionamento do sistema em alguns momentos. No Mercado da Madalena, por exemplo, a falta de um gerador ligado ao equipamento fez com que a wi-fi não funcionasse no dia que estivemos no território por que estava faltando energia elétrica no bairro. O blackout de uma só vez deixava aquela população sem luz e sem conexão via Conecta.

Sobre a cobertura do programa, os gestores entrevistados afirmaram que a rede ainda não alcança os 80% de abrangência da cidade, prometidos em 2013, e preferiram não estimar em quanto este percentual estava em outubro de 2017, mês do último encontro presencial com os gestores. A afirmativa da gestão era de que o Conecta estava presente, mesmo que de forma pulverizada, em pontos de todas as regiões político-administrativas da cidade. A

pretendida quase universalização do acesso no Recife, até porque o percentual aventado no projeto era alto, não se cumpriu. Ao que tudo leva a crer se torna uma meta bem difícil de ser atingida nos próximos anos. Uma pista desse cenário pessimista pode ser a ausência de políticas públicas digitais na cidade inseridas no plano de governo para 2017-2020.

Numa avaliação geral, a atual infraestrutura do Conecta o torna coadjuvante entre as opções de acessos gerais dos recifenses pelas problemáticas encontradas. Na avaliação, aqui proposta, isso se deve a questão técnica por um lado. E de outro lado, está também relacionada à disposição de uma aparente rede melhorada ou mais potente nos espaços públicos de acesso regulado, deixando os usuários de demais espaços abertos à própria sorte. No entendimento dessa pesquisa, esses dois aspectos juntos – embaraços técnicos e acesso controlado - geram cercamentos estruturais que contribuem desfavoravelmente para a capilaridade e sustentabilidade da rede de forma igualitária dos pontos de conexão da cidade. Sem contar que o programa, ao longo dos últimos quatro anos, teve poucos investimentos reais na estrutura de equipamentos. De acordo com a Emprel, a maior expansão do programa, quando olhamos para o número de bairros assistidos, se deu pela reutilização de antenas antigas. Prova disso é o relato de Jorge Pinto sobre o reaproveitamento de rádios para a ampliação das zonas de wi-fi da prefeitura pela cidade. Até mesmo o processo de ampliação da rede tem uma matemática de otimização difícil de entender, já que antenas velhas teriam sido remanejadas de um local para o outro. A exceção, nesta premissa de “fazer mais com menos” da prefeitura, foi o Compaz. Nestes espaços houve a compra de novos equipamentos nos últimos anos, contudo com uma aglutinação dos dispositivos novos no mesmo local e, conseqüentemente, melhor qualidade de internet nessa área-chave da gestão, que é a vitrine da “cultura de paz”. Pelos achados, evidenciasse que a web grátis obedece mais uma vez a lógica de visibilidade do poder público e não a lógica de reestruturação democrática da urbe.

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passos e descompassos cercam a avaliação da estratégia municipal de internet gratuita do Recife, como vimos ao longo dessa pesquisa, construindo, em alguns momentos, uma melodia difusa e confusa e tornando opacos os resultados positivos reais de tal iniciativa. Os avanços propostos pelo Conecta Recife ainda não superam os retrocessos históricos urbanos e sociais a caminho de uma cidade digital e ainda reforçam uma construção enviesada da cidade sonhada. Ainda esculpida no antigo molde mercantilista, passou também a ser adornada com os elementos da tecnologia digital e valores relacionados, transformando-se numa espécie de cidade-quimera. Esse organismo social carrega o monstro e a divindade em faces distribuídas entre o controle, manipulação e cerceamento de um lado e possibilidades democráticas, libertárias e de mobilidade por outro lado. Apesar de um aparente equilíbrio de oportunidades positivas e negativas geradas por essa mistura contemporânea de relações na urbe, atualmente ancoradas pela web grátis, a tendência verificada aqui foi mais distópica do que utópica quanto ao alvo da reconfiguração social promovida diretamente pelo Conecta Recife.

Ao longo deste trabalho foram levantadas várias questões entre três temas principais: esfera pública, política pública e direito à cidade. Apesar de tratados separadamente, todos acabam convergindo para a discussão central em torno da democracia e, como aqui o foco foi dado à sociedade da informação e/ou em rede e sua interface com o espaço físico e o ciberespaço, a ciberdemocracia, entendida como extensão da primeira. Pelo menos 15 interrogações foram lançadas desde a introdução deste trabalho trilhando o caminho até a conclusão. O intuito era criar um molde instrumental que pudesse ao final da análise apresentar os achados de forma consistente. Pela similaridade e complementaridade de algumas dessas interrogações, as agrupamos em:

1. Que contribuição o Conecta Recife trouxe para a reconfiguração dos espaços, agregando novas experiências ao espaço e as práticas diárias dos recifenses?
2. Como os usuários percebem o potencial político da rede e até que ponto essa proposta digital é social e politicamente ativa?
3. Que interesses e motivações o governo municipal tem em ofertar internet gratuita para a população da cidade?
4. Como o Conecta dialoga com a esfera pública e a democracia no século 21?

5. Quem está determinando a hierarquia das dinâmicas da rede? E através de que critérios?

6. As wi-fi de gestões locais brasileiras, no caso específico do Conecta, significam oportunidade de acesso, mas sob que critérios de qualidade?

7. Se a proposta está instalada em alguns bairros e equipamentos, esta não seria uma forma de cercamento desses territórios, compreendidos como inclusivos e exclusivos ao mesmo tempo?

8. Foram levados em conta interesse e motivação para a instalação da rede?

9. As comunidades tiveram que participação nesse processo de construção da wi-fi pública?

Para responder as essas questões será retomada a ideia dos três eixos de discussão teóricos que delinearão os primeiros capítulos do trabalho e que serão somados agora com os achados de campo.

#### O Conecta Recife como esfera pública

Apesar do potencial democrático da internet levar a crer na fatal aproximação das experiências de wi-fi pública como catalizadora de novas arenas digitais, a experiência recifense destoa do que Habermas (2003) aponta como caracterização da esfera pública, nomeada como esfera de pessoas privadas regulamentada pela autoridade, mas contra a autoridade, e onde o propósito está em discutir leis gerais e publicamente relevantes, por meio da racionalização pública. Princípios como polidez de igualdade entre os participantes, multiplicidade de temas, problematizações sobre assuntos inquestionáveis e não fechamento do público ao debate não são verificados na experiência do Recife. A universalidade, racionalidade, não-coerção e reciprocidade como condições de capilaridade necessária da arena discursiva (MAIA, 2008) não se realizam.

Começando pelo critério de universalidade (MAIA, 2008) ou não fechamento do público (HABERMAS, 2003), os diversos relatos da população nos locais visitados para este estudo demonstram dificuldades para a conexão, o que limita a participação do público. Entre os nove questionários com a população houve duas queixas de não funcionamento completo da wi-fi, três reclamações de má distribuição do sinal, mais três sobre baixa velocidade para navegação e uma sobre a instabilidade da rede, que tornava a experiência frustrante.

A maioria das pessoas entrevistadas afirmou ter capacidade técnica e familiaridade digital para entrar e sair de redes wi-fi nos seus telefones celulares em outras ofertas de acesso como a navegação em dados móveis das Telecons. Isso leva a crer que a deficiência da própria rede Conecta provoca um dos primeiros cerceamentos dessa possibilidade de agora popular e não o possível analfabetismo tecnológico do sujeito. A própria limitação de usuários por *hotspot* (250) já é uma forma de fechamento do público e isso é ampliado quando é somada a incapacidade infraestrutural relatada pelos usuários da rede de forma recorrente. O critério acessibilidade à rede, dessa forma, ainda deixa a desejar, colocando o primeiro entrave a perspectiva de impulsionar o Conecta como um degrau na escalada democrática. Até que ponto esse filtro inicial (arestas de infraestrutura) impacta na baixa quantidade de acessos diários da rede (7,2 mil por dia atualmente, mas quando operando na capacidade máxima seria possível abranger 34,2 mil usuários a cada duas horas) não pode ser dimensionado. Nem mesmo na avaliação dos gestores do projeto as insuficiências técnicas foram elencadas como bloqueios relevantes na experiência da rede. Outro ponto importante de fechamento de público é a escolha dos locais de implantação das antenas que, por si só, já é critério de escolha sobre quem pode ou não participar.

No quesito multiplicidade de temas e problematização de assuntos antes impossíveis de serem tratados, que também pode ser lido como princípio de não-coerção e racionalização do debate, mais uma vez o Conecta mostrou-se ortodoxo e rumando em oposição aos preceitos da esfera. Primeiro, o Conecta não oferta um canal regular e aberto para a promoção do debate de qualquer tema direto com a gestão da cidade ou do projeto. A relação da atual prefeitura tanto através de meios digitais, quanto em meios presenciais apresenta-se esvaziada nos últimos quatro anos (2014-2017), tendo como canal concentrador digital a página <http://ouvidoria.recife.pe.gov.br/> e, pontualmente, de forma presencial o programa Recife Participa (substituto do Orçamento Participativo, da gestão petista de João Paulo), que tem pouquíssimas informações sobre funcionamento e agenda<sup>48</sup>. O segundo aspecto que contrapõe o Conecta Recife aos princípios da esfera pública é a falta de debates sobre as regras da rede, somado a imposição de proibições que geram a derrubada de conexões, como o acesso a sites de conteúdo de violência ou sexo, onde o usuário é sujeito até mesmo a punições na esfera criminal quando a Justiça assim entender correto. Com comportamentos censurados é gerada uma etiqueta marginal do usuário. Diferente de outras cidades, a exemplo de São Paulo, onde

---

<sup>48</sup> Informações oficiais do programa Recife Participa. Disponível em <<http://www2.recife.pe.gov.br/pagina/recife-participa>>. Acessado em : 26 de dezembro de 2017.

a rede não tem filtros e preza pela liberdade, no Recife ainda não há qualquer possibilidade de abertura completa da rede. Por aqui, a regra é vigiar e punir em nome da segurança pública e cidadã da wi-fi da prefeitura. Por essas condições do Conecta, enumeradas acima, é possível apontar que não há qualquer verniz de igualdade ou reciprocidade na rede uma vez que quem dita das regras do projeto, unilateralmente, é a gestão. Ao usuário cabe aceitar contentando-se com um papel subalterno na construção e dinâmica da rede ou migrar para outras opções de acesso.

Para o item 4 do questionário sobre como o Conecta dialoga com a esfera pública e a democracia no século 21, a resposta é que não há diálogo. O padrão é o da imposição. O projeto de wi-fi da cidade não permite uma interlocução com seus usuários de modo a estabelecer uma igualdade entre os participantes da rede, não cria oportunidades de debates políticos, ofertando apenas uma ferramenta técnica de acesso que em grande parte é classificada como deficiente. Somados, esses pontos destoantes dos princípios da esfera acumulam débitos em relação ao potencial político que a rede poderia ofertar à cidade e aos cidadãos, colocando em xeque a capacidade sócio-digital-política do projeto e aumentando as distâncias entre a sociedade civil conectada e o governo. Os achados reforçam a percepção de Gomes (2008) sobre o descompasso entre a sociedade e Estado na exploração das possibilidades democráticas que a internet contém, repetindo modelos de insucesso como em outras partes do Brasil e do mundo. Desacertos que acontecem pela desigualdade de acessos, que diminuem uma participação igualitária no ciberespaço, geram uma apatia na cultura política independente da mudança tecnológica; a perpetuação dos meios de comunicação de massa no controle da visibilidade pública; a falta de liberdade e o controle na web; assim como reforçam os estigmas da vigilância e ciberameaça (GOMES, 2008). Com a participação da população escanteada na construção da iniciativa web do Recife verificou-se que os usuários não foram sequer coadjuvantes no projeto. A eles coube apenas a função de espectadores, cujos interesses e motivações continuam negligenciados.

#### O Conecta Recife como política pública

Pautado pela agenda política do PSB e voltando-se muito mais para um marketing ideológico do que para promoção de inclusão digital. É assim que se percebe o Conecta Recife na sua trajetória até aqui. Aventado como ponto estratégico de Infraestrutura do plano de governo do partido para a capital no item Inovação e Tecnologia, o projeto saiu do papel apenas em 2014 com urgência para atender as demandas de turistas que chegavam à cidade

para a Copa do Mundo e que visitariam os principais cartões-postais do Recife. Equilibrava-se, segundo o discurso oficial, entre o caráter de turismo e financeiro, até que cerca de um ano depois passou a tentar assumir uma face sociodigital. Somado aos caracteres turístico, econômico, sociodigital - verbalmente explicitados pelos gestores - mais recentemente também apoia políticas de segurança pública, como visto através da parceria de vigilância urbana com o banco Itaú. Seu entrelaçamento com o sistema de videomonitoramento da cidade pode ser entendido como uma apropriação da rede com vistas ao reaparelhamento do poder de vigilância do governo municipal apoiado pela iniciativa web. A acoplagem do projeto com ideias de segurança também estiveram na afirmativa do diretor da Emprtel Rogério Aguiar sobre a fé no caráter de promoção de cultura de paz e contra violência urbana que a iniciativa wi-fi promoveria para os locais de instalação, uma vez que a população estaria mais “ocupada em nagevar na web do que cometer crimes”. No entanto, como foi observado não há um alinhamento entre o Pacto pela Vida do Recife (instrumento de política de segurança urbana contra crimes letais intencionais) e a proposta de pacificação através da wi-fi pública.

Por essa versatilidade de usos pela gestão da cidade, o Conecta Recife vem se mostrando mais como um serviço público coringa para o Estado na tentativa de agregar valor a outras políticas públicas, como as de lazer e saúde. Contudo, sozinho parece desvalorizado, pelo menos aparentemente. Tanto é assim que a publicidade sobre esta wi-fi tem ficado apagada das campanhas regulares do governo e só é lembrada ou ampliada quando atrelada a inauguração de algum equipamento em que a internet funcione como “bônus”. Exemplos disso foram as recentes entregas dos Compaz e as requalificações de unidades de saúde que, além de nova estrutura física, ganharam a possibilidade de conexão wi-fi. Um aspecto que chama atenção ainda é o apagamento do Conecta Recife como ganho para a cidade no balanço da gestão 2013-2016. Isso pode indicar uma frustração da própria gestão sobre ele ou o abandono da estratégia na agenda governamental para os próximos anos, seja por falta de interesse na sua manutenção ou estratégia de distanciar-se de discussões contemporâneas acerca de uma legislação que discipline a responsabilidade dos municípios em relação à coleta, tratamento, armazenamento e uso das informações produzidas pelos cidadãos em posse da administração pública direta e indireta.

As redes públicas geridas pelos governos municipais começaram a se popularizar no País a partir da década de 1990 como uma possibilidade de acesso às populações mais carentes, inseridas em espaços ainda não explorados pelas empresas de telecomunicações. Sob

o véu do combate a infoexclusão e da assistência das necessidades tecnológicas da população, chegaram como forma de mitigar a ausência das Telecoms em áreas de baixo interesse comercial das companhias, mas também constituíram uma forma barata e rápida do Estado se fazer presente e se promover nos territórios. A difusão geral sobre as necessidades tecnológicas da sociedade contemporânea e a corrida técnica para acompanhá-las tendem a gerar o ocultamento dos processos sociais e políticos por trás de tais iniciativas, tornando questionáveis políticas de inclusão digital como as da capital pernambucana. Tanto é assim que a maioria dos entrevistados nesta pesquisa não teve um posicionamento crítico amplo em relação a esta política pública, bastando para eles o funcionamento ou não do sinal para a navegação. Apenas um deles demonstrou desconfiança sobre os interesses do governo na oferta gratuita de internet e outro entrevistado avaliou a proposta como insuficiente para a inclusão digital dos recifenses. Entre as nove pessoas ouvidas pelo estudo 55,5% já tinham ouvido falar de inclusão digital, mas não sabiam explicar o que era. Outros 44,5% sequer tinham ouvido algo sobre o tema.

No Recife, a iniciativa de internet grátis veio com um atraso de cerca de 20 anos em relação a outras localidades brasileiras e teve a justificativa de inclusão digital. Contudo, não houve um planejamento consistente sobre como seria promovida essa inclusão para além da oferta de rede em pontos escolhidos pela gestão. A inclusão era apenas a disponibilização de antenas para acesso. Chamou a atenção ainda a completa desvinculação do Conecta Recife da estrutura escolar da cidade ou dos centros comunitários sob comando popular. Essas incongruências tornam o Conecta mais uma política pública desalinhada da realidade populacional e funcionando mais como uma ferramenta de marketing da prefeitura. A maioria das antenas foi instalada em áreas de “conforto” da própria gestão como avenidas famosas, parques policiados e prédios da administração, onde os benefícios seriam maiores que os custos. Muitos foram classificados aqui com públicos de acesso regulado. Nestes, existe horário e dia de funcionamento e exige-se alguma identificação dos visitantes. Neles a presença geral da maioria dos usuários costuma ser pontual o que dificulta a formação de um laço territorial e uma apropriação sociopolítica da ferramenta pelo povo. Também nessas áreas alvo da rede possíveis contratempos com relação aos equipamentos, a exemplo de vandalismo ou incapacidade educacional digital para o acesso, acabam minimizados pela triagem espacial do governo sobre onde ficará sua rede. Isso fica evidenciado quando se olha para todos os *hotspots* do Conecta e se verifica que apenas um está implantado numa comunidade de vulnerabilidade social (Ilha de Deus).

Como política pública, o Conecta Recife aparece como mais uma estratégia administrativa que cumpre superficialmente a função social a que se propôs. Leva apenas uma nova oportunidade de acesso, ancorada no ringue capitalista de geração de dividendos para quem comanda a cidade de cima. No entanto, a wi-fi pública aparentemente tem ficando apartada nas preferências de conexão da população, segundo o relato dos entrevistados, que hoje está mais exigente em relação a velocidade e mobilidade e que tem uma cartela maior de possibilidades de internet e a preços populares. Entre os entrevistados, 100% têm pacotes de dados móveis das operadoras de celular privadas e recorrem a eles para a maior segurança e viabilidade de navegação.

Outros interesses governamentais, que não a promoção de inclusão sociodigital, é que realmente são a mola central do programa e que são os responsáveis pelo desenho da rede até então. Isso se evidencia, de forma reiterada, pela completa falta de participação popular na construção desta política e no acompanhamento de resultados da rede, fatores que juntos incidem na baixa qualidade que o Conecta presta para a população, mais uma vez marginalizada no processo de gestão urbana.

#### O Conecta como direito à cidade

O projeto de wi-fi municipal no desenho atual repete condições que o incluem dentro da lógica capitalista da cidade, na qual a maquinaria da mais valia gerenciada pela administração pública replica exclusões de oportunidade coletiva em gerar o programa e também mina a obtenção de lucros reais aos recifenses com o sistema. O protagonismo da invenção e reinvenção do espaço urbano conectado no Recife segue, exclusivamente, nas mãos de governantes e empresários, que persistem na crença que a multiplicação da tecnologia na arquitetura da cidade significa desenvolvimento para a pólis, mas sem dimensionar desenvolvimento para quem e a que custo para o tecido urbano e social, impedindo o debate contra possíveis vozes destoantes do projeto de um Recife digital.

Além de não convocar a comunidade para direcionar pelo menos onde e quando instalar os *hotspots*, não oferece um canal direto como usuário para dúvidas ou reclamações e muito menos gerência com transparência cidadã esta política de inclusão digital, que não tem dados públicos sobre fontes de receita, investimentos e custos. Se por negligência intencional ou acidental não cabe aqui julgar. Contudo, chama a atenção um projeto ter sido orçado em R\$ 40 milhões, mas executado com R\$ 10,6 milhões. Ser custeado nos primeiros anos com valores mensais de R\$ 195 mil, mas hoje operar - com uma rede duplicada - com apenas R\$

43 mil. Assim como a matemática financeira, também é difícil entender a lógica de infraestrutura do link utilizado que ora é apontado como exclusivo para o uso do público em geral nos espaços públicos, ora é dado como sobra da banda da rede corporativa reaproveitada para distribuição urbana. Esses são indícios da marginalização que o projeto de internet gratuita do Recife sofre pela administração e órgãos de controle externos em comparação com outras políticas públicas já consolidadas na cidade e que já têm meios e regras de fiscalização já estabelecidas.

Outro aspecto a ser considerado é o caráter picotado do ideal de cibercidade aventado pelo projeto de wi-fi Conecta. O que se vê efetivamente é a criação de novos abismos entre localidades com e sem acesso à oferta gratuita de internet, com mais e menos antenas e com melhores ou piores velocidades de conexão dentro do projeto. A baixa cobertura de bairros e de localidades dentro desses bairros reduz ainda mais as possibilidades de experiência ubíqua e democrática da rede. O cenário desigual e restritivo da oferta de internet pública no Recife corrobora outras tradicionais deficiências de serviços ofertados pela administração pública ou concessionárias como abastecimento, saneamento e habitação. Contudo, para o acesso à internet, o cidadão demonstrou possibilidades de fuga ao migrar para o próprio pacote de dados e outros compartilhamentos da web no território (gatonet e outras redes abertas).

A reivindicação popular da internet pública gratuita no Recife tem a seu favor a chance de negação da oferta municipal e o escape dos usuários para outras soluções de acesso. Muitos dos entrevistados demonstraram não precisar exclusivamente da rede Conecta para navegar e se comunicar, tendo como opções centrais ou complementares os pacotes de dados pessoais de baixo custo, a caçada de outras wi-fi abertas ou negociáveis (de estabelecimentos privados como bares, restaurantes, comércios em geral) no território ou o compartilhando de conexão com amigos. Além de não ficarem reféns do projeto municipal para estarem on-line, ainda promoveram uma mudança nas regras de acesso quando se negaram a contribuir, conscientemente, com dados que poderiam munir a prefeitura sobre quem é o internauta. Isso ficou comprovado nos baixos acessos à rede quando era exigido o CPF ou quando o *captive portal* de acesso pedia informações para o cadastro, como vinculação a conta do Facebook e e-mail. Esses momentos de tensão sobre a rede corroboram o espírito conflituoso permanente que cercam todas as relações na urbe e na ciberurbe, perpetuamente mutável e transitória como destaca Harvey (2014).

O empoderamento do cidadão do Recife sobre a internet pública como novo direito referente à cidade perpassa, primeiramente, a necessidade de reapropriação física e social dos espaços com a oferta da web, que funcionará como gatilho para uma maior interação no referente território informacional criado pela wi-fi nos locais onde o projeto está implantado. Mas que até a confecção desse trabalho resultava em uma baixa reconfiguração dos espaços onde estavam instalados os *hotspots* avaliados. Em vários pontos deste estudo apontamos os erros da gestão para explicar essa defasagem de mudança urbana digital, mas cabe ainda expor que o usuário também tem seu papel. Ao não reconhecer as possibilidades do uso da internet acoplada aos possíveis reflexos cotidianos na cidade, os entrevistados mostraram-se cegos para, por exemplo, o impacto do uso de sistemas on-line de monitoramento de trânsito e transporte na mitigação de engarrafamentos. Não veem ainda os coringas do uso bancário pela web, evitando longas filas e a permanência prolongada nas agências, que vêm sendo alvos constantes de bandidos na cidade e local de vulnerabilidade a criminalidade<sup>49</sup>. É por esses e outros exemplos apresentados até aqui que se verifica uma rasa percepção dos sujeitos no cotidiano da urbe datada de conectividade. E que ainda prioriza um uso superficial e pouco criativo das potencialidades da internet no tecido urbano.

Isso reforça que a real retomada de vivência dos lugares não acontece da forma adestrada como pretendia a gestão no seu ideal de reativação dos espaços públicos com a simples disponibilização da rede. A reconfiguração urbana exige mais do que isso. Requer cotidianamente motivação em participar e a consciência social da importância comunitária nas relações da cidade atual, da cidade digital e da cidade sonhada. Longe de um discernimento que a vincula a um sonho harmônico e ordeiro, mas construída de forma responsável em cima do imprevisível das relações que entrecortam a urbe.

---

<sup>49</sup> Matéria de imprensa local aponta aumento desses crimes em 2017. Disponível em <<http://www.folhape.com.br/noticias/noticias/cotidiano/2017/09/27/NWS,43144,70,449,NOTICIAS,2190-PE-TEM-138-ACOES-VIOLENTAS-CONTRA-BANCOS-2017.aspx>>. Acessado em 10 de dezembro de 2017.

## REFERÊNCIAS

ASSANGE, Julian. et al. **Cypherpunks: liberdade e o futuro da internet**. Tradução: Cristina Yamagmi. São Paulo: Boitempo, 2013.

BAR, François; GALPERIN, Hernan. Geeks, burocratas e cowboys: criando uma infraestrutura de internet, de modo wireless. Tradução: Tânia Soares. In: CASTELLS, M; CARDOSO, G (Org). **A Sociedade em Rede: do conhecimento a ação política**. Lisboa: Imprensa nacional, 2005. p. 291-304

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. 3ª ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Tradução: Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2009.

\_\_\_\_\_. **Globalização: Consequências humanas**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. 2. ed. rev. 1. reimpr. Tradução: Daniela Kern; Guilherme J. F. Teixeira. Porto Alegre, RS: Zouk, 2013.

\_\_\_\_\_. **A produção de crença: contribuição para uma economia dos bens simbólicos**. 2. ed. reimpr. Tradução: Guilherme J. F. Teixeira; Maria da Graça Jacintho Setton. Porto Alegre, RS:Zouk, 2008.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. Tradução: Rosineide Venâncio Majer. 6 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2013.

\_\_\_\_\_. **A Galáxia da Internet. Reflexões sobre Internet, Negócios e Sociedade**. Tradução: Rita Espanha. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

DENKER, Consultores associados. **Etnografia da Audiência em Recife**. Pesquisa desenvolvida para a EAD - Seja Digital, 2016. [mensagem pessoal] Recebida por <renatajorn@hotmail.com> em 21 de novembro de 2017.

EUGÊNIO, Fernanda; LEMOS, André. Mídia Locativa e uso criativo em telefones celulares: notas sobre o deslocamento urbano e entretenimento portátil. In: FILHO, J; HERSCHMANN, M (Org). **Novos rumos da cultura da mídia: indústrias, produtos, audiências**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007. p.245-262.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisas qualitativa**. 3.ed. Tradução: Joice Elias Costa. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 26. ed. Tradução. In: Roberto Machado (Org) (Trad). Rio de Janeiro: Edições Graal, 2008.

\_\_\_\_\_. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 36. ed. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FIGUEIREDO, Carolina Dantas de. **Admirável comunicação nova: um estudo sobre a comunicação das distopias literárias**. Recife: Ed Universitária da UFPE, 2011. 342 p – (Coleção Teses e Dissertações).

GOMES, Wilson. Internet e Participação Política. In: \_\_\_\_\_; MAIA, Rousiley (Org.). **Comunicação e Democracia – problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008 (Coleção Comunicação). p.293-326.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança Estrutural da Esfera Pública: Investigação quanto a uma Categoria da Sociedade Burguesa**. Tradução: Flávio R. Kothe. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

\_\_\_\_\_. **Direito e democracia: entre faticidade e validade**. Tradução: Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 2 v.

HARVEY, David. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Tradução: Jeferson Carmargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

\_\_\_\_\_. A liberdade da cidade. In: Ermínia Maricato ... [et al.]. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 27-34.

HERSCOVITZ, Heloíza. Análise de Conteúdo em Jornalismo. In: BENETTI, M; LAGO, C (Org). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. p.123-142.

JOSGIRLBERG, Fábio. Redes municipais sem fio: o acesso a internet e a nova agenda da cidade. In: LEMOS, A ; JOSGIRLBERG, F (Org.). **Comunicação e Mobilidade: aspectos socioculturais das tecnologias móveis de comunicação no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2009. p.19-35.

LEMOS, André. **Celulares, funções pós-midiáticas, cidade e mobilidade**. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v.2, n.2, p.155-166, dez.2010.

\_\_\_\_\_. Tecnologia e Cibercultura. In: Adilson Citelli... [et al] (Org). **Dicionário de Comunicação: escolas, teorias e autores**. São Paulo: Contexto, 2014. p.412-419.

\_\_\_\_\_. Mídia locativa e territórios informacionais. IN:ARANTES, Priscila; SANTAELLA, Lúcia (ORG). **Estéticas tecnológicas**. São Paulo: Ed. PUC, 2007.

\_\_\_\_\_. Cibercidades. In: LEMOS, A; PALÁCIOS, M (Org). **As janelas do ciberespaço**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2001. p.7-35.

\_\_\_\_\_; PASTOR, Leonardo; OLIVEIRA, Nelson. Wi-Fi Salvador: mapeamento colaborativo e redes sem fio no Brasil. **Intercom – RBCC**. São Paulo, v.35, n.1, p. 183-204, jan./jun. 2012.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. 1. ed. Tradução: Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed.34, 1999.

MAIA, Rousiley. Democracia e a internet como esfera pública virtual: aproximação às condições de deliberação. In: GOMES, Wilson; \_\_\_\_\_ (Org.). **Comunicação e Democracia – problemas e perspectivas**. São Paulo: Paulus, 2008 (Coleção Comunicação). p.277-292.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das Mídias Digitais: linguagens, ambientes, redes**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

MCCOMBS, Maxuell. **A Teoria da Agenda : a mídia e a opinião pública**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MITCHELL, Willian. E-topia: Tecnologias de Informação e Comunicação e a Transformação da Vida Urbana. In: CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo. **A sociedade em rede: do conhecimento à ação política**. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional, 2005. p.337-343.

O que é o Porto Digital. Disponível em< <http://www.portodigital.org/parque/o-que-e-o-porto-digital>> . Acessado em: 2 de julho de 2017.

PALACIOS, Marcos. A Internet como Mídia e Ambiente: reflexões a partir de um experimento de rede local e de participação. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria C. (Org.). **Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p.229-244.

PONTE, Cristina. **Para entender as notícias – Linhas de análise do discurso jornalístico**. Florianópolis: Insular, 2005.

RECUERO, Raquel. **A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014. (Coleção Cibercultura).

ROCHA, Heitor. **Jornalismo, Poder e Mudança Social**. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 28., 2005. Rio de Janeiro. Resumos... Rio de Janeiro: V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Intercom, 2005. p. 15.

SANTAELLA, Lúcia. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

SILVEIRA, Sérgio. A. Espectro aberto e mobilidade para inclusão digital no Brasil. In: LEMOS, A ; JOSGIRLBERG, F (Org.).**Comunicação e Mobilidade: aspectos socioculturais das tecnologias móveis de comunicação no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2009. p.37-49

SILVEIRINHA, Maria J. Esfera Pública. In: CORREIA, João C.; FERREIRA, Gil; SANTO, Paula (Org.). **Conceitos de Comunicação Política**. Labcom books, 2010. p.33-42. Disponível em <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/book/30>.

SOUZA, Mauro Wilton. Práticas de pertencimento em Comunicação. In: Adilson Citelli... [et al] (Org). **Dicionário de Comunicação: escolas, teorias e autores**. São Paulo: Contexto, 2014. p.393-402.

VELOSO, Renato. **Tecnologias da informação e da comunicação: desafios e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

WHITE, Jan. **Edição e Design: para designers, diretores de arte e editores: o guia clássico para ganhar leitores**. Tradução: Luis Reyes Gil. São Paulo: JSN Editora, 2006.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação**. Tradução: Maria Jorge Vilar de Figueiredo. 6ª ed. Lisboa: Presença, 2001.

WOLTON, Dominique. **Internet, e depois? Uma teoria crítica das novas mídias**. 3. ed. Tradução: Isabel Crosset. Porto Alegre: Sulina, 2012. (Coleção Cibercultura).

**ANEXO A - QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA COM A POPULAÇÃO**

Nome:

Idade:

Profissão:

Escolaridade:

Local de moradia:

Faixa salarial:

1. Possui pacote de dados?                      Sim                      Não
2. Quanto gasta por pacote de dados?
3. Quais redes vocês tem disponível em casa ou trabalho?
4. O que você acha da oferta de internet grátis neste local?
5. Com que regularidade usa a rede Conecta Recife?
6. Qual sua opinião sobre a rede Conecta Recife?
7. Que valor o Conecta Recife agrega para sua via diária?
8. Você acha que esse local foi modificado de alguma forma com a oferta de internet aqui?  
Porque e como?
9. O que mais você acessa na web? Porque?
10. Internet para você é essencial? Por quê?
11. Já ouviu falar em inclusão digital? O que você entende por inclusão digital? Você acha que esta incluído?
12. Você se preocupa se esta sendo vigiado ao usar a rede Conecta?
13. O medo da violência faz com que você evite navegar na web neste local?



### ANEXO C - MAPA DO PROJETO CÂMARA CIDADÃ

